



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Literatura

Área de especialização | Criações Literárias Contemporâneas

Dissertação

**O sonho ibérico em Fernando Pessoa e José de Almada
Negreiros**

Ana Leonor Barrocas Torres Serrano

Orientador(es) | Antonio Sáez Delgado

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Literatura

Área de especialização | Criações Literárias Contemporâneas

Dissertação

**O sonho ibérico em Fernando Pessoa e José de Almada
Negreiros**

Ana Leonor Barrocas Torres Serrano

Orientador(es) | Antonio Sáez Delgado

Évora 2023



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Maria Antónia Lima (Universidade de Évora)

Vogais | Antonio Sáez Delgado (Universidade de Évora) (Orientador)
Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora) (Arguente)

Falas de civilização, e de não dever ser,
Ou de não dever ser assim.
Dizes que todos sofrem, ou a maioria de todos,
Com as coisas humanas postas desta maneira,
Dizes que se fossem diferentes, sofreriam menos.
Dizes que se fossem como tu queres, seriam melhor.
Escuto sem te ouvir.
Para que te quereria eu ouvir?
Ouvindo-te nada ficaria sabendo.
Se as coisas fossem diferentes, seriam diferentes: eis tudo.
Se as coisas fossem como tu queres, seriam só como tu queres.
Ai de ti e de todos que levam a vida
A querer inventar a máquina de fazer felicidade!
(Caeiro, 1943: 76)

Agradecimentos

A realização desta dissertação nem sempre foi uma tarefa fácil e tenho perfeita consciência que a condição de trabalhadora-estudante exigiu de mim muito esforço, dedicação e poucas horas de sono. Foi uma jornada com altos e baixos, risos e lágrimas pelo meio, mas sempre com garra. Preenchi bastante a minha biblioteca pessoal e aprendi imenso com todas as pesquisas e leituras, de forma a ascender a nível pessoal, futuramente a nível profissional e apaixonei-me ainda mais pelos autores que abraçaram comigo estas páginas. Ainda que tenha sido uma investigação individual, nunca estive sozinha e não posso deixar de gratificar todos aqueles que me acompanharam.

Agradeço ao Professor Doutor Antonio Sáez Delgado, pela constante orientação científica, pelas revisões, pela força e pela confiança no meu trabalho; à Universidade de Évora, por me receber pela segunda vez nesta grande instituição; à Joana Salvador, que nunca me deixou desistir e sempre me deu forças para continuar; aos meus amigos que, mesmo não estando todos fisicamente próximos, me deram alento quando mais precisei; à minha chefia Raquel Rato e às minhas colegas (Beatriz, Marta, Rita e Vânia) da Wells de Beja Retail, que agilizaram horários e me deram asas para seguir os meus sonhos e também aos meus colegas de mestrado com quem tive a oportunidade de partilhar este desafiante percurso.

E, por último, não menos importante, um especial agradecimento à minha mãe, à minha avó e à minha irmã, que acreditam em mim e na minha paixão pela literatura, todos os dias, e me dão força para alcançar todos os meus objetivos, e ao meu avô, que apesar de já não estar entre nós, me deixou muito amor, persistência e sempre me ensinou a lutar por aquilo que me faz feliz e realizada.

Resumo

O sonho ibérico é algo muito mais antigo do que se costuma imaginar e está ligado às relações políticas e culturais entre Portugal e Espanha, países que convive(ra)m e partilha(ra)m o mesmo espaço peninsular. Sempre houve contacto e trocas de conhecimento entre artistas e literatos das duas nacionalidades e esta aproximação e melhoramento das relações entre ambos tem o seu auge no século XIX. Ao longo dos séculos, os iberistas dividiram-se nos seus ideais ou propósitos ibéricos e o objetivo desta dissertação é mostrar o conhecimento de uma faceta ibérica em Fernando Pessoa, que aparentou não ter quaisquer interesses pela vizinha Espanha, e mergulhar na doutrina ibérica de Almada Negreiros, uma figura importantíssima no movimento histórico das vanguardas e no contexto espanhol. A análise do estudo incidirá numa comparação entre ambos os autores, conjugando com informações relevantes acerca dos próprios e do seu relacionamento com Espanha.

Palavras-chave: Fernando Pessoa; José de Almada Negreiros; Ibéria; Civilização; Aliança.

Abstract – The iberian dream in Fernando Pessoa and José de Almada Negreiros

The Iberian dream is much older than one might think, and it is linked to the political and cultural relations between Portugal and Spain, countries that coexist(ed) and share(d) the same peninsular space. There has always been contact and exchange of knowledge between artists and literati of both nationalities and the issue of approximation and improvement of relations between the two reached its peak in the 19th century. Over the centuries, the Iberians were divided in their ideals or purposes and the aim of this dissertation is to show the knowledge of an Iberian facet in Fernando Pessoa, who seemed to have no interest in neighbouring Spain, and to delve into Almada Negreiros' Iberian doctrine, a very important personality in the historical avant-garde movement and in the Spanish context. The analysis of this study will focus on the comparison between both authors, combined with relevant information about themselves and their relationship with Spain.

Keywords: Fernando Pessoa; José de Almada Negreiros; Iberia; Civilisation; Alliance.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract – The iberian dream in Fernando Pessoa and José de Almada Negreiros	iii
1. Introdução	1
1.1. A relevância do tema	1
1.2. Objetivos	2
1.3. Metodologia	3
1.4. Estrutura da pesquisa	3
2. Introdução aos Estudos Ibéricos	5
2.1. Os Estudos Ibéricos	5
2.2. O Iberismo	9
2.3. Algumas considerações sobre o Modernismo literário em Portugal	12
3. Uma visão do relacionamento de Fernando Pessoa com Espanha	16
3.1. O Interesse Ibérico	16
3.2. Os textos ibéricos de Fernando Pessoa	19
3.2.1. A não latinidade da Ibéria	21
3.2.2. Sentido Nacional e Sentido Civilizacional	22
3.2.3. Confederação Ibérica e a Diferenciação das Nações Ibéricas	23
3.2.4. Para construir a Ibéria	25
3.2.5. Aliança Ibérica	26
3.2.6. Aproximação mental entre Portugal e Espanha	27
3.2.7. Fundo da Alma Ibérica	29
3.2.8. A Aliança inglesa	29
3.2.9. O Problema Ibérico	30
3.3. A Ibéria na poesia de Fernando Pessoa	33
3.4. O Sebastianismo e o Quinto Império	36
4. O relacionamento próximo de José de Almada Negreiros com Espanha	46
4.1. Os fascinantes anos madrilenos	49
4.2. Visão de Portugal e Espanha	53
4.2.1. Portugal no mapa da Europa	53
4.2.2. As 5 Unidades de Portugal	55
4.2.3. Teoria dos Opostos	58

4.3. Arte e Política	60
4.4. Prometheu	61
4.5. Mística Colectiva	65
4.6. O Cinema e Teatro	66
5. Uma aproximação comparada entre a visão da Ibéria em Fernando Pessoa e José de Almada Negreiros.....	68
5.1. Conceitos de Nação e Civilização Ibérica	72
5.2. Conceitos de União e Aliança Ibérica.....	75
5.3. Conceitos de Oposição e Igualdade Ibérica.....	78
5.4. Grandiosidade de Portugal.....	80
6. Conclusão	86
Bibliografia.....	89
Bibliografia ativa	89
Bibliografia passiva	89

1. Introdução

1.1. A relevância do tema

A presente dissertação intitulada *O sonho ibérico em Fernando Pessoa e José de Almada Negreiros* apresenta-se para a obtenção de grau de Mestre em Literatura na Universidade de Évora.

A minha curiosidade sobre a área dos Estudos Ibéricos aumentou durante a realização da minha licenciatura em Línguas e Literaturas, com especialização em Estudos Portugueses e Espanhóis, onde pude ter mais contacto tanto com a língua como com a cultura e literatura espanhola. No curso de Mestrado aceitei este desafio de trabalhar com dois autores que merecem o devido destaque neste ramo de investigação.

Como sabemos, a Península Ibérica foi, desde muito cedo, palco de conflitos internos no âmbito do desejo de conquista territorial. Há que recuar muitos séculos da história para conseguirmos estabelecer e compreender os movimentos que se deram e como chegámos às fronteiras de hoje. Detentora de um espaço e tamanho estratégico – parte integrante do continente europeu e banhada pelo Atlântico – sempre foi ambicionada por imperadores e os seus movimentos de conquista, por vezes, avassaladores trouxeram, como consequência, muita instabilidade aos reinos e condados que por aqui passaram.

Esta meta de união dos povos peninsulares tornou-se num elemento de estudo e análise estratégico que ultrapassa fronteiras temporais e espaciais. Entre os povos irmãos, Portugal e Espanha, debatem teóricos e especialistas na matéria e por isso criaram as suas dualidades face a opinião acerca destes temas: de um lado os iberistas, defensores desta união de estados; do outro lado, os anti-iberistas, apoiantes da individualidade e preservação destes estados e fronteiras.

Os debates ibéricos e a bibliografia dedicada a este campo de estudos têm vindo a crescer nos últimos tempos, o que contribui para o progresso na sua consolidação, seja na parte científica como académica, e dá novos sentidos à crença de uma possível reunificação total. Não se pode negar que esta espécie de revisão do espaço geocultural ibérico tem o seu cariz político, pois coloca em causa questões e relações linguísticas e culturais. Os Estudos Ibéricos também apontam para uma desconstrução hispânica nacionalista e imperialista, com o foco na literatura espanhola, que reduzia a importância de outros elementos culturais ibéricos e a promoção a uma comparação mais desenvolvida com outros contextos

geográficos – português, catalão, galego e basco.

O foco desta dissertação será apresentar dois autores que contribuíram para este ramo científico: Fernando Pessoa e José de Almada Negreiros. Um primeiro autor que nunca demonstrou grande entusiasmo por Espanha, mas teve contacto com escritores andaluzes, escreveu sobre Espanha, a sua estrutura e o seu papel no contexto ibérico. Quis imaginar uma confederação numa só pessoa e numa só nação, defendeu a construção de um império de cultura, opondo-se a qualquer imperialismo nacionalista. Ambicionou uma Grandeza Ibérica, capaz de se impor culturalmente na Europa e no resto do mundo, com fortes capacidades de criação de valores civilizacionais. E, apesar de uma receção lenta e irregular, desde a tradução de Rogelio Buendía (1923) até à atualidade, um século depois, houve uma progressão e a sua literatura continua viva no comércio editorial. A sua expansão literária através das críticas, dos estudos e das traduções dos seus heterónimos fez crescer o interesse dos leitores espanhóis. E um segundo autor que ao residir em Espanha e ao manter afincadamente vínculos dentro do leque de artistas, arquitetos e escritores espanhóis, conseguiu ter a devida valorização artística, contribuindo muito para o conhecimento e uma aproximação literária e artística para com o país irmão.

1.2. Objetivos

O objetivo principal centra-se num maior conhecimento acerca das doutrinas ibéricas expostas por Fernando Pessoa e José de Almada Negreiros para poder compará-los no que toca às suas semelhanças, sem deixar de apontar pequenas diferenças. A investigação auxiliar-se-á de alguns pontos bibliográficos acerca dos autores, inserindo o movimento a que pertenceram e qual foi o seu percurso no mundo literário e artístico. Numa visão enquadrada naquilo a que se pode designar de “iberismo cultural”, vamos conseguir identificar as suas próprias relações com Espanha que influenciarão alguns dos seus textos e pontos de vista ibéricos.

A elaboração deste estudo dedica-se a uma melhor compreensão dos conceitos e terminologias utilizadas nos Estudos Ibéricos para que seja mais fácil a análise dos textos em questão, conseguindo desvendar “enigmas”, estabelecer balizas teóricas estáveis e caracterizar melhor o perfil do próprio autor face ao “problema ibérico”.

1.3. Metodologia

Com o suporte de algumas metodologias utilizadas noutros trabalhos englobados no tema, optou-se pelo uso da metodologia analítica. Este tipo de investigação requer uma postura mais atenta e rigorosa para que todos os elementos e relações estabelecidos sejam coerentes, seguros e plausíveis e adverte para um conhecimento amplo do autor investigado, da sua língua e de outros campos que possam estar relacionados direta ou indiretamente com o mesmo e a obra.

Partirei principalmente da análise de obras específicas sobre o conteúdo ibérico dos próprios autores como: *Sobre Portugal, Introdução ao Problema Nacional* (1979), de Fernando Pessoa; *Obra em Prosa de Fernando Pessoa. Portugal, Sebastianismo e Quinto Império* (1986), editada por António Quadros; *Ibéria. Introdução a um Imperialismo Futuro* (2012), editada por Jerónimo Pizarro e Pablo Javier Pérez López; *Mensagem e Outros Poemas sobre Portugal* (2014), de Fernando Pessoa e *Sudoeste* (1935), os três números dos Cadernos publicados por Almada Negreiros.

Esta específica recolha de textos permitirá uma análise mais profunda e detalhada do assunto ibérico e como poderemos relacioná-los com as noções apontadas pelo próprio ramo de investigação em questão. Também servirão de suporte outros dados secundários, recolhidos em livros, artigos e outros documentos de carácter científico validados, por especialistas, para complementar e fundamentar aquilo que está a ser estudado. Esta pesquisa facilitou quer na organização, quer na contextualização, quer na compreensão e quer na realização do estudo empírico.

1.4. Estrutura da pesquisa

Esta investigação encontrar-se-á organizada em seis partes, sendo que a Introdução é parte integrante desta totalidade. Neste capítulo justifica-se qual a relevância do tema, os motivos da sua escolha, expõe-se os objetivos a alcançar, resume-se a metodologia e descreve-se a estrutura a seguir.

A segunda parte corresponderá a uma revisão do que são os Estudos Ibéricos, iniciando-se com uma breve abordagem acerca do seu nascimento, da sua história, do seu

crescimento no estudo, na pesquisa, na análise e da sua importância nos mais diversificados ramos científicos para uma melhor contextualização dos seus conceitos e terminologias. Aqui também será relevante recuar um pouco no tempo, com base numa procura em dados históricos, para que possamos entender melhor o que se passou na Península Ibérica e como chegou o propósito da crença e ambição de uma possível unificação entre portugueses e espanhóis. E, por fim, numa forma de introduzirmos os nossos dois protagonistas do estudo, estabelecer algumas ligações com o movimento a que pertenceram, o porquê do seu valor indiscutível no contexto português e as questões controversas levantadas pelas suas identidades peculiares artísticas e literárias.

A partir daqui apresentamos, então, a análise detalhada dos métodos e das técnicas apresentados para a possibilidade de progresso da presente pesquisa.

Uma terceira parte estará totalmente dedicada a Fernando Pessoa, indicando as possíveis ligações com Espanha, as correspondências com os seus escritores e onde exploraremos, posteriormente, esta sua posição e propósito ibérico à qual prestou o seu contributo, dando as suas ideias e teorias, tanto em prosa como em poesia.

Uma quarta parte abraçará a identidade de José de Almada Negreiros e toda a sua realidade artística, fortemente influenciada pela sua experiência madrilena, seguida da observação e balanço sobre os seus textos sobre a própria Ibéria ou que possam conjugar-se com a temática.

Na quinta parte serão apresentados os resultados do propósito deste estudo científico: a comparação e aproximação dos dois autores, a par das suas experiências, ideologias e vocabulários utilizados, possibilitando, assim, o delineamento dos seus perfis e das suas teses ibéricas.

Por fim, a última parte alberga uma reflexão crítica sobre todo o desenvolvimento da dissertação, uma ponderação sobre os efeitos desta consulta e recolha de dados textuais, bibliográficos e comentários realizados, procurando apresentar um contributo para a área de estudo, bem como algumas limitações que possa apresentar. Para terminar, apresenta-se também uma possível sugestão para futuros trabalhos a desenvolver.

2. Introdução aos Estudos Ibéricos

2.1. Os Estudos Ibéricos

O estudo das relações literárias e culturais ibéricas é um campo ainda em crescimento. Porém, já tinha o seu núcleo de debates, investigações e produções, principalmente após a queda dos regimes antidemocráticos dos países peninsulares. A partir da instauração da democracia há um fim do isolamento internacional entre o Estado Novo/Salazarismo (1933-1974) e o Franquismo (1936-1975) e como consequência assistimos ao surgimento de várias vozes que abordam este novo marco das relações peninsulares. O seu nível de desenvolvimento foi um pouco semelhante entre os Estados Unidos da América e a Europa, desde finais dos anos 90 do século XX e em meados dos anos 2000 (Pérez Isasi, 2020: 148) com uma sucessão de eventos e publicações, devido à sua capacidade de adaptação nos diversos ramos académicos e científicos sem perder a sua essência face ao seu conjunto de práticas e metodologias.

A sua relevância como campo científico pode ser influenciado pelo seu contexto geográfico, académico e epistemológico. Os Estudos Ibéricos Literários, a base de investigação desta dissertação, podem ser considerados como uma secção da Literatura Comparada e podem estar relacionados com a Teoria da Literatura. Têm uma valorização cada vez maior em contexto universitário, áreas, programas e projetos de estudo. No contexto anglo-saxónico podemos contar com inúmeros departamentos académicos dedicados a este ramo: *Spanish and Portuguese Studies*; *Iberian Studies*; *Spanish, Latin-American and Lusophone Studies*; entre outros. Num contexto mais europeu, e curiosamente em Portugal e Espanha, assistimos a uma certa resistência, o que não é favorável para o enraizamento da disciplina.

Os objetivos passam por estudar o conceito de “Península Ibérica” ou de “Literaturas Ibéricas”; a recuperação da *Area Studies* (Pérez Isasi, 2014: 20), com a focalização em qualquer disciplina ou acesso ao espaço ibérico em geral (estudos culturais, históricos, sociológicos, políticos, etc.); a intenção de criar uma ligação com a área espacial das Humanidades (Pérez Isasi, 2014: 20), com um questionamento na histografia literária (na formulação-narrativa e na delimitação linguística e nacionalista) e a existência de um relacionamento entre literaturas e culturas deste espaço, desde as semelhanças e os contactos até às suas divergências e conflitos, mostrando a sua complexidade e que em muito

contribuirá para os Estudos Literários e a História da Literatura.

Os Estudos Ibéricos tornam-se numa alternativa epistemológica e política ao centralismo hispânico tradicional, supondo a existência de mais literaturas produzidas, e de também fenómenos que saem do esquema tradicional, ou seja, vão para além de Portugal ou Espanha, como é o caso da Galiza, da Catalunha, do País Basco e outras entidades históricas e políticas que acabaram por desaparecer. Dentro da Literatura Comparada é uma demonstração de uma visão comparatista supranacional, não sendo apenas uma contraposição dual entre os sistemas nacionais.

Como escreve Santiago Pérez Isasi (2014), é importante considerarmos os antecedentes históricos. Esta noção do espaço ibérico comum já existia no século XIX. O período do Romantismo Europeu (especialmente o alemão e o anglo-saxónico) inicia-se neste século e vem ligado aos nacionalismos europeus, o que acabará por originar uma certa apreciação ibérica, como um espaço desconhecido, atrativo, “meridional” e “oriental” (Pérez Isasi, 2014: 24). Ora, esta divisão entre os espaços torna-se bastante presente em obras de vários autores, em que Pérez Isasi destaca: Friedrich (1772-1829) e August (1767-1845) Schlegel, Madame de Staël (1766-1817) ou Simonde de Sismondi (1773-1842), pois pode existir uma unidade em determinados países em certas zonas europeias.

Mesmo os autores que abordam as literaturas de forma separada, isto é, de uma forma mais nacionalista, como acontece com Portugal e Espanha, acabam por fazer a relação entre ambas – as literaturas ibéricas. Sendo esta prática unitária e homogénea mais presente no século XIX, preenche uns certos requisitos culturais, religiosos e morais, com especial incidência entre 1840 e 1850. Em Portugal existe uma defesa daquilo que é nacional, excluindo tudo o que é exterior: o que é influenciado por Espanha, devido ao trauma do domínio político exercido de 1580 a 1640, e todos os autores portugueses que se expressassem em castelhano. Assistimos, neste período, a uma perda e ocultação das produções externas ao cânone e caímos num esquema monolingué e de limitação face às relações interculturais.

No entanto, não existe um extermínio completo de toda a literatura fora do cânone. A situação altera-se a partir de 1859 até (aproximadamente) 1930 em que surgem as relações hispano-lusas com as diversas propostas de iberismo – político, económico e cultural. Durante este intervalo acontecem o *Ultimatum* inglês (1890) em Portugal e El Desastre (1898) em Espanha que fazem ressurgir as identidades anteriormente esquecidas como são os exemplos da catalã, da galega e da basca. Esta visão ibérica afeta a historiografia literária, principalmente a portuguesa. Em Portugal fazem-se ouvir Teófilo Braga (1843-1924) com

Theoria da historia da litteratura portuguesa (1872); Antero de Quental (1842-1891) com as suas conferências de *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos* (1871); Oliveira Martins (1845-1894) com a *História da Civilização Ibérica* (1879) ou Fidelino de Figueiredo (1888-1967), um dos primeiros incitadores da Literatura Comparada em Portugal, com *Estudos de Litteratura* (1918-1920). Na vizinha Espanha não temos tantos seguidores, mas destacam-se Miguel de Unamuno (1864-1936), apoiante da soberania histórica castelhana (com escola dominante no primeiro terço do século XX), ou Marcelino Menéndez (1856-1912) e Pelayo (1856-1912), apoiantes da reflexão comum das literaturas ibéricas. Portanto, na historiografia literária deste espaço peninsular coexistem inúmeras visões e discursos. Consequentemente, o espaço peninsular é visto como um lugar onde coexistem diferentes produções literárias em várias línguas: latim; árabe; hebreu; português; castelhano; catalão; galego; basco; etc. É isso que, mais tarde, a disciplina dos Estudos Ibéricos vem defender: um espaço multilingue, multicultural e plurinacional, com destaque para as situações de desejo nacional da Catalunha, da Galiza ou do País Basco.

Como já foi referido anteriormente, há uma tendência crescente deste ramo nas últimas décadas, seja em termos qualitativos como quantitativos, devido a diversos fatores que para tal contribuíram como: a internacionalização académica; o acesso mais facilitado às fontes e bibliografias através da internet; o questionamento dos modelos nacionais essencialistas e da bicefalia peninsular entendida como dois blocos fechados e diferentes (Simón, 2020: 446). Assim, esta atenção face à “periferia” cultural acabou por conseguir explicar os fenómenos, os conflitos identitários e a pluralidade existente neste espaço. A partir dos anos 2000 começou a erguer-se uma vaga de eventos sobre estas inter-relações literárias e culturais peninsulares como os encontros RELIPES (entre Salamanca-Évora-Covilhã), os encontros AULA IBÉRICA (entre Évora-Salamanca) e a exposição SUROESTE (Badajoz), todos chefiados por hispanistas com as suas investigações em Portugal como são os casos de Antonio Sáez Delgado ou Ángel Marcos de Dios, os portugueses interessados no estudo de Espanha como Gabriel Magalhães ou Ângela Fernandes e os investigadores em Literatura Comparada ou Filologia Românica como Juan Miguel Ribera Llopis (Pérez Isasi, 2020: 147-148).

Outras doutrinas que, fortemente, contribuíram para o avanço do desenvolvimento ibérico, para sua maior coerência e solidez, foram: a teoria do sistema inter-literário de Dionýz Ďurišín, a teoria dos (poli)sistemas de Itamar Even-Zohar e a noção de campo literário de Bourdieu. Ainda se destaca, em 2004, a publicação com maior ambição dentro do ramo, coordenada por especialistas da Universidade de Santiago de Compostela e por a

International Comparative Literature Association, intitulada de *Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula* (2 volumes). Numa expansão geográfica já faz parte a França com o CRIMIC (*Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains* de Sorbonne), a Alemanha com o *TU Chermnitz* e a Itália com *Iberismo: strumenti teorici e studi critici* em Siena (2019) e publicações como *Catalonia, Iberia and Europe* (Pérez Isasi, 2020: 148). Tudo isto resultará numa amplificação do ramo a todas as literaturas peninsulares, promoverá o estudo dialético entre culturas e nações e aplicará, no caso específico ibérico, o estudo dos objetos literários e culturais a contextos variados existentes. A historiografia literária é colocada em causa com a diversidade de textos entre fronteiras, sem esquecer os contactos e ligações com outros sistemas literários supranacionais diferentes e fora dos modelos explicativos tradicionais.

No entanto, ainda é questionável a consolidação dos Estudos Ibéricos no que diz respeito às suas bases teóricas e metodológicas, tal como a sua congruência. Alguns investigadores como Arturo Casas, Mercè Picornell ou Joseba Gabilondo, em *Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos* (2019) (Pérez Isasi, 2020: 151), abordam as seguintes questões: a sua razão de existência, os seus objetivos e a sua relação com outros discursos académicos e políticos. Estas críticas devem-se à sua própria diversidade; às suas tendências e tradições (anglófona, europeia e ibérica), que podem ser subcampos de estudos em áreas específicas como os Estudos Literários; e o problema face à homogeneidade entre as nações, sendo que a prática deste ramo contraria em certa parte esse objetivo teórico. Como Pérez Isasi ainda mostra na base de dados IStReS¹ (Pérez Isasi, 2020: 156) há uma grande quantidade de estudos dedicados à literatura e cultura castelhana (cerca de 1800 referências); metade foca-se na cultura portuguesa e às restantes partes cabe-lhes pouca percentagem de análise. Adiante temos outra informação acerca das relações geoculturais peninsulares (Pérez Isasi, 2020: 157), onde é enfatizado quantitativamente as relações entre Portugal e Espanha (679 referências) e secundarizado e condicionado as relações estado-nação peninsulares. Há uma progressão maior desta homogeneidade e uma hierarquização do espaço ibérico, quando o objetivo é estabelecer relações e conexões a todos os níveis e de igual forma.

Daí se propor uma revisão nos Estudos Ibéricos, nos seus objetivos e teorias, pois ainda se vê uma focalização em determinados autores, obras e períodos – século XVI e XVII ou segunda metade do século XIX e início do século XX – e uma exclusão das periferias

¹ Iberian Studies Reference Site é uma base de dados que reúne publicações e oferece ferramentas para os estudiosos em Estudos Ibéricos.

geoculturais, criando a existência de um cânone ibérico ou de hierarquias, quando não seria suposto tal acontecer. Estes comentários não fazem do campo menos digno, mas alertam para uma oportunidade de ascensão e melhoramento.

2.2. O Iberismo

Para mergulharmos neste sonho ibérico há que retroceder às origens de ambas as nações e fazer uma espécie de ponte sobre alguns dos acontecimentos do passado até aos dias de hoje. Estes povos peninsulares tiveram e têm uma história, um caminho comum e foram os descobridores do mundo.

A verdade é que o espaço ibérico foi, desde muito cedo, palco de inúmeros conflitos derivados por um desejo de conquista e união territorial. Podemos recuar até muitos séculos atrás, como é o exemplo do século III a.C. até ao século V d.C. com o Império Romano. Depois do seu desaparecimento, com o passar dos séculos, a Península Ibérica foi ocupada por vários povos e governada por diversos reis com a mesma intenção romana - unificar ou aproximar os territórios. Destaquemos alguns períodos como:

- 1- O Reino de Toledo (555) que se tornou num marco significativo para a primeira tentativa de unificação religiosa territorial (Sacramento, 2011: 12);
- 2- O domínio muçulmano que é visto pelos historiadores como um período de paz e estabilidade, onde as divergências entre o catolicismo e o islamismo são toleradas e contribui-se para um desenvolvimento e incentivo do centro urbano, da economia e da cultura (Sacramento, 2011: 12);
- 3- O reinado de D. Dinis (1279-1325), um monarca que mostrou ter um sentido único para a gestão dos territórios peninsulares: o casamento com D. Isabel (filha de D. Pedro III de Aragão) tornou-se numa ótima aliança, visto que Aragão adquirira uma valiosa importância no ramo económico e político no Mediterrâneo; a constituição e adesão conjunta à Ordem de Cristo; o estabelecimento da paz entre os reinos, contribuindo para a estabilidade e indiscutibilidade das fronteiras e ainda a adoção do português como língua a ser utilizada na chancelaria e nos documentos legais (o que o separa do latim comum utilizado no resto da Hispânia e Cristandade) (Sacramento, 2011: 17-18);

- 4- O reinado de D. Afonso IV (1325-1357) que se aliou a Afonso XI (1312-1350) com o objetivo de manter a paz e evitar o risco expansionista – declaração de paz e colaboração entre Portugal e Castela (1320). As uniões matrimoniais de D. Maria, sua filha, com Afonso XI de Castela e do Infante D. Pedro, seu filho, com D. Branca. Apesar do primeiro matrimónio causar conflitos bilaterais – guerra de 1336 e 1339 - quando são invadidos pelos muçulmanos, os povos peninsulares cristianizados unem-se e saem vencedores, prevalecendo a paz durante uma geração – D. Pedro I (1357-1367) e D. Fernando I (1367-1383) (Sacramento, 2011: 19-20);
- 5- O reinado de D. Fernando decorreu num período muito instável a nível político, tanto a nível nacional como internacional, devido às pandemias que dizimaram a população e aos períodos ora de paz ou de guerra consecutivos com Castela (1369 até 1382) que só cessaram com o matrimónio de D. Beatriz, sua filha, com Juan I de Castela (1379-1390) acordado no Tratado de Salvaterra de Magos (1383) (Sacramento, 2011: 20);
- 6- O reinado de D. João I, Mestre de Avis (1385-1433), e a abertura de novos caminhos para a glória dos países peninsulares que se lançam aos mares em busca de novos territórios – África (Sacramento, 2011: 21);
- 7- A concretização do sonho de união peninsular sob domínio de um só monarca com Filipe II – rei de Espanha e neto de D. Manuel I (1495-1521), após a grande crise dinástica provocada pela morte de D. Sebastião (1568-1578) na Batalha de Alcácer-Quibir (1578) (Sacramento, 2011: 26);
- 8- A dinastia filipina com as gerações de Filipe I de Portugal e II de Espanha e Filipe III de Portugal e IV de Espanha (1621-1640) que resultará em inúmeros conflitos e gerará o golpe de 1 de dezembro de 1640, dia de celebração da Restauração da Independência Portuguesa. Após a expulsão dos reis espanhóis, D. João de Bragança ou D. João IV (1640-1656) é nomeado Rei de Portugal e dá-se a última dinastia (dinastia de Bragança) (Sacramento, 2011: 27-28).

A partir daqui haverá sempre um clima de instabilidade e desconfiança face ao país vizinho (apesar dos diversos tratados de paz, alianças ou acordos) e o outro é visto como um “falso amigo”. Mas durante esta pequena viagem histórica, com um realce em alguns momentos específicos, contemplamos uma constante evolução destes países apesar dos avanços e recuos sofridos. O objetivo sempre foi o domínio de um espaço comum com um tamanho imaginável, uma boa localização e ainda com a vantagem de estar mais próximo

do outro lado do mundo. Contudo, também é necessário ver que ambos foram duas forças políticas que se tentavam afirmar desde muito cedo, tendo em conta o estabelecimento de limites e fronteiras de modo, a haver uma separação entre o que seria do domínio português e o que seria do domínio castelhano, ou seja, de forma mais simplificada, a lutar pela sua independência.

Conseqüentemente, o objetivo histórico da união ibérica acaba por formar este conceito de “Iberismo” ou de “Ibérico”, sendo atualmente objeto de estudo e análise. Nesse caso, o Iberismo é um conceito que tem vindo a ser discutido desde meados do século XIX, progrediu e encontrou vários caminhos consoante as transformações políticas e económicas ocorridas tanto em Portugal como em Espanha. Se, de início, o Iberismo poderia defender a união ibérica ou a integração das duas nações num só espaço territorial, político e económico, a partir da transição do século XIX para o século XX surgiram novas interações e ideias para a sua concretização, sendo as mais relevantes:

- 1- O Iberismo Político que vem propor uma união de estados entre Portugal e Espanha;
- 2- O Iberismo Económico que sugere a eliminação das fronteiras económicas – alfândegas - dentro da península, criando um mercado único para favorecer a economia peninsular. Defendido por intelectuais espanhóis, por Teixeira de Pascoaes (1877-1952) e José Saramago (1922-2010);
- 3- O Iberismo Cultural que apoia a ideia do conhecimento mútuo entre os dois países e de uma cultura única, mas não política. Tem bastantes adeptos como Oliveira Martins, Fernando Pessoa, José de Almada Negreiros, Miguel de Unamuno e também Teixeira de Pascoaes e José Saramago.

Dentro dos próprios estudos existem debates e as opiniões que também se dividem: os defensores ibéricos e os anti-ibéricos. Contudo, esta conceção tornou-se símbolo das relações internacionais, não algo de cariz político; e tem como interesse uma substituição e questionamento da continuidade dos modelos nacionais peninsulares, como processos abertos que estão em constante construção e desenvolvimento, não sendo algo exclusivamente nacional.

Face a todo este desenvolvimento, é necessário refletir acerca destas questões ibéricas: Será que juntos nos tornaríamos mais fortes? Seria isso possível? Haverá um foco no que diz respeito à vertente cultural deste iberismo e, como o próprio título indica, são as

visões e as palavras de Fernando Pessoa e de José Almada Negreiros que irão dar algumas respostas.

2.3. Algumas considerações sobre o Modernismo literário em Portugal

Fernando Pessoa e José de Almada Negreiros fizeram parte do movimento modernista, mais concretamente no designado Primeiro Modernismo Português, e é essencial neste subcapítulo relembrar alguns pontos-chave acerca deste período.

O Modernismo teve o seu lugar num período histórico que estabiliza a partir dos anos 50 do século XX, numa altura em que já está consolidada a “tradição modernista”, tanto nos discursos críticos como nas práticas artísticas, e a verdade é que o próprio termo utilizado para este movimento até hoje ainda tem uma grande extensão semântica. A primeira vez que nos deparamos com ele é numa carta de Jonathan Swift (1667-1745) a Alexander Pope (1688-1744) a propósito da sátira *Battle Of The Books* (1704) e posteriormente, aparece dicionarizada por Samuel Johnson (1709-1784) em *Dictionary of the English Language* (1755), mas de uma forma depreciativa no que toca à “suposta superioridade” modernista face aos movimentos anteriores (Silvestre, 2008: 472).

Só no final do século XIX (1890) é que vemos o poeta nicaraguense Rubén Darío (1867-1916) a usar o vocábulo “modernismo”, aplicado a um vasto movimento literário originado na América Latina e que muito influenciou a literatura espanhola, devido ao tráfego pós-colonial de influências. Porém, temos de distinguir o modernismo sintonizado com as vanguardas europeias de Pessoa, visto que a estética dariana manifesta admiração pelo Simbolismo e Decadentismo², sendo o culto a Eugénio de Castro (1869-1944) um grande exemplo.

A partir do século XX o Modernismo tornou-se num marco relevante que rompeu com os paradigmas utilizados e adotados por esses românticos e simbolistas, até lá muito resistentes à mudança e inovação, e propôs novas formas de pensamento e de expressão.

Num contexto mundial estávamos perante um período bastante conturbado da história – a Primeira Guerra Mundial, a crise política dos sistemas liberais e democráticos, a crise ético-moral e também artística. Portugal, nesta altura, estava a sofrer grandes mudanças

² Mochila, Miguel. (2020). *Modernidade Difusa a Recepção Hispânica de Eugénio de Castro* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. <https://doi.org/10.24902/uevora.29>

como a eleição do Primeiro Presidente da República – Manuel de Arriaga (1840-1917) - a 24 de Agosto de 1911 e, posteriormente, as consequências dos conflitos mundiais, onde ficaram em jogo as suas colónias africanas que já eram anteriormente cobiçadas pelas grandes potências desde o século XIX.

É nesta altura que se destacam certos pensamentos modernos como o facto de se ver o indivíduo e a sociedade como um todo, em que se reconstituem mutuamente, e filósofos como Heidegger (1889-1976) dão-nos esta definição do ser que passa pelo “ser-no-mundo”, pela “existência” e a pela “temporalidade”. O “ser-no-mundo” significa que o homem pode e está apto para se tornar em algo novo, inclusive ser fora de si e a isso chama-se “existência”. Essa “existência” não pode concretizar-se sem um contexto, daí o conceito de “temporalidade”, pois o homem e o tempo estão sempre ligados (Barbosa, 1998: 2-13). Esta questão do ser fora de si e da fragmentação passa a ser uma questão levantada por os outros filósofos da modernidade, como Max (1895-1973), Nietzsche (1844-1900) ou Freud (1856-1939), e está presente nos artistas e escritores da época, como são os casos de Pablo Picasso (1881-1973), Apollinaire (1880-1918), T.S. Eliot (1888-1965), o próprio Pessoa e até Almada (Silvestre, 2008: 474). É neste período que a crise do ser se torna mais presente e coloca em causa a unidade e a razão. A literatura e a arte modernas tornam-se numa espécie de denúncia, pois questionam-se face a essa racionalidade até ao momento presente, existe uma literatura e arte de interrogação, de dúvida, de desmultiplicação, de fragmentação, de não-eus, de máscaras e de heterónimos.

Sobre o “Ser Moderno” é impossível não referenciar Charles Baudelaire (1821-1867) que tenta apreender a Modernidade e a existência moderna: “A Modernidade é o transitório, o efémero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável.” (Baudelaire, 2006: 29), relevando a ambivalência do ser moderno que é visível nesta dualidade ou fragmentação do homem: “A dualidade da arte é uma consequência fatal da dualidade do homem” (Baudelaire, 2006: 281).

A cronologia modernista portuguesa foi preenchida principalmente por duas gerações de intelectuais ligados a duas revistas. Um primeiro modernismo simbolizado pela Revista *Orpheu* (1915) e o segundo modernismo de braços dados com a Revista *Presença* (1927). Sempre a par com o que acontecia nos outros países europeus, nestes modernistas portugueses existiu uma mudança no pensamento e um compromisso com uma nova realidade tanto na valorização da vida moderna, do progresso e das novas técnicas, como na quebra do passado e das ideias tradicionais.

Orpheu era uma revista literária trimestral que originou duas publicações apenas: o primeiro número em janeiro-fevereiro-março e o segundo número em abril-maio-junho, já com pinturas de Santa-Rita Pintor (1889-1918). Contava com grandes personalidades como Fernando Pessoa, José de Almada Negreiros e Mário de Sá-Carneiro (1890-1916), além de outros intelectuais como Alfredo Guisado (1891-1975) e Armando Cortes-Rodrigues (1891-1971), com o propósito de se diferenciarem das demais tendências e ansiarem mostrar qual a sua essência. Como é escrito por Luís de Montalvor (1891-1947), diretor da revista, na Introdução: “Nossa pretensão é formar, em grupo ou ideia, um número escolhido de revelações em pensamento ou arte, que sobre este princípio aristocrático tenham em ORPHEU o seu ideal esotérico e bem nosso de nos sentirmos e conhecermo-nos.” (Montalvor, 1915: 5) e ainda:

Esta linha de que se quer acercar em Beleza, ORPHEU³, necessita de vida e palpitação, e não é justo que se esterilize individual e isoladamente cada um que a sonhar nestas cousas de pensamento, lhes der orgulho, temperamento e esplendor – mas pelo contrario se unam em selecção e a dêem aos outros que, da mesma espécie, como raros e interiores que são, esperam ansiosos e sonham nalguma cousa que lhes falta, - do que resulta uma procura estética de permutas: os que nos procuram e os que nós esperamos... (Montalvor, 1915: 6)

Como era de esperar a reação face aos dois números foi escandalosa e bastante polémica devido às novas formas e temas que iam contra a ordem literária anterior. Nunca chegou a sair uma terceira publicação da revista, pois o pai de Mário de Sá-Carneiro, que financiava as publicações, já não o poderia fazer mais, marcando o fim da mesma. No ano seguinte Mário de Sá-Carneiro suicida-se de forma trágica, na capital francesa, e morrem também Santa-Rita Pintor e Amadeu de Souza-Cardoso (1887-1918).

Portugal Futurista, dirigida por Carlos Filipe Porfírio (1895-1970), continuou as pisadas provocatórias e polémicas de *Orpheu* e com as colaborações de Raul Leal (1886-1964), Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa – Álvaro de Campos, José de Almada Negreiros, Santa-Rita Pintor e Amadeu de Souza-Cardoso. Só teve uma publicação, a novembro de 1917, logo apreendida e considerada por muitos a dita terceira publicação que faltava a *Orpheu*. De facto, este período de dois anos (de 1915 a 1917) frisa muito bem o que foi o nosso Primeiro Modernismo. Neste espaço ainda se dá a queda das Revistas *Centauro* (1916) e *Exílio* (1916), importantíssimas no contexto simbolista e decadentista e

³ As maiúsculas são dos autores.

dá-se a ascensão de Almada Negreiros e dos seus manifestos, marcados ainda por um simbolismo tardio, pelo modernismo e vanguardismo (com o seu lado mais futurista).

A verdade é que o impacto desta revista de 1915 só conseguiu ser devidamente valorizada e reconhecida cerca de doze anos depois, com a que se pode designar de “segunda geração modernista” originada pela Revista *Presença* (1927-1940), de Coimbra. Aqui participam outros grandes nomes da literatura portuguesa como são o caso de José Régio (1901-1969); João Gaspar Simões (1903-1987); Adolfo Casais Monteiro (1908-1972); Branquinho da Fonseca (1905-1974); Aquilino Ribeiro (1885-1963); Miguel Torga (1907-1995) ou Vitorino Nemésio (1901-1978), continuam presentes as críticas livres face ao tradicional, dão a conhecer novas mentes brilhantes do contexto português, e também divulgam nomes e textos de escritores europeus, principalmente os franceses.

Nesta revista de Coimbra deve-se realçar o carácter atualizador estético implementado principalmente por José Régio até ao início dos anos 30, a par daquilo que era visto nos outros países europeus. Além de uma crítica aos vícios da literatura portuguesa já mencionada, existe um certo recuo nos excessos “desumanos” de *Orpheu*, uma maior sensibilidade (mais característico em Régio do que nos poetas presencistas) e um recurso à psicanálise como técnica de saciedade do eu e não dos seus abismos.

No que diz respeito à Geração de *Orpheu*, publica muito esporadicamente, sem o impacto anterior, vemos um Fernando Pessoa (entre 1924-1925) empenhar-se nas suas publicações para a revista *Athena*, entre o classicismo e o academismo, buscando uma “harmonia do paradigma clássico” (Silvestre, 2008: 475).

3. Uma visão do relacionamento de Fernando Pessoa com Espanha

3.1. O Interesse Ibérico

Fernando Pessoa foi um dos escritores mais importantes do século XX, muito mais do que um poeta há que reconhecer que a sua obra foi muito mais além da criação do seu mundo de heterónimos, da “«floresta do alheamento» da despersonalização” (Pizarro & Lopéz, 2012: 11), da fragmentação e da multiplicidade. Devemos olhar para os seus manuscritos, saber analisar e assinalar outros temas igualmente importantes, sendo um deles a questão ibérica. Decerto que não foi o seu preferido, mas o propósito deste estudo é dar-lhe a devida atenção e valorização. Um escritor como ele não podia estar alheado dos assuntos e acontecimentos importantes do mundo, a Ibéria era algo debatido e “preocupava” a geração em que se inseriu.

No contexto português do século XX, esta questão foi fortalecida pelo *Integralismo Lusitano* (1914-1932) - movimento que surgiu depois da Revolução de 1910 e é contrário à Implantação da República e, posteriormente, ao Estado Novo – organizador de inúmeras conferências, entre as quais *A Questão Ibérica* (de 1916 e publicadas por Almeida, Miranda e Sousa). Os seus líderes eram António Sardinha e Rolão Preto e defendiam um pan-hispanismo (ou seja, uma união entre os dois povos a nível cultural, social, económico e também político) também proposto em Espanha pela revista *Acción Española*. Porém, o nosso poeta não defendia o mesmo que o Integralismo Lusitano e criticava o seu nacionalismo tradicionalista. A própria questão ibérica também se tratava de uma questão identitária, quer no plano individual quer no plano coletivo, e isso fazia parte da filosofia e estética do próprio escritor.

Apesar da sua educação inglesa e da influência anglófona, nunca esteve de “costas voltadas” com Espanha, nem com nenhum dos assuntos que lhe dizia respeito. De facto, não teve sorte no contacto com o outro lado da fronteira e, conseqüentemente, não teve uma devida ligação com a cultura espanhola. No entanto, leu e traduziu algumas obras castelhanas na sua juventude e na sua biblioteca pessoal foram descobertos alguns livros de escritores espanhóis como: Diego Ruiz (1881-1959); José Ortega y Gasset (1883-1955); Ignacio de Ribera y Rovira (1880-1942); Ramón de Campoamor (1817-1901); José de Espronceda (1808-1842); Miguel de Unamuno e manteve contacto com alguns escritores espanhóis.

Como tradutor publicou algumas versões de textos castelhanos na *Biblioteca de Obras Célebres* (o mesmo ano – 1912 - dos seus primeiros textos para a revista *A Águia*, núcleo da Renascença Portuguesa) como: poemas de Góngora (“Frescos airecillos”), Quevedo (“Epístola al Conde de Olivares” e “A Roma sepultada en sus ruinas”) e Garcilaso (5 sonetos). Em 1923, para a mesma biblioteca, traduziu ainda o *Poema de Mio Cid*, o *Estudiante de Salamanca* de Espronceda para Olisipo e alguns textos de José María Blanco White (Sáez Delgado, 2007: 144).

Em termos de mediadores espanhóis não teve tanta sorte como outros autores portugueses, estava restringido a um pequeno grupo de ultraístas com menos peso na literatura e que não faziam parte do dito cânone literário espanhol, como são os casos de Isaac del Vando Villar (1890-1963); Adriano del Valle (1895-1957) e Rogelio Buendía (1891-1969), que já tinham publicado na revista *Contemporânea*.

Adriano del Valle foi com quem manteve mais contacto, conheceram-se na lua de mel do mesmo em Lisboa (1923). De vocação modernista, como parte integrante do ultraísmo devido ao seu papel como redator-chefe de *Grecia*, foi um poeta que manteve um contacto bastante vincado com o nosso país, desde esta aproximação com Pessoa até ao seu papel como mediador ibérico como representante da cultura franquista (anos 40 e 50) acompanhado por António Ferro (1895-1956), do Secretariado de Propaganda Nacional do Governo Salazarista (Sáez Delgado, 2019: 412). Foi um dos poucos autores que reconhece a importância e deu o devido valor à literatura portuguesa da época, pelo seu conhecimento e pelas diversas viagens efetuadas ao país vizinho. Devido a esta aproximação foi possível a publicação e tradução no diário *La provincia* (11 de setembro de 1923) de vários textos do próprio Pessoa (os fragmentos V, VII, VIII, XII e XIII de *Inscriptions*) e de outros escritores portugueses: Sá-Carneiro, António Botto (1897-1959), Judith Teixeira (1880-1959) ou até Camilo Pessanha (1867-1926) (Sáez Delgado, 2007: 147). Também se encontrou ainda uma publicação no diário *La Unión* (a 18 de setembro de 1923) feita por Adriano del Valle que realça os feitos poéticos do escritor português:

(...) hube de conocer en Lisboa a uno de los más puros y selectos hombres de letras de aquel bello país ibérico: Fernando Pessoa. A su virtud de gran poeta, (...) une la depuradísima cualidad de ser uno de los más sagaces críticos literarios de su país y de poseer un espíritu tan amplio y tan abierto a todas las fuerzas ciegas de la naturaleza (...) toda su obra crítica está llena de un gran prodigalidad de comprensión, de una fina sonrisa de simpatía, para todas las más audaces manifestaciones de arte contemporáneo. (Pessoa, *apud* Sáez Delgado & Pérez Isasi, 2018: 95)

Estas correspondências foram os contactos mais importantes, que confirmam que o

interesse e a afinidade eram superficiais. Sabe-se que entre 1923 e 1924, depois da estadia de Valle em Lisboa, houve uma troca de cartas entre ambos (cerca de catorze). E a partir das mesmas conseguimos perceber quais os aspetos mais relevantes:

- 1- A compra e o envio de livros portugueses de Pessoa a Adriano, onde se veem as preferências literárias deste último;
- 2- Envio das *Canções* de Botto a um conjunto de escritores e críticos espanhóis (contactos obtidos através de Adriano);
- 3- Opiniões de ambos os autores face a alguns membros da revista *Contemporânea*.

Apesar da convivência entre Adriano e os ultraístas andaluzes – Rogelio Buendía e Isaac Del Vando-Villar - com Pessoa, estes não conheciam as suas facetas poéticas, mas sim o seu lado como crítico literário, com o primeiro contacto através das revistas *A Águia* e *Contemporânea*. A aproximação vista por parte de Buendía e Del Vando-Villar era com a intenção de obter críticas acerca das suas obras em Portugal, algo que nunca chegou a ser acontecer, porque o nosso autor português aproveitou estas relações para poder ver publicadas as suas críticas em Espanha. Por volta de novembro de 1924 aponta-se para a perda de contacto entre Pessoa e Adriano e, talvez, por culpa da discussão entre Botto e Adriano⁴ por causa das suas traduções face a um conjunto de poemas (Sáez Delgado, 2019: 415).

Quanto aos autores com uma presença mais forte no cânone literário é de realçar a desilusão e revolta, por parte do escritor juntamente com Mário de Sá-Carneiro, quando pedem uma crítica a Miguel de Unamuno face à revista *Orpheu*, pois não obtiveram qualquer resposta. Como vemos abaixo:

Por este correio enviamos a V. Exa. o primeiro número da nossa revista *Orpheu*. Como depreenderá de uma, ainda que rápida, leitura, esta revista representa a conjugação dos esforços da nova geração portuguesa para a formação duma corrente literaria definida, contando e transcendendo as correntes que tem prevalecido nos grandes meios cultos da Europa. (Pessoa, 1998: 158-159)

Os artistas desta polémica revista acreditavam oferecer aos seus leitores algo nunca visto, mas Unamuno pareceu não estar muito interessado nas vanguardas. É de imaginar a

⁴ António Botto criticou Adriano del Valle por alterar nas suas traduções do poema “Palavras de um avestruz todo gris”, o género “ele” por “ela”, modificando o conteúdo homossexual presente nos originais. (Sáez Delgado, 2019: 415).

frustração por quem já o tinha elogiado, anteriormente, como uma pessoa iluminada e cheia de talentos:

Diferença de cultura que há hoje em Espanha e Portugal. Em Espanha há um intenso desenvolvimento da cultura secundária, da cultura cujo máximo representante é um homem de muito talento; em Portugal, essa cultura não existe. Há, porém, a superior cultura individual que produz homens de génio. E, assim, não há em Espanha uma figura de real destaque genial: o mais que há é figuras de grande talento – um Diego Ruiz, um Eugénio d’Ors, um Miguel de Unamuno, um Azorín. Em Portugal há figuras que começam na centelha genial e acabam no génio absoluto. Há individualidades vincadas. Há mais: há um fundo carácter europeu no fundo. (Pessoa, *apud* Sáez Delgado, 2007: 146)

Podemos considerar que este “génio absoluto” seria ele próprio, havendo sempre uma certa sobrançeria nas suas palavras face aos outros autores e do próprio país em relação aos restantes.

Num texto pouco posterior a 1930, Pessoa ainda parece comentar umas declarações feitas por Unamuno, numa entrevista a António Ferro para o *Diário de Notícias*, acerca de uma opinião linguística de que o castelhano podia ser considerado a língua com maior difusão peninsular. O português não esconde a sua amargura ou orgulho ferido quando diz:

Unamuno’s argument is really an argument for writing in English, since that is the most widespread language in the world. If I am to abstain from writing in Portuguese, because my public is limited thereby, I may just as well write in the most widespread language of all. Why should I write in Castilian? That U. may understand me? It is asking too much for too little. (Pessoa, *apud* Sáez Delgado, 2007: 146)

Concluimos que nunca foi realizada uma aproximação entre Fernando Pessoa e Miguel de Unamuno. Os trajetos percorridos pelos dois eram de universos literários diferentes, mesmo que partilhassem da mesma opinião acerca de alguns assuntos da época. Unamuno manteve durante toda a sua vida a grande amizade e respeito por Teixeira de Pascoaes e por autores que estavam ligados à Renascença Portuguesa, porém sempre distante aos ideais de Pessoa e dos seus heterónimos.

3.2. Os textos ibéricos de Fernando Pessoa

Podemos datar o início sobre a escrita pessoana sobre o iberismo a partir de, aproximadamente, 1915. O seu núcleo principal de textos remonta aos últimos anos da

Primeira Guerra Mundial, isto é, entre 1917 e 1918 – anos em que também algumas opiniões espanholas se fazem ouvir face a esta aproximação ibérica. O maior exemplo é o diário *El Imparcial*, com a direção de Félix Lorenzo, com publicações sobre a Ibéria e que despertaram o interesse do nosso poeta português. Como Pizarro e López (2012) ainda salientam, em 1915, Lorenzo já tinha publicado um livro denominado *Portugal (cinco años de República). Impresiones de un periodista español* e esta sua alusão ibérica no *El Imparcial* acaba por coincidir com a explosão de textos ibéricos pessoais e a sua possível visão de uma aliança entre os países irmãos.

Na verdade, tanto Unamuno como Pessoa parecem duvidar desta harmonia ibérica proposta pelo jornalista. Lorenzo defendia esta aproximação como uma espécie de império, de inspiração alemã, o que facilitaria a incorporação de Portugal em Espanha, um dia mais tarde. Porém, Unamuno apoiava a independência da República Portugal, tal como Pessoa, e exibiu uma proposta de “união moral” que nascesse da “sabedoria popular”. Os dois acreditavam que pequenas nações eram capazes de cumprir a expansão imperialista, não de conquista (como a alemã), mas de cultura. Assim sendo, estas seriam as bases de um Iberismo Cultural, porém atentemos:

Se o nosso imperialismo é um imperialismo cultural, ou, em outras palavras, se é um imperialismo cujo ponto de apoio é a Cultura, é evidente que, para a sua organização dinâmica, se deve apoiar aos elementos a que culturalmente pertence ou com que culturalmente se conjuga; sendo certo que se não deve esquecer que um imperialismo, embora cultural, é sempre um imperialismo, isto é, que embora uma política cultural, é sempre uma política. (Pessoa, 1979: 83)

O conceito de “imperialismo” está sempre presente, porque sem ele não poderia existir um “imperialismo de culturas”, o exato tipo de imperialismo que devíamos de seguir com uma atitude e uma organização conforme o nosso objetivo.

Não podemos falar propriamente de um abandono da questão ibérica em Pessoa, mas sim chamar-lhe de afastamento, porque continuou a escrever sobre Espanha. Há menção, entre 1920 e 1930, de textos de cariz ibérico publicados nas revistas *Contemporânea* e *Sudoeste* e até uma possível projeção de uma revista luso-espanhola bilingue (antecipação do que viria a resultar na *Arte peninsular* – 1929).

Ao invés de um iberismo político, podemos enquadrá-lo num iberismo cultural que está profundamente ligado às questões identitárias. Tal como acontece com o ortónimo, com os heterónimos e com o próprio povo português, na ibericidade pessoana são levantadas várias questões sobre: O que é a cultura portuguesa? O que é ser português? O que é ser

ibérico? É nesta procura do ser e da cultura ibérica que vão estabelecer-se alguns conceitos-chave para que se entenda melhor o propósito da sua proposta e o lugar que ela ocupa na sua produção literária. Os textos que a seguir vão ser analisados têm um carácter fragmentário e faziam parte de um suposto projeto que Pessoa parece ter intitulado de *Ibéria – Introdução a um Imperialismo Futuro* (Pizarro & López, 2012: 7).

3.2.1. A não latinidade da Ibéria

Fernando Pessoa chama a atenção para a importância de certos critérios linguísticos para uma melhor definição daquilo que se trata a Península Ibérica e a sua unificação. Interroga-se primeiro se são realmente Portugal e Espanha povos latinos, uma questão terminológica, à qual responde que nada existe de propriamente “latino” nestes povos:

Não há, na enorme diversidade de factores sociais incluída nos povos a que se convencionou chamar de «latinos» traço comum, que não seja uma certa semelhança linguística – semelhança essa porém que resulta, não de uma fundamental e espontânea íntima de características raciais, mas de uma comum origem linguística nos restos degenerados do Império Romano. (Pessoa, 1986: 79)

Haver uma comum origem linguística não basta para os considerar como latinos. Em vez de latinos, historicamente e socialmente, o “espírito” ou “psyque” ibérica (termos bastante utilizados pelo próprio) é parcialmente romano/a. Considera apenas como latinos a Itália ou a França “no sentido possível sociológico da palavra” (Pessoa, 1986: 80). A primeira como herdeira direta da tradição clássica e a segunda pelo espírito da própria raça, mais lúcida, sendo a natural sucessora da parte lógica e simplificadora. Podemos até concluir que poderia querer separar Portugal e Espanha de todos os outros países com designação “latina”, superiorizando-nos de alguma forma e sem quaisquer associações. Acima de qualquer comparação possível, quanto aos ditos países latinos, nós éramos mais que isso – *ibéricos*⁵:

Na península hispânica, de um lado a outro, nós não somos latinos, somos ibéricos. (...) Nada temos, psicologicamente, de comum com os dois países herdeiros da civilização latina propriamente dita (...) Temos – espanhóis e portugueses – uma mentalidade à parte do resto da Europa. Por mais diferenças que nos separem (e elas deveras existem) estamos mais próximos psiquicamente uns dos outros, do que qualquer de nós de outro qualquer povo

⁵ O *itálico* é nosso.

extra-ibérico. (...) Se somos ibéricos temos o direito a esperar que tudo deve tender para uma política ibérica, para uma civilização ibérica que, comum aos países que compõem a Ibéria, a todos porém, transcenda (a cada um deles individualmente transcenda). (Pessoa, 1986: 93)

Este conceito de “civilização ibérica” é retomado por Pessoa através de Oliveira Martins⁶ e a *História da Civilização Ibérica* a par de outras ideias que vamos ver aqui, mais à frente, desenvolvidas (Sacramento, 2011: 38).

3.2.2. Sentido Nacional e Sentido Civilizacional

Como se de um esquema se tratasse, neste tópico, Pessoa decompõe a civilização europeia em vários grupos civilizacionais:

- 1- O anglo-escandinavo com desenvolvimento civilizacional individualista;
- 2- O germânico com desenvolvimento disciplinado das forças sociais;
- 3- O latino marcado pela centralização indisciplinada – como França e Itália;
- 4- O oriental que é incerto e incapaz de produzir elementos civilizacionais – como a Grécia, a Turquia, a Rússia, a Pérsia e os países balcânicos;
- 5- O ibérico, com Portugal e Espanha incluídos, caracterizados por uma espécie de ocidentalização europeia. Porventura, esta “ocidentalização” pode estar relacionada com uma vocação americana, visto que a frase seguinte se inicia com “A Améri(...)” (Pessoa, 1986: 81) e fica inacabado. Esta ligação é tomada mais adiante num outro fragmento em que acrescenta: “o espírito ibérico é uma fusão do espírito mediterrâneo com o espírito atlântico” (Pessoa, 1986: 81), uma espécie de interligação com o americanismo originado pela atração oceânica. Aquilo que “une” a Península Ibérica à América é todo o oceano Atlântico.

⁶ Joaquim Pedro de Oliveira Martins foi uma das figuras mais importantes da historiografia portuguesa e da Geração de 70. Adaptou-se facilmente às mudanças e às correntes da época e sabe-se que as suas obras, bastante controversas, influenciaram quer o mundo político, como o histórico e ainda o literário. Neste ponto de vista ibérico, além de outros autores, também sentia uma necessidade de aproximação entre Portugal e Espanha, que poderia ir mais além do que era cultural e literário: uma espécie de aliança e ligação mental, intelectual, sentimental e que só traria benefícios para uma maior valorização nacional. (Sacramento, 2011: 38)

Esta divisão e o conceito de civilização dá-se porque “Um grupo civilizacional é tanto mais útil quando mais consciência tem de si-próprio (...)” (Pessoa, *apud* Pizarro & López, 2012: 39). Ao tomarmos consciência de nós próprios, o poeta acreditava numa soberania face aos restantes grupos. Esta designação de “grupo civilizacional” ajudaria também a delimitar os grupos definidos acima, nomeadamente o ibérico dos restantes europeus, funcionando como uma espécie de síntese dos diversos impérios, isto é, as tais “syntheses civilizacionais” (Pessoa, *apud* Pizarro & López, 2012: 39).

Relacionado com este “sentido nacional e civilizacional” denota-se que o primeiro passo é a implantação da República Portuguesa: “Querer reimplantar a monarquia em Portugal é dos maiores crimes” (Pessoa, 1986: 81) e vai totalmente contra a Pátria Portuguesa e a futura ou possível civilização ibérica.

Além disso, existem mais três critérios essenciais para a união ibérica:

1º abolição da monarquia em Espanha; 2º a separação final da península em três nacionalidades essenciais – a Catalunha, Castela e as provinciais que conseguiu submergir na sua personalidade, e o estado galaico-português. É absolutamente impensável a solução do problema ibérico sem ser por uma federação; é impensável a federação com a constituição desigual, antinatural, viciosa e falsa, dos estados ibéricos atuais. (Pessoa, 1986: 81)

Percebemos que o facto de Espanha estar dividida nas suas unidades naturais perturba o desenvolvimento de uma futura civilização ibérica, daí a sua necessidade na eliminação da monarquia espanhola, porque é o que une estas províncias.

3.2.3. Confederação Ibérica e a Diferenciação das Nações Ibéricas

Como já referido anteriormente, a par das publicações feitas por Lorenzo no diário *El Imparcial*, Pessoa desconfia e questiona-se acerca desta harmonia ibérica. Das três coisas que pensa, uma delas pode ser verdade: será que pretende estabelecer uma relação amistosa entre os dois países até àquele momento da história? Quererá tatear terreno para a absorção de um pelo outro (neste caso de Portugal por Espanha) ou buscará um acordo, ao invés de uma amizade, que não seja representado pela absorção, mas por algo que aproxime os dois estados? Na realidade que possibilidades haverá nesta tentativa de aproximação? Esquematiza os principais problemas:

Problema a estudar sociologicamente; (a) a unidade da Ibéria – a sua peninsularidade, (b) o local histórico de fusão do elemento romano com o árabe, (c) os dois países presos à mesma nota do passado, pela sua comum acção na abertura do Novo Mundo à Civilização. (Pessoa, 1986: 95)

Concluimos que o que é comum nestes três problemas a estudar serão a unidade da civilização ibérica, porque mesmo que os dois povos estejam ou se sintam separados, “são rodas do mesmo eixo” (Pessoa, 1986: 95) e ainda longe um do outro, “são parte do mesmo movimento e têm o mesmo sentido de direcção” (Pessoa, 1986: 95). Isto é, se são países vizinhos, fronteira com fronteira, fazem parte do mesmo corpo territorial e devem seguir o mesmo caminho já que unidos se tornam mais fortes relativamente às grandes potências, ideia igualmente pensada por Oliveira Martins⁷ (Sacramento, 2011: 38).

Contudo, é importante que os estados integrantes desta personalidade ibérica – Catalunha, Castela e o estado galaico-português – mantenham e radicalizem as suas diferenças. Não nos podemos esquecer do “ódio” de Portugal face a Espanha imperialista e da sua recusa em se tornar espanhol. E, alerta Pessoa, distinguir a língua e a ortografia portuguesa da castelhana, fazer uso da “ortografia tradicional” (Pessoa, 1986: 97) para que haja sempre uma “espécie de pré-separatismo ibérico” (Pessoa, 1986: 97). Manter estas divergências seria o mais correto, pois toda a entidade é superior na simetria em que a sua essência é compreendida e concretizada por funções diferenciadas, porque só assim “conseguida a unidade orgânica, a divergência grande das partes componentes tenderá a fazer uma unidade altamente produtora de civilização” (Pessoa, 1986: 96).

Um grupo civilizacional tem como princípio uma confederação espiritual, onde “torna o mesmo g[rupo] c[ivilizacional] uma confederação na acção civilizacional, isto é, torna *corrente o seu confederatismo natural de espírito” (Pessoa, *apud* Pizarro & López, 2012: 39), dando origem a “uma unidade complexa e, portanto fecunda” (Pessoa, 1986: 97). De facto, nascemos unos, mas com os vários episódios da história fomos separados e cada um ascendeu na sua pura essência, para que unidos, mais tarde, conseguíssemos ser organismos superiores face à Alemanha ou até à França (mais uma vez a patente crença de uma soberania ibérica).

Feito o apelo à aproximação e diversificação ibérica, vai abolir a absurda tentativa de absorção de um país pelo outro “como ibericamente criminal” (Pessoa, 1986: 97) e,

⁷ Através deste conceito “Iberismo”, termo utilizado por Oliveira Martins, com base nesta ideia de grandiosidade partilhada, o autor sugere uma aliança peninsular onde ambos os países têm o seu próprio domínio territorial e político e que se juntam numa coligação que tem como objetivo um reavivamento da glória das nações ibéricas. (Sacramento, 2011: 38)

consequentemente, e a absorção (fictícia) da Catalunha. Não é esse o objetivo para a conclusão a que chega de uma visão integral do que possa ser a confederação, “Porque – não esqueçamos nunca! – não se trata nem de união, nem de federação, mas de confederação apenas. Lembremo-lo outra vez, lembremo-lo sempre!” (Pessoa, 1986: 97). Esta seria a base da sua proposta iberista: uma confederação congregadora de uma unidade liberal-conservadora, livre de fronteiras e de espírito cosmopolita. Apenas em confederação conseguiríamos a unidade necessária para que os elementos constituintes distintos e com funções diferentes pudessem realmente funcionar.

3.2.4. Para construir a Ibéria

Pessoa diz que não nos podemos concentrar ou dar demasiada importância às consequências e/ou resultados culturais como um dado adquirido. No fundo, seriam “soluções” incertas, apenas “sonhos” ou ambições, sem sabermos ao certo onde nos poderiam levar. Devemos, como atenta Pessoa, determinar este “pré-espírito ibérico”, conservando, fortemente, as nossas diferenças face aos outros grupos civilizacionais e entre nós, nacionalmente: “Um país vale profundamente na sua civilização pelo grau com que, nacionalizando-os, aprofunda e dá novo sentido aos elementos gerais comuns a todos os países da civilização a que pertence” (Pessoa, 1986: 85).

Não queria ser igual à Suíça ou à Holanda, países conservadores de civilização, que podiam deixar de existir sem que a sua essência sofresse e sem nada relevante para dar à civilização, porque “Um país inferior limita-se, aceitando os elementos gerais de civilização, a imprimir-lhes o cunho nacional suficiente para que não se desnacionalize, recebendo-os.” (Pessoa, 1986: 85); nem quer ser um país mediador ou distribuidor de civilização como são a França, a Alemanha e até mesmo Castela que aceitam os elementos exteriores como “também os harmoniza e os intensifica num determinado sentido” (Pessoa, 1985: 85). A França com um papel de racionalizar a civilização, como harmonizador do conjunto de ideias e tendências que constituem esse fundo civilizacional; a Alemanha como a transformadora desses valores e controladora das forças civilizacionais e Castela, por fim, que se opôs às correntes europeias. Todos eles distribuem estes valores da civilização com uma base de ação imperialista como aconteceu com Napoleão, Guilherme II e Filipe II.

Para nós, ambiciona algo maior, com o objetivo e o direito de existirmos com dignidade como acontece com Itália ou Inglaterra que são países criadores de civilização, a quem também “os Deuses concederam que abrisse as portas do Longe e renovasse na distância o velho mundo” (Pessoa, 1986: 86). Porém, Portugal, que tivera sido abençoado pelos Deuses no Tempo das Descobertas (referido subentendidamente), aos olhos de Pessoa, tivera agido de forma incompleta e “inibéricamente”. Mas, “naquele agora”, já com o devido reconhecimento dos erros passados, com uma Península Ibérica unida poderíamos enfrentar o resto da Europa:

Todos nós de aqui – portugueses, castelhanos, catalães – só atingiremos a nossa maioria civilizacional quando, confederados na Ibérica, pudermos, lidados na desgraça e na experiência triste de tanto passado, afrontar a Europa outra vez, reconstruir o nosso domínio dos tempos em que o mundo era nosso, de outra maneira, para outros fins, [...]. (Pessoa, 1986: 98)

O objetivo final é que se crie um império e que se afirme perante o mundo com base numa conquista de posterioridade, como assim indica: “A maior conquista que os impérios fazem é a conquista da posterioridade. A conquista da posterioridade, a língua imperial a grava nos muros da eternidade, a latteras [*sic*] de fogo.” (Pessoa, 1986: 100).

3.2.5. Aliança Ibérica

Neste tópico, Pessoa esclarece o seu leitor naquilo que devíamos agir em conjunto e em separado. Elucida-nos que devemos ser separados em tudo o que sejam problemas nacionais - instituições e costumes: “com o seu próprio exército, marinha, serviços diplomáticos e assim por diante” (Pessoa, 1986: 94) - e unidos naquilo que sejam problemas civilizacionais: “(1) uma aliança ofensiva e defensiva, (2) uma aliança cultural, (3) a abolição de fronteiras alfandegárias entre todas elas” (Pessoa, 1986: 94), pois o propósito é que a orientação perante a Europa seja a mesma para os dois.

Devido a outras circunstâncias, já há outros fatores que nos separavam como Portugal ser um país colonial e Espanha não, haver república portuguesa e a monarquia espanhola, o anticatolicismo português e o catolicismo espanhol, mas também a atitude copiosa e, mais tarde, submissa face a uma Espanha imperialista: “Quando da nossa grandeza, de ambos, nós, forçados pelos resultados das descobertas a assumir um imperialismo, fomos tomar uma

atitude espanhola. Daí a nossa queda no domínio de Espanha” (Pessoa, 1986: 88). Devido a esta dissemelhança institucional, não nos esqueçamos que Espanha está repartida por várias nacionalidades, como o próprio poeta com os seus heterónimos, contrariamente Portugal não, com uma nação de base unitária e homogénea.

Ali a monarquia é necessária, a não ser que se queira a Espanha desfeita nas nacionalidades que a compõem; aqui a república basta, e torna-se desnecessário a monarquia, porquanto não temos de unificar, o país estando, por si, unificado. Só é admissível a monarquia onde não convém haver república. (Pessoa, 1986: 88)

Ainda assim, o carácter estreitamente nacionalista de Espanha entra em confronto com o feito profundamente cosmopolita português e isso torna-se o que irá prejudicar esta união de esforço. Porém, convém que “O ideal seja comum. A orientação diversa.” (Pessoa, 1986: 89), preservar a distância, a diversidade e manter a direção geral civilizacional para conseguirmos ser mais fortes.

3.2.6. Aproximação mental entre Portugal e Espanha

Para que exista uma orientação ibérica tem de haver outra coisa muito importante em comum: algo psíquico – uma espécie de aproximação mental, porque sem isso são totalmente inúteis todos os esforços feitos até agora.

Tudo isto passa, primeiramente, pela criação de uma nova literatura e de uma nova filosofia que “Foi dado em Portugal, em filosofia sobretudo, por Leonardo Coimbra, um dos três grandes filósofos da Europa contemporânea (os outros dois são Bergson e Eucken)” (Pessoa, 1986: 89-90). O resultado desse novo pensamento literário e filosófico seria a criação de uma revista escrita nas respetivas línguas ibéricas – o português e o espanhol – com artigos interessantes sobre ambas as nacionalidades, a quem competiria esta tarefa de criação e organização teria toda uma técnica “segura” e cativante, porque só pela semelhança idiomática não encontraria dificuldades:

Não há no mundo duas línguas tão justamente nestas condições como são a espanhola e a portuguesa. (...) Todo espanhol compreende, lendo, o português; todo português, compreende, lendo, o espanhol. (...) Tudo está em que esses artigos, que especialmente se destinam a interessar espanhóis ou portugueses, não sejam de um interesse tão restrito que não possam interessar também portugueses ou espanhóis. (Pessoa, 1986: 93)

Antonio Sáez Delgado (2007) faz referência a um texto, sem data (possivelmente posterior à publicação de *Orpheu*), em que é visível esta necessidade de união ibérica e que parece interessante para esta unidade mental - ir além de uma revista bilingue, isto é, permitir uma maior difusão da literatura portuguesa em Espanha e, claramente, da sua literatura, o seu principal interesse:

Os três pontos de apoio exteriores de esta propaganda devem ser Londres, Madrid e Rio de Janeiro, porque os três países através dos quais convém canalizar a propaganda são aqueles de que essas cidades são capitais (...) A conveniência de uma entente ibérica, em termos e dentro dos limites que uma aliança inglesa impõe e sugere, e o próprio escrúpulo da nossa independência orienta, conduz à ideia de ser conveniente estabelecer em Madrid um outro foco de propaganda (...) Em Espanha o que é mais preciso é a disseminação da nossa literatura, sobretudo da literatura tipicamente portuguesa, para, de certo modo, contrabalançar a disseminação que a literatura espanhola já obteve entre nós. (Pessoa, *apud* Sáez Delgado, 2007: 145)

A nível político e cultural estamos orientados ibericamente em relação aos restantes países extraibéricos: “mas orientadas ibericamente, isto é, subordinadas ao conceito fundamental que das cousas faz a alma ibérica.” (Pessoa, 1986: 90). Todavia, causado pelo sentido cosmopolita português e a falta ainda do carácter político ibérico, Pessoa alerta os leitores destes textos para a necessidade de nos afirmarmos internacionalmente para podermos ser nacionais: “Outras nações continuam a ter relevo de vida quando nacionais na sua vida; nós precisamos de ser internacionais para poder ser nacionais a qualquer ponto” (Pessoa, 1986: 90). O que nos diferencia das culturas estrangeiras é a parte analítica ou “conflitante” que nos falta para podermos ter ou criar uma atitude ibérica própria: “Com elemento da Itália, a Inglaterra criou a Renascença. Com elementos também italianos, criou a França a sua. Nós, com elementos da Renascença somados aos da Idade Média, católicos.” (Pessoa, 1986: 90).

Realça, mais uma vez, que as nações não deviam abdicar da sua personalidade ou independência, promovendo entre elas uma relação de entendimento e de amizade, porque o propósito era perceber que a fronteira que as separa também as une; apesar de poderem e deverem existir de forma individual, moralmente, poderiam ser uma só e isso era a chave para o possível progresso e equilíbrio ibérico:

1. Amisade. Se am[izade] é, o melhor meio de a cultivar é cultival-a, e esse é não fallar nella mas tel-a. Uma aproximação intellectual, e mas sem estar constantemente a dizer “isto é amisade”. Acontece com as nações o que acontece com os individuos, porque a ambos se

applicam as leis psychologicas. De um individuo que me diz 4 vezes que é um amigo, eu poderia ficar sabendo pouco ou uma cousa ficar sabendo, é que não é um amigo, por ter consciencia em parecel-o, e é estúpido, porque mente demovida essa consciencia. (Pessoa, *apud* Pizarro & López, 2012: 45)

3.2.7. Fundo da Alma Ibérica

Neste texto pessoano podemos observar uma espécie de distribuição de tarefas entre os dois países peninsulares, com a finalidade de criar um tipo de civilização que sintetiza as civilizações passadas. Pela lógica, Espanha apoiar-se-ia em tudo o que fosse mais conservador e Portugal em tudo aquilo que fosse mais moderno, como exemplifica abaixo:

*Fundo comum da alma ibérica*⁸: seu carácter totalmente sintético perante as influências alheias.

Resultante civilizacional: Criação de um tipo de civilização que seja um resumo das civilizações passadas.

Papel de Espanha: Síntese dos elementos estrangeiros por subordinação dos modernos aos mais antigos.

Papel de Portugal: Síntese dos elementos estrangeiros por subordinação dos antigos aos mais modernos. (Pessoa, 1986: 91)

Tendo em conta que em países como França, Alemanha ou Inglaterra houve um contraste de elementos vitalizadores estrangeiros ou nacionais face a outros elementos, na Península Ibérica o que aconteceu foi a nacionalização de algo estrangeiro apenas: “O império de Felipe II foi a nacionalização directa de forças antigas, estrangeiras, transportadas para Espanha sem alteração. (...) O Portugal das descobertas foi a nacionalização de uma tendência estrangeira.” (Pessoa, 1986: 91). O propósito ibérico passaria por uma nacionalização por concordância dos elementos estrangeiros e dos nacionais, fossem eles contrários ou concordantes.

3.2.8. A Aliança inglesa

Ángel Crespo (1985) publica a sua opinião face a estes textos ibéricos destacando o antagonismo político da Inglaterra. Ora vejamos:

⁸ O *itálico* é dos autores.

(...) e Inglaterra, que politicamente había pisoteado a los países ibéricos. (...) demuestra que Pessoa antepunía la indignación que le causaba la política internacional del Reino Unido, de la que el episodio más espectacularmente vejatorio para su país fue el célebre ultimátum del año de 1890, a sus afinidades y preferencias intelectuales. (Crespo, 1985, *El País*)

Segundo estas palavras podíamos deduzir que ainda havia ressentimentos pelo *Ultimatum* inglês, mesmo tendo em conta a preferência de Pessoa pela língua inglesa e a sua influência anglófona, e por isso a Inglaterra faria parte do grupo inimigo da Ibéria, a favor da teoria de Oliveira Martins⁹ (Sacramento, 2011: 38). Pelo contrário, segundo Pessoa era preciso manter o distanciamento das grandes potências, mas não necessariamente da Inglaterra, com quem pretender ter uma aliança e apoio político, porque “é o único país realmente civilizado da Europa.” (Pessoa, 1986: 90), excluindo a Itália, apesar do seu espírito criador civilizacional concedido, tal como a Portugal, pelos Deuses. A futura Ibéria, inicialmente pouco conhecida no estrangeiro, com esta aliança teria a finalidade da criação de uma personalidade mais europeia, nossa e valorizada perante todos os outros grupos civilizacionais europeus: “Se no programa do imperialismo ibérico estiver uma aliança com a Inglaterra, contem com o facto de que a Inglaterra não se oporá” (Pessoa, 1986: 90). Pessoa acreditava neste possível aliado inglês, que nos iria fortalecer e auxiliar numa verdadeira criação de civilização, e por isso mesmo, seria imprescindível colocar os remorsos e traumas sofridos e aprender com os erros passados.

3.2.9. O Problema Ibérico

- Espanha, o Separatismo Catalão e outros inimigos

Fernando Pessoa considera três principais inimigos que se opõem à unidade espiritual e cultural ibérica, com base em circunstâncias internacionais e europeias.

O primeiro lugar estaria ocupado pela dita Espanha da época, que agia de forma antinatural com um agrupamento que não conseguia absorver (Catalunha e Galiza). Seria inimiga no seu próprio sentido nacional e não no sentido político: “Não é natural, porque

⁹ Oliveira Martins acreditava que uma aliança com a Inglaterra ou os Estados Unidos poderiam apenas enaltecer a grandeza e fortalecer esses mesmos países, sem que nós (povos ibéricos) tirássemos partido ou benefício desse acordo (Sacramento, 2011: 38)

uma vez quebrada a Espanha nas partes naturais que a compõem, a única razão para a hegemonia castelhana teria deixado de existir e essa razão é a de perturbar o desenvolvimento natural da civilização ibérica” (Pessoa, 1986: 81-82). Isto vai completamente contra a defesa de Unamuno face a Castela como centro peninsular. Pessoa ainda refuta “Castela (...) é apenas uma região de troca e portanto de estabilização dessas duas influências limites.” (Pessoa, 1986: 82), deveria ter um papel de “balança” entre as duas inclinações marítimas. Não tem competência para a hegemonia ibérica devido à aristocracia, ao seu catolicismo, ao seu tradicionalismo que violaria a tradição árabe, na sua tolerância e liberdade civilizacional, tornando-se num elemento prejudicial para a confederação. Ter um papel como antes teve na história seria uma ameaça ao iberismo.

O mesmo lugar seria partilhado com a Catalunha, o seu separatismo não fugia desta forma de contribuir para um problema ibérico, ainda hoje é um tema atual, e contribuía como um meio perturbador dessa harmonia ibérica, que acabaria por tocar em vários pontos:

O conflito entre a Catalunha e Espanha é o conflito entre o conceito nacional de país, e o conceito civilizacional de país. Um conceito geográfico supõe-se ser étnico, e afirma-se como linguístico (Catalunha)*¹⁰. O outro conceito é histórico, supõe-se ser imperialista, e afirma-se como cultural. (Espanha) (Pessoa, 1986: 99)

Trata-se de um conflito de forças e ideologias que se opõem de uma forma quase absurda, porque fazem parte do mesmo país e quase se comportam como se fossem duas nações separadas. Pessoa ainda reconhece que a Catalunha, num ponto de vista nacional, tem a sua própria “nação” e características, “é (...) um país, com índole própria, tendências especiais, com um idioma à parte, que as define, e uma aspiração, que as deseja” (Pessoa, 1986: 99). Distingue a Catalunha da Holanda e da Suíça, pois não é uma “pseudonação” já que lhes falta uma base linguística para se afirmar perante o mundo, ou dos Estados Unidos da América, considerada como uma “nação artificial”, onde a sua base linguística não é mais que uma tradição colonial, não tendo nem uma cultura nem uma personalidade própria. Também a distingue de Portugal e de Espanha, povos imperiais, contrários à natureza catalã. Essa mesma diferença entre Catalunha e Espanha seria o motivo para o reconhecimento da sua existência como nação independente e portadora de um grau de individualidade equivalente a outros países. No entanto, parece que ainda entende o destino de submissão da Catalunha face a Espanha: “Por que razão deve Catalunha viver subordinada a Castela? Pela

¹⁰ O **bold** é nosso.

razão de que [...]?” (Pessoa, 1986: 99) e neste parágrafo inacabado, temos uma resposta mesmo que seja indireta face ao destino subordinativo da Catalunha face a Espanha e acrescenta: “A Catalunha está para a Espanha exactamente como a Provença para a França. Em ambos os casos, a nação cultural se sobrepôs às nações naturais” (Pessoa, 1986: 99).

Humberto Brito (2012) ainda faz uma observação bastante curiosa, uma ponte entre a situação de Espanha com a própria Catalunha (e Galiza) e o ortónimo Fernando Pessoa com os seus heterónimos (Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos), ou seja, as nações que se tentam afirmar como uma espécie de candidatas à heteronímia espanhola, tal qual os heterónimos pessoanos que, tantas vezes, tentam vir à superfície do seu ortónimo para se afirmarem enquanto algo “real e palpável” (Brito, 2012: 140-145).

Lastimar a necessária subordinação da Catalunha a Castela parece ser nesse caso o equivalente político se acalantar a promessa possível de os heterónimos serem um dia fotografados (...) O paralelo reside pois num desconforto acentuado em relação ao modo como o espírito de um elemento (seja Castela, Pessoa ou Campos) domina o resto. Num mundo perfeito, devia existir espaço para todos (...) (Brito, 2012: 142-143)

A par desta questão controversa espanhola, para que os povos ibéricos fossem superiores a qualquer um dos acima mencionados e serem reais produtores civilizacionais e de uma unidade desenvolvida e complexa, seria necessário olhar para alguns problemas internos com atenção. Nomeia:

- (1) A remodelação do estado espanhol, reavendo-se Gibraltar.
- (2) A integração do estado português, pela reintegração de Albuquerque e Olivença, e a anexação da Galiza.
- (3) A aliança ibérica, como defesa do comum solo espiritual, invadido culturalmente pela França, e dividido territorialmente pela política da Inglaterra. (Pessoa, 1986: 98)

Vemos que a Galiza não seria um problema ou um inimigo, não se impunha da mesma forma que a Catalunha e não se tratava de uma questão de independência, mas de uma anexação ao território português, não perdendo valor civilizacional caso pertencesse a Portugal ou a Espanha. Sabemos perfeitamente a familiaridade que sempre existiu entre Portugal e a Galiza. Faz muitos séculos que os dois pertenceram à mesma unidade geográfica, política e cultural, daí também a sua semelhança linguística (ainda maior que o castelhano), através do Reino da Galiza. Esta união manteve-se até 1128, quando aconteceu a divisão entre reinos e se dá o nascimento de Portugal, que só atingiu a sua independência em 1143 no Tratado de Zamora. O Condado Portucalense já tinha uma dimensão

considerável, desde o Rio Minho e Trás-Os-Montes até ao Condado de Coimbra e Viseu e é aqui que os reinos tomam caminhos diferentes. O Reino de Galiza foi posteriormente incorporado e sugado pela vizinha Espanha, em 1833, depois de um processo duradouro de castelhanização a vários níveis: cultural, linguístico e social (Mafalda Sacramento, 2011: 14-16). Claramente, com a criação do reino de Portugal ter-se-á perdido a ligação e comunicação entre as duas partes, o que levou às atuais diferenças em termos de língua. Contrariamente, a Catalunha é colocada a hipótese de haver ou não vantagens da sua desintegração.

O segundo inimigo seria a França, visto como um dos países distribuidores de civilização, ou seja, um “sugador” de elementos civilizacionais de outros povos, e com uma constituição espiritual muito pobre que contribuiria bastante para a degradação da nossa essência e envenenamento da nossa alma ibérica.

Lúcidos, completos no seu interior, os franceses têm sido os corruptores da nossa civilização ibérica. O seu espírito romano, sem a força romana, é fundamentalmente inimigo do nosso espírito romano-árabe, ao mesmo tempo complexo e intenso, disciplinado e rude. (Pessoa, 1986: 83)

O terceiro e último inimigo seria a Alemanha, temendo o seu espírito rude e agressivo que praticou até ali um imperialismo bastante errado (imperialismo de conquista): “Estes herdaram o espírito romano na sua parte superior. (...) Mas casaram-no com aquele curioso elemento de incompletidão que é distintivo dos bárbaros do Norte, que não sabem equilibrar as duas cousas [...]” (Pessoa, 1986: 83).

Frisa ainda que a aliança ibérica é bastante importante para nos mantermos fortes e possivelmente crescermos perante os outros países, porque já há algumas influências culturais francesas e territorialmente e politicamente inglesas. Alerta também que o nosso passado ibérico é algo que não deveríamos voltar a repetir, porque não nos esqueçamos que fomos bastante influenciados pelo Catolicismo, que nesta visão foi um problema para o berço da Ibéria: “(...) ao próprio passado ibérico que foi inimigo da Ibéria: e esse passado resume-se nas doutrinas da Igreja Católica.” (Pessoa, 1986: 92).

3.3. A Ibéria na poesia de Fernando Pessoa

De leste a oeste comandámos,
Onde o sal vae, pisámos nós.

Ao luar de ignotos fins buscámos
A glória, ineditos e sós.

Hoje a derrota é a nossa vida
Doença o nosso sonno brando.
Para quando é a nova lida,
Ó mãe Ibéria, para quando?

Dois povos vêm da mesma raça
Da mãe comum dois filhos nados,
Hispanha, glória, orgulho e graça,
Portugal, a saudade e a espada,

Mas hoje... clama no ermo insulso
Quem fomos pequenos somos, chamando.
Para quando é o novo impulso
Ó mãe Ibéria, para quando?
(Pessoa, 2012: 23)

Com esta dedicatória à “Mãe Ibérica” torna-se inevitável não abordarmos a vertente poética pessoana. Nesta quadra vejamos como faz a ponte entre o passado e o presente, é visível o orgulho do que fomos, a desilusão que nos tornámos, mas a esperança de um brilhante futuro.

Na primeira estrofe, tal como é visível em *Mensagem*, há a perda da grandeza dos dois povos vizinhos: “De leste a oeste comandámos”, colocando-os num lugar onde o sol sempre esteve e onde “pisámos nós”. Através da aliteração da consoante “s”, recurso bastante utilizado pelos poetas, há uma descendência em “tom menor”, a condizer com as palavras escritas, como se começássemos grandes e no topo do mundo até estarmos completamente derrotados e “sós” (adjetivo). Os povos que, outrora, se aventuraram pelo desconhecido e obscuro para dar novos caminhos ao mundo (“Ao lugar de ignotos fins buscámos”) e, no agora, presos numa nostalgia dos tempos de “inéditos” (adjetivo) de “glória”.

Num “hoje” (advérbio) estamos imersos numa “doença” de “sonno brando” (adjetivo) que adormece os povos irmãos e que “vêm da mesma raça”, sem esquecer a Catalunha subentendida – espaço colocado propositadamente entre “dois filhos” (na verdade: três filhos). Acaba com o mesmo apelo desesperado nos últimos dois versos da 2ª e 4ª estrofe, em quiasmo: “Para quando é a nova lida, / Ó mãe Ibérica, para quando?” e “Para quando é o novo impulso, / Ó mãe Ibérica, para quando?”. A mãe evocada, através da apóstrofe inicial nos últimos versos da 2ª e 4ª estrofe, é a Ibéria, um chamamento para o despertar destes povos - Espanha, com a sua “glória, orgulho e graça”, Portugal, com a sua

característica “saudade e a espada” (e Catalunha) - da mesma raça para a (re)construção do seu império.

Durante todo o poema são exibidos muitos contrastes: o bom e o mau; o comando e a derrota; a glória e a doença; o que fomos e quem somos. O passado é elevado perante um presente anestesiado, daí o alerta para o salto, para os momentos dos avanços e conquistas - “nova lida” e “novo impulso”. Não as conquistas do passado que nos levaram à queda, mas um novo momento de conquistas: o imperialismo das culturas ibéricas!

Rapidamente conseguimos fazer uma ligação com um fragmento específico escrito pelo autor, em que faz mais uma chamada de atenção para a tão desejada união ibérica - Portugal, Espanha e Catalunha num só espírito ibérico, sem esquecer o passado que faz parte das suas almas e para que acordemos para desbravar novos caminhos em direção à mudança e a um futuro próspero:

Três são os gritos de morte que devemos trazer no nosso coração: Delenda Gallia! Delenda Germania! Delenda Ecclesia! Na aspiração ao que esses gritos pretendem construamos a nossa alma ibérica. Por uma severa disciplina íntima, inteiramente nossa, tal qual a encontraremos na nossa alma romana e árabe talhemos em nosso espírito profético o destino ibérico futuro. Somos os precursores de uma tragédia divina, gritada ao Atlântico e ao Mediterrâneo. Ansiemos todos, nos nossos versos que menos o anseiam, nos nossos pensamentos que menos o conttenham, nas nossas aspirações que menos pareçam vê-lo, o Dia Ibérico, o dia em que dominemos pelo espírito as américas do sul, e do centro, o dia em que o nosso abraço cinja a África Setentrional, o dia em que os pés dos nossos exércitos vitoriosos possam calcar os pavimentos de Paris!

Que esta aspiração de todo o passado ibérico, ressurecto agora numa voz isolada, encontre ecos nos corações da Ibéria! Que todos nós, por mais que nos custe, nos compenetremos do nosso destino gladiolado! Quebrems aos pés – nós, portugueses, as nossas fantasias de repúblicas democráticas e outras invenções francesas, procurando-nos a nós em nós; vós, castelhanos, a ânsia até de conservadores o que tendes, o vosso imperialismo estulto de absorções inúteis, que só serve o Estrangeiro Comum; vós, catalães, a vossa ignóbil agitação operária feita por agentes espirituais da França! Sacrifiquemos, cada um de nós, aquilo que nada vale. Tudo isto vai custar, tudo isto é muito difícil, tudo isto pesa e dói e nos separa de cousas amadas, e de um passado próximo, que, embora fosse um erro, foi o nosso passado. Digamos às nossas tradições (letais) como Cristo da sua Mãe: Quem é a minha mãe [...] (Pessoa, 1986: 87)

Seja nos seus textos, seja na poesia ibérica, continua patente uma ansiedade de glória face aos outros grupos civilizacionais europeus, principalmente face às grandes potências inimigas – França “(...) o dia em que os pés dos nossos exércitos vitoriosos possam calcar os pavimentos de Paris”.

3.4. O Sebastianismo e o Quinto Império

O regresso definitivo de Fernando Pessoa a Portugal dá-se por volta de 1905, pois recebeu a sua primeira formação em África do Sul, mais concretamente em Durban. Depois de se naturalizar português e assumir um sentimento nacionalista, a partir de 1912 (Uribe & Sepúlveda, 2012: 142) nota-se um crescimento no interesse sobre o conteúdo místico acompanhado desta noção de nacionalidade. Nesta altura passa a fazer alusões ao sapateiro de Trancoso, o profeta Gonçalo Annes Bandarra, uma figura importantíssima no imaginário sebastianista, após a morte do rei na Batalha de Alcácer-Quibir. É elogiado como “um dos mestres da nossa alma nacional”, ainda “uma das razões de ser da nossa independência” ou até “um dos impulsionadores do nosso sentido imperial” (Pessoa, 1986: 110). Os três pontos essenciais apontados por este sapateiro são o Quinto Império, a ida e o regresso de D. Sebastião e os Destinos de Portugal. Bandarra não é nada mais, nada menos que o próprio povo e pensamento português:

É Bandarra um nome colectivo, e designa, não um só homem, o primeiro português que teve a visão profética dos destinos do país, senão também aqueles outros, que se lhe seguiram, e que, servindo-se do seu tipo de visão e da sua forma literária, buscaram legitimamente o anonimato designando as suas trocas como sendo do Bandarra também. A identidade do tema, a semelhança dos processos, proféticos como literários, a perfeita continuidade espiritual dos sequazes como aquele a quem seguiram, justificam que aceitemos, para a simplicidade da alusão, a designação «Bandarra» como distintiva do autor destas profecias. (Pessoa, 1986: 111)

Neste mesmo ano, o poeta português escreve cerca de três artigos para a revista *Águia* onde compara os desenvolvimentos literários da história francesa e inglesa e conclui que em Portugal é urgente a aparição de um primeiro autor que sem deixar de ser nacional passe a ser universal, um supra ou super-Camões (Uribe & Sepúlveda, 2012: 143).

O início deste interesse sebastianista é visível na carta que escreve a José Pereira Sampaio, mais conhecido como Sampaio Bruno, a 8 de setembro de 1914 e vemos onde se vão basear e concentrar os seus futuros textos sebastianistas, a sua parte religiosa e a necessidade de estudar o fenómeno além-fronteiras:

[...] sinto que me atrai o misterioso, e porventura importantíssimo, fenómeno nacional chamado Sebastianismo. Os livros de V. Ex.a, - que conheço, são bússola que me manda a fazer de V. Ex. a o meu norte nisto em perguntar em que livros poderei estudar este fenómeno. Refiro-me não só à história do seu aparecimento e vida, como à sua íntima feição

religiosa. Finalmente gostaria de saber se esse fenómeno tem análogos na história de outras nações. (Pessoa, 2012: 143)

O período da sua escrita sebastianista aponta-se entre 1914 e 1918, dentro do período à qual também se dedica aos textos ibéricos. O sebastianismo surge no seguimento dos *-ismos* como acontece nos planos esboçados para o paulismo, o interseccionismo, o sensacionismo, o atlantismo e coincide também, lembram Uribe e Sepúlveda (2012), na criação dos heterónimos e dos projetos de lançamento da obra de Alberto Caeiro. A figura do rei D. Sebastião e o sebastianismo tornam-se temas frequentes na sua obra ao longo do tempo, aparentando uma certa estagnação da mesma. Porém, é a partir daqui que a sua produção literária se desenvolve e aquilo que parece disperso acaba por contribuir para a sua configuração num todo. Os motivos pelos quais o levam a prosseguir com o estudo e análise textual deste tema são a força da relação que existe entre o indivíduo e a nação, quando refuta que as suas ações deveriam modificar e honrar a sua pátria, como uma espécie de missão a ser cumprida e encontrando nisso mesmo a justificação da sua obra. Na carta escrita a Armando Côrtes-Rodrigues, a 19 de janeiro de 1915, escreve:

Porque a idéa patriótica, sempre mais ou menos presente nos meus propositos, avulta agora em mim; e não penso em fazer arte que não medite fazel-o para erguer alto o nome portuguez através do que eu consiga realizar. É uma consequência de encarar a serio a arte e a vida. Outra attitude não pode ter para a sua propria noção-do-dever quem olha religiosamente o espectáculo triste e mysterioso do Mundo. (Pessoa, 2012: 144)

Nos textos e poesias pessoanas podemos ver um sentido mítico e um sentido simbólico em torno do rei. No primeiro, como um movimento religioso centrado nesta figura nacional e no segundo, a forma como D. Sebastião representa Portugal, o país que perdeu a sua grandeza com o seu desaparecimento e só poderia voltar a tê-la no momento do seu regresso – “Ficou meu ser que houve, não o que há” (Pessoa, 2014: 80) - um regresso simbólico como se a sua própria vida também fosse simbólica. A sua preocupação reside na concentração de todas as forças de uma época e de uma nação numa só figura, que irá reencarnar estas crenças e forças de D. Sebastião – “Minha loucura, outros que a tomem / Com o que nela ia” (Pessoa, 2014: 80). Esta “loucura” é um motivo de orgulho e desafia os seus destinatários a cometê-la valorizando aquilo com que D. Sebastião sempre sonhou. A loucura é a força da ação e é o que estabelece a continuidade entre o passado e o presente, em busca de glória e numa esperança num grande futuro. Ainda nos seus poemas dedicados

a D. Sebastião, diferencia a figura histórica da personalidade mítica, o corpo morre, mas o ideal mítico permanece. O corpo fica, mas a alma vive para toda a eternidade.

Pessoa compara o homem que não sonha ou sem essa capacidade com um animal, irracional, que nasce, procria e morre. Um homem que não cumpre os seus ideais está condenado à morte e ao esquecimento. Se houver motivos para uma projeção futura, não morre, porque a morte é algo apenas físico e não impede que esse sonho ou essa “loucura” se realize através de outras mãos – “Que importa o areal e a morte e a desventura” (Pessoa, 2014: 102). “É Esse que regressarei” (Pessoa, 2014: 102), a alma e o mito de D. Sebastião regressarão noutra forma, um ressurgimento de dimensão mística que apenas se concretizará se houver crença. O rei é uma figura que transcende a dimensão espiritual, distingue-se pela imortalidade, torna-se num mito na memória do povo e adquire uma simbologia histórica universal, sendo comparado e colocado no mesmo patamar que Sócrates (470 a.C. – 399 a.C.), Júlio César (100 a.C. – 44 a.C.), Jesus Cristo (7-2 a.C. – 30-33 d.C.)¹¹ e Jacques de Molay (1243/1244-1249/1250).

Para Pessoa os “Princípios essenciais” (Pessoa, 1986: 150) do Sebastianismo passariam por cinco etapas: a alma, a metempsicose, a visão profética, a aplicação dessa profecia e D. Sebastião. Primeiro, “Onde há forma há alma” (Pessoa, 1986: 150), ou seja, tudo o que existe tem de ter uma forma, independentemente da sua origem, tanto os homens como os acontecimentos têm alma. Segundo, “A metempsicose” (Pessoa, 1986: 150), porque a alma é imortal e transcende ao espiritual e universal. A alma tem o poder de desaparecer e aparecer onde for evocada a sua forma, tal como acontece com a alma de D. Sebastião e que tão bem descreve nos seus poemas: “Por isso quando houverdes criado uma cousa cuja forma seja idêntica à do pensamento de D. Sebastião, D. Sebastião terá regressado (...)” (Pessoa, 1986: 150), regressa na sua forma espiritual e não física. Assim, “a profecia” (Pessoa, 1986: 150) seria: “a visão dos acontecimentos na sua forma corpórea” (Pessoa, 1986: 150), porque o que é humano tem de ter uma forma e estas mesmas visões podem “às vezes (ou sempre) aplicar-se a várias cousas” (Pessoa, 1986: 151). Isso não a torna falsa, pois a sua essência atravessa todas as formas ou coisas possíveis. Por fim, “Com D. Sebastião morreu a grandeza da Pátria” (Pessoa, 1986: 151) e só com o seu regresso voltaríamos aos tempos de glória tão desejados.

Num outro texto intitulado “A Renascença do Sebastianismo” (Pessoa, 1986: 151) o poeta define-nos o que é o fenómeno da religião: “ligador de almas” (Pessoa, 1986: 151),

¹¹ Não há certezas por parte dos historiadores quanto às datas exatas do nascimento e morte de Cristo.

“imaginativo”, “de autoridade” (Pessoa, 1986: 152) e obedece a um certo critério moral, tanto na sua parte metafísica, estética e/ou política. Ao contrário da arte, para ser útil, precisa de ser “nacional” (Pessoa, 1986: 152) para se diferenciar das outras demais religiões e “popular” e “susceptível de evolução e adaptação” (Pessoa, 1986: 152), como prova de amadurecimento do próprio país e da sua religião. Tantas vezes se opunha a certos princípios religiosos, mas sabia perfeitamente que “Toda a pretensão de uma Renascença na vida nacional que não assente em bases religiosas caíra pela base” (Pessoa, 1986: 152), se não existisse essa base, não poderia haver Renascença. Uma religião católica não poderia ser, pois pecaria por ser estrangeiro e isso desnacionalizaria o que era suposto tornar-se ainda mais nacional, “o catolicismo tem fortes elementos antipopulares; a única cousa que ele tem de popular é a crença tradicional do povo” (Pessoa, 1986: 152) e com uma estética mais superficial do que dignamente religiosa iria “afectar o espírito” (Pessoa, 1986: 152).

Posteriormente, constrói aquilo que seria “O Novo Sebastianismo” (Pessoa, 1986: 152) e assentaria com base numa nação, organismo psíquico, onde existiria as forças de integração, com o objetivo de conservação e de natureza estática, e as forças de desintegração, aquelas que tentam dissolvê-la e de ação mais dinâmica, ambas necessárias para o desempenho das suas funções, uma na sequência de outra.

Os exemplos de forças de integração seriam:

- 1- A homogeneidade do caráter nacional, cuja finalidade seria “nacionalizar todos os fenómenos importantes importados do estrangeiro, que se dêem na vida social” (Pessoa, 1986: 153), a real vitalidade de uma nação é medida pela facilidade, prontidão e eficácia com que se nacionaliza algo importado. Para uma nação com estas características importaria o máximo de elementos, possibilitando-lhe uma vitalização máxima e com um largo poder de integração/nacionalização, nada teria de temer dessas importações – “Este género de forças de integração é característico de tal nação *como nação*¹²” (Pessoa, 1986: 153);
- 2- A coordenação de forças sociais, ora dominadoras ora exterminadoras, mas sem nunca se aniquilarem -“Esta força de integração vê-se na atitude psíquica dos indivíduos que formam as correntes sociais de opinião e classe” (Pessoa, 1986: 153). Se for o primeiro caso estamos perante uma força integrativa da coordenação, se for

¹² O *italico* é dos autores.

o segundo caso o que há no espírito do indivíduo é uma força de desintegração - “Estas forças de integração são aquelas que uma nação tem *como organismo*” (Pessoa, 198: 153);

- 3- A sociabilização das forças individuais, ou seja, “o carácter e acções de cada indivíduo” (Pessoa, 1986: 153) perante a coletividade, com base na liberdade e espontaneidade, como os Homens de Génio que praticavam a sua arte num ato altamente individualista. Neste tópico é importante distinguir a ordenação individual de individualismo absoluto - “Estas forças de integração são aquelas que uma nação tem *como sociedade*” (Pessoa, 1986: 153).

As forças de desintegração seriam:

- 1- As forças de destruição – a Morte. Seriam sempre forças exteriores ou estrangeiras, “se as sociedades conseguem nacionalizar os elementos que recebem do estrangeiro têm uma vitalidade grande; se o não conseguem, têm uma baixa vitalidade” (Pessoa, 1986: 154) e não os importam simplesmente. O tradicionalismo como representante de uma baixa vitalidade.
- 2- As forças de descoordenação – a Doença. São as que produzem “perturbações orgânicas donde resulta, não já – pelo menos directamente – uma desadaptação ao Meio” (Pessoa, 1986: 154) e entre elas mesmas, provocando um mau funcionamento de todos os órgãos das forças sociais.
- 3- As forças de desintegração – a Decadência, as que se tornam independentes dos elementos orgânicos e das células de atividade conjunta (Pessoa, 1986: 155).

Ao longo do tempo, o nosso poeta português sente a necessidade de refletir sobre os seus temas através de uma categorização e organização da sua obra, face à evolução do pensamento europeu, identifica os assuntos principais e subordina outros aspetos, como por exemplo o Quinto Império face ao Sebastianismo.

Este Quinto Império corresponderia ao período definitivo e universal a ser alcançado com o regresso do jovem rei D. Sebastião. Aparece a figura profética de Padre António Vieira, assume ser também seu seguidor e entendemos o ligeiro desvio temático sebastianista para o sonho do nascimento de um Quinto Império, representado por Portugal:

Quando Antonio Vieira quis basear em qualquer coisa a sua fé natural dos destinos superiores da Patria, que coisa foi o que encontrou? As profecias desde sapateiro de Trancoso. Amou-as e as commentou o maior artista da nossa terra, o Grão Mestre, que foi, da Ordem Templaria de Portugal. (Pessoa, 2012: 149)

Porém, o Mestre Vieira não era sebastianista, achava que isso colocava em perigo a casa de Bragança, protetora dos Jesuítas. Até mesmo as suas obras *Esperanças de Portugal*, *Quinto Império do Mundo* (1659) e *História do Futuro* (1718) enfatizam a importância de D. João IV nesta possível concretização do Quinto Império, sendo necessário um ressurgimento do mesmo para que isso acontecesse. Curiosamente, é o que Pessoa faz com D. Sebastião através das ideias de Vieira, só que a figura central não seria D. João IV, a quem chama nos seus textos de “falso encoberto”, como no texto “Os falsos encobertos” (Pessoa, 1986: 145) incluindo também Marquês de Pombal (1699-1782) e Sidónio Pais (1872-1918).

Acima de tudo, não poderíamos assumir um império de conquista e voltar aos erros passados, pois “Esta divisão dos cinco impérios, ou, antes, dos quatro, por comparação aos quais se deduzirá o que deverá ser o quinto, peca, como disse, por ingénua” (Pessoa, 1986: 123). Primeiro, teríamos de ampliar o conceito de império e passar pela fusão parcial dos quatro grandes impérios – Grego, Romano, Cristão e o Inglês:

A divisão é: Império grego (sintetizando todos os conhecimentos, toda a experiência dos antigos impérios pré-culturais); o Império Romano (sintetizando toda a experiência e cultura gregas e fundindo em seu âmbito todos os povos formadores, já ou depois, da nossa civilização); o Império Cristão (fundindo a extensão do Império Romano com a cultura do Império Grego, e agregando-lhe elementos de toda a ordem oriental, entre os quais o elemento hebraico); e o Império Inglês [distribuindo por toda a terra os resultados dos outros três impérios, sendo assim o primeiro de uma nova espécie de síntese – fundindo a cultura grega, em nenhum lugar tão marcada como em Inglaterra, pois que Milton é o mais grego dos poetas modernos (...)] O Quinto Império, que necessariamente fundirá esses quatro impérios com tudo quanto esteja fora deles, formando pois o primeiro império verdadeiramente mundial, ou **universal**.¹³ (Pessoa, 1986: 123)

É importante reter a palavra “universal”, bastantes vezes referida nos seus textos, porque além da fusão de impérios, é preciso um “espírito de universalidade” (Pessoa, 1986: 124) estar subjacente no que toca à civilização, isto é, é ser mais do que europeu - universal.

Sem poder negar as raízes do nosso passado histórico, o nosso império seria cristão, como afirma: “Se, porém, o império universal, ou quinto império, há-de ter um carácter

¹³ O **bold** é nosso.

religioso, o que, não estando provado, é, contudo, provável, não é de supor que seja fora do cristianismo.” (Pessoa, 1986: 124). O que não pode ser, de facto, é um cristianismo católico, porque além de cairmos novamente na desgraça do passado:

Esse tornou-se incapaz de um sincretismo novo; nem poderia incluir o individualismo inglês, que lhe é oposto, e que, como é o distintivo do quarto império, terá que entrar como elemento no quinto, dada a lei da formação dos impérios adentro de uma civilização. (Pessoa, 1986: 124)

Fala-nos da hipótese de uma “religião nova”, diferente das religiões dos antigos impérios, e acaba por nos introduzir a voz profética de S. Francisco de Paula (1416-1507) a propósito desta designação de “religião nova” que é perfeitamente plausível, mesmo sendo católico assume uma certa imparcialidade à queda da sua própria religião (embora involuntária). O que nos leva a interpretar exatamente aquilo que Pessoa escreve: “mas o ser a religião «nova» indica que não é católica, pois para S. Francisco de Paula, que era, está claro, católico, um cristianismo não católico é uma religião nova.” (Pessoa, 1986: 125). Pessoa esquematiza os pontos pela qual se regia a mesma:

Pontos relativos ao Q[uinto] Império ser cristão:

*Celui qui aura la charge de destruire*¹⁴.

Plus aux rochers qu'aux vivants.

Vivants são os que mantêm a «a vida», isto é – a perpétua transformação do cristianismo - os protestantes, se se quiser.

Par terre et ciel aux oriens tempeste.

Domínio não só material, mas espiritual; (...)

O império será cristão, será universal, será sincrético.

Um império não tem que fundir em si o terceiro, que é o cristão, não pode incluí-lo excluindo Cristo, pois isso seria não incluí-lo, senão excluí-lo.

É aceitável o critério que coloca o Reino de Anticristo para depois do Quinto Império. Esse Anticristo significa a dissolução da nossa civilização. (...)

«*Religion du nom des mers vaincra*» - Três vezes vencerá – depois da Renascença, depois do período moderno, depois do período da terceira «tribulação». (Pessoa, 1986: 127)

Nesta descrição e concentração do que seria o Quinto Império seria importante uma constante mudança e evolução do cristianismo, um domínio para além do material e não uma fusão integral do terceiro império, mas sem excluir Cristo. Esta nova civilização não perduraria pela eternidade, tal como todas as outras coisas e morreria com o cristianismo, chamado pelos antigos profetas de “fim do mundo” (Pessoa, 1986: 125). A seguir a isso, viria o Reino Anticristo. Esta relação daquilo que seria o Quinto Império diz respeito a

¹⁴ O *italico* é dos autores.

questões identitárias e funde-se com o princípio poético do heterónimo Álvaro de Campos, como realçam Uribe e Sepúlveda (2012), «sentir tudo de todas as maneiras». Pretende reunir a sabedoria e o espírito, duas coisas aparentemente opostas e que visivelmente já se manifestam na sua escrita, para invocar um tipo de linguagem onde o “cientismo” procura a vontade de transformar a sociedade e procura ser um vínculo secreto que une todas as coisas – o oculto:

Assim temos que no Quinto Império haverá a reunião das duas forças separadas há muito, mas de há muito aproximando-se: o lado esquerdo da sabedoria – ou seja a ciência, o raciocínio, a especulação intelectual; e o lado direito – ou seja o conhecimento oculto, a intuição, a especulação mística e a cabalística. (Pessoa, 1986: 127)

Em “O Império Português” (Pessoa, 1986: 129) dá-nos todas as razões pelas quais deveríamos ser o único representante deste império, onde está subjacente um processo de autoproclamarão do próprio escritor como Homem de Génio, isto é, faz da conceção do Quinto Império um lugar onde ele possa estar e a importância que assume que lhe deve ser dada:

Preparemos o caminho dos grandes génios portugueses, ainda, que contra a voz profética, eles não venham nunca. Teremos perdido o jogo, porém ganhado a experiência dele. O esforço de um alto propósito é, de per si, um resultado desse alto propósito, o que nos acrescenta de grande por pensarmos sempre em grandes cousas é o primeiro efeito dessas grandes cousas. Não se poderá dizer que nunca se realiza um alto propósito, se ele chegar a ser um alto propósito. Já, com sê-lo, em certo modo se realizou. (Pessoa, 1986: 128)

Este “alto propósito” dos Homens de Génio é algo que tem uma relevância elevada nos seus textos. Portugal tinha a capacidade de preparar esses Homens de Génio, aliás “de certo modo se realizou” e fala dele mesmo, do seu feito e da sua literatura, colocando-se sempre num lugar superior a outros autores portugueses (e inclusive além-fronteiras) e capaz de chegar até ao género supremo literário de Luís Camões com *Os Lusíadas*.

Neste tópico que abrangeu grande parte da obra pessoana há que ter uma certa atenção à estrutura de *Mensagem*.

Uribe e Sepúlveda (2012) comentam e a conclusão é exatamente esta: as relações e as dinâmicas existentes entre as figuras históricas e as mistificações em *Mensagem* levam a crer que o seu próprio escritor quis refazer a história de acordo com os seus próprios propósitos literários. Em “Os avisos” dedica o seu primeiro poema a “Bandarra” (Pessoa, 2014: 108), o segundo a “Padre António Vieira” (Pessoa, 2014: 109) e, inevitavelmente, o

“Terceiro” (Pessoa, 2014: 109) a ele próprio, como seguidor destes profetas e apelidando-se como o próximo grande profeta da história de Portugal. Define-se como o promulgador do grande destino glorioso português e como prova concreta dessa sua previsão, concretiza a obra escrita de 1934, onde vê uma atualização destas visões e uma futura aliança entre a nação e os tempos de glória.

A Terceira Parte intitulada “O Encoberto” está dividida em outras três partes. A primeira parte – Os construtores e o possível nascimento do império com “Os símbolos” que são os conceitos que marcam o nosso passado e são essenciais para a posterior construção de uma Renascença Portuguesa, de um novo Portugal. A segunda parte – As previsões face ao Encoberto com “Os avisos” com a presença destas figuras proféticas que transmitem as suas visões futuras desta nação. Por último, a terceira parte - o império espiritual onde resulta o Quinto Império com “Os tempos” que anunciam a chegada do Encoberto, um mito de que o poeta se serve ao recorrer à figura do rei para metaforizar a regeneração da nação e da cultura portuguesa – “Que forças cegas se domem / Pela visão que a alma tem!” (Pessoa, 2014: 103).

O autor acreditava que Portugal tinha o tamanho e a capacidade ideal para prosseguir para a construção de um império espiritual, sem intenções meramente territoriais – como um império de conquista – e se não foi bem sucedido no Tempo dos Descobrimentos, ao aprender com os erros passados, adquirindo as capacidades espirituais e na crença do sonho sebastianista, conseguiria impor-se enquanto civilização espiritual – “Sem que um sonho, no erguer de asa, / Faça até mais rubra a brasa / Da lareira a abandonar!” (Pessoa, 2014: 103). Mais uma vez, D. Sebastião acaba não só por representar a incerteza, mas também o sinal de esperança de que pudéssemos acalçar um futuro brilhante e cheio de vitórias: “E assim, passados os quatro / Tempos do ser que sonhou, / A terra será teatro / Do dia claro, que no outro / Da erma noite começou” (Pessoa, 2014: 103).

De todos os povos europeus, nós éramos aquele em que era “menor o ódio a outras raças ou a outras nações” (Pessoa, 1986: 129). Defende que no nosso passado, as nossas conquistas pelos mares tiveram um objetivo de descobrir “novas terras, e depois a conversão ao cristianismo pelas populações delas” (Pessoa, 1986: 129). Conclui que seria totalmente injusto supor-se que o princípio de conquista estaria na base do nosso império, pois “Nunca tivemos uma ânsia verdadeira de conquista” (Pessoa, 1986: 129) ao contrário de outros países europeus. O suposto ódio e revolta que foi crescendo dentro do povo português contra Espanha, França ou Inglaterra foi devido às guerras e invasões sofridas ao longo dos séculos. No entanto, não nos podemos esquecer “O império de conquista falha, mas sem o império

de conquista não poderia o império cultural buscar apoio, pois não teria ideia de império alguma em que se apoiasse” (Pessoa, 1986: 129) e se esse império de cultura falha “não teria o Quinto Império âmbito com que cingir aquela universalidade dos homens e das coisas (...)” (Pessoa, 1986: 129). A essência para um grande império seria “converter os outros em nossa substância, o converter os outros em nós mesmos” (Pessoa, 1986: 129) para aumentarmos enquanto número, o que difere de um imperialismo apenas de conquista em que o objetivo é apenas aumentar o território.

4. O relacionamento próximo de José de Almada Negreiros com Espanha

José de Almada Negreiros foi uma das principais personalidades que atravessou o mundo histórico do modernismo e da vanguarda, tornando-se naquilo a que podemos designar de “artista total”. Na sua chegada a Madrid, em 1927, é acolhido por Novais-Teixeira (1899-1972) e pela sua família na sua casa. Sem qualquer ajuda do estado português, é esta família que lhe dá todo o apoio, lhe abre as portas para o mundo espanhol e partilha também imensos momentos de lazer e intimidade familiar, representados em alguns dos retratos de Almada. É este amigo que lhe arranja os primeiros trabalhos e, como acompanhante do seu percurso artístico, chega a fazer uma extensa reportagem como crítico de arte e de cinema, para a revista *Ilustração* (1926-1939), sobre a vida e o êxito de Almada em terras espanholas. Juntos ainda colaboram com artigos e ilustrações para a mesma revista (1928-1929) (Ledieu, 2012: 145).

Ao viver aqui durante cinco anos tem o seu papel de destaque na cultura madrilena como em *El Sol*, *La Gaceta Literaria*, *Blanco y Negro*, *ABC*, *La Esfera*, *La Farsa*, *La novela de hoy*, *La novela mundial*, *Nuevo Mundo*, *Arquitectura Gutiérrez* ou *Revista Occidente* (Sáez Delgado, 2012: 166), alguns dos diários e semanários mais importantes daquele tempo. Passou para além das tertúlias, teve uma ótima recepção nos meios de comunicação espanhóis da época, mesmo antes da sua chegada a Espanha, como são exemplos das publicações em *Nuevo Mundo* (1921) ou *La Voz* (1922) (Sáez Delgado, 2012: 167).

Almada ficou fascinado por Madrid e Madrid ficou impressionado e marcado pela singularidade de Almada, alguém com uma enorme capacidade de integração cultural e artística, interessado e apto a absorver todos os ensinamentos e propostas para grandes trabalhos e colaborações - exposições, conferências, decorações para lugares representativos de Madrid - e, o que não poderia faltar, criou imensos laços com escritores e artistas espanhóis. Estes são alguns dos laços artísticos e literários mais próximos feitos:

- Tomás Terán (1895-1964), músico, surge na revista *Contemporânea* (1922-1926) com retrato do poeta português (1923) e convive com ele na sua estadia em Portugal (1923 a 1925), onde dá a conhecer ao público português alguns artistas do seu país (Afonso Ferreira, 2012: 37);

- Adriano del Valle que tem a ideia de fazer uma edição dos seus poemas de *La Sombrilla* em colaboração com Almada (Afonso Ferreira, 2012: 37);

- Daniel Vázquez Díaz (1882-1969) como participante ativo na vida artística de Almada durante a sua estadia em Lisboa (1922 a 1923). Dedicou-lhe um retrato, publicado na *Contemporânea* (1923), posteriormente um outro (acompanhado de um artigo escrito por Ramón Gómez de la Serna para *La Gaceta Literária*) e uma dedicatória que lhe escreve em *Los Frescos de Vázquez Díaz en Santa María de La Rábida* (1941): “Para Joselito Almada que ya es y será un gran dibujante, en recuerdo de una mano abierta de amistad que tu has dibujado mejor que yó / Tu viejo amigo Vázquez Díaz” (Vázquez *apud* Afonso Ferreira, 2012: 38);

- La Argentinita (1890-1936), bailarina e cantora espanhola, muito próxima da Geração de 27 e Federico García Lorca (1898-1936), também incluído nos laços de Almada). Depois da chegada da bailarina a Lisboa (1925) os investigadores deduzem que tenham tido uma relação muito próxima, pela quantidade de retratos que lhe são dedicados e um texto de profunda admiração. A própria bailarina acaba por lhe oferecer uma fotografia com as seguintes palavras: “Al gran / artista Almada / con mi admiración / y afecto” (La Argentinita *apud* Afonso Ferreira, 2012: 38);

- Tomas Borrás (1891-1976) chega com La Goya (1891-1950), sua esposa, a Lisboa (1923) e é nesta altura que cresce a amizade com Almada. Chega a ilustrar-lhe *Trasmundo* e o conto *O Menino*, dedica-lhe alguns retratos, faz um artigo sobre La Goya e ainda é visto com o casal num jantar de homenagem à cantora numa noite de fados em Alfama (Afonso Ferreira, 2012: 38-39);

- Ramón Gómez de la Serna, com maior destaque, que estabeleceu fortes ligações com o nosso país. A Portugal dedica muitos textos e relaciona-se com figuras importantes da época como António Ferro ou José Pacheco (1885-1934). Entre ele e Almada há uma forte relação de respeito, colaboração e admiração. Quando o português vai para Madrid, Ramón torna-se no seu primeiro interlocutor espanhol, integra-o no Café do Pombo e apresenta-o aos leitores de *La Gaceta Literária* com o elogio de “ser ímpar” (Gómez de la Serna *apud* Afonso Ferreira, 2012: 40) tanto na

literatura como na pintura portuguesa e com a capacidade de resumir “la delicadeza, la inquietud y el diletantismo de Lisboa” (Gómez de la Serna *apud* Afonso Ferreira, 2012: 40). Almada torna-se o ilustrador de Ramón, de duas capas de *La hiperestésica* e *El dueño del átomo* e de dois desenhos dos seus cinco textos “La colección de bigotes” e “Ensayo del coral” para a revista *Mundo Ibérico* (1927-1928). Ainda a 7 de dezembro de 1929 contamos com a colaboração de ambos para a peça de Ramón: *Los medios seres*, no Teatro Alkázar de Madrid.

O português começou quase na mesma altura a escrever e a pintar e ao longo da sua vida sempre praticou estes dois tipos de arte. Em 1913 fez a sua primeira exposição de desenhos na Escola Internacional de Lisboa e é a partir daqui que os seus poemas começam a ser conhecidos. Por volta de 1915 há uma aproximação a *Orpheu* e a *Portugal Futurista*, onde contacta com inúmeros poetas e artistas portugueses de renome como é o caso de Fernando Pessoa que comenta, a par do seu vanguardismo, para a revista *A Águia* acerca da sua “condição artística multifacetada” que tão bem combina, anota Enrique Andrés Ruiz (2012), com a sua descrição psicológica e artística.

Foi um artista plural, praticante de uma “nova arte de vanguardas” (Andrés Ruiz, 2012: 11) que consistia na abolição dos cânones literários e artísticos tradicionais, nas mais diversificadas áreas, para uma nova categoria de arte. Assim, subiu à categoria de “artista novo” sem se reger pelas regras de um só modelo, alternando nas artes sem pertencer propriamente a uma delas. A sua pluralidade artística – desenhador, pintor, novelista, bailarino, coreógrafo, dramaturgo, ensaísta, cenógrafo, conferencista, entre outras – fazia parte da sua própria personalidade e essência, a perfeita designação para aquilo que era um “artista de vanguarda”.

Podemos dizer que a sua estadia e as suas experiências em Madrid foram cruciais para que hoje consigamos entender e interpretar melhor o seu tipo de cultura e a sua realidade artística. Madrid foi a sua capital cultural e o seu refúgio particular. Almada é considerado por muitos estudiosos o artista português com maior conhecimento acerca da realidade e cultura do país vizinho.

4.1. Os fascinantes anos madrilenos

Não podemos dizer que Almada foi para Espanha completamente desamparado. Aquilo que Almada encontra quando chega a Madrid é uma capital ligada à germinação de um grupo poético, impulsionado pela comemoração do centenário de Góngora e também pela implementação da SAI (Sociedade de Artistas Ibéricos) que tivera o seu destaque na *Exposición del Retiro* em representação da chamada “arte nova”. O poeta português fez parte de uma delas em Sebastián (1931) antes de regressar ao seu país. Nesta altura também se fazia sentir uma influência ultraísta, movimento artístico vanguardista genuinamente espanhol e de espírito aberto aos *-ismos* europeus. Nesse mesmo ano estamos perante uma vocação para as artes visuais, protagonizadas pelo pintor Benjamín Palencia (1894-1980) e o escultor Alberto Sánchez (1895-1962), criadores de um movimento chamado “Escola de Vallecas” com traços bastante vanguardistas inspirados em Picasso, na espiritualidade de San Juan de la Cruz (1542-1591), a severidade de Zurbarán (1598-1664) e em algumas revistas francesas como *Cahiers d’Art*. Este movimento poderá ter tido bastante influência na vida pessoal e profissional de Almada, que não se identificava com o vanguardismo internacional como a maioria dos artistas e a par da sua viagem a França (Andrés Ruiz, 2012: 12-14).

Podemos ver ao longo do tempo que sempre desejou fazer mais e sair da sua zona de conforto e é no espaço espanhol que assistimos ao desenvolvimento da sua “terceira dimensão”, designada por Antonio Iraizoz García (2012), a arquitetura e a escultura. O *K4 o quadro AZUL* é o primeiro exemplo onde sai dos seus limites bidimensionais e cria volume, de inspiração picassiana, junta a imagem e o texto através da colagem e da sobreposição de materiais. Aqui consegue ir mais além daquilo que tinha conseguido em Portugal, devido à polémica dos Painéis de São Vicente (de Nuno Gonçalves)¹⁵, pois

¹⁵ As seis pinturas dos “Painéis de São Vicente” foram atribuídas ao pintor régio de D. Afonso V, Nuno Gonçalves, e que apresentam uma assembleia, com 58 personagens, onde estão representadas figuras da corte e de outros estratos sociais da época, em torno da dupla figuração de S. Vicente. Todas as figuras contemplam características expressivas no rosto, nas suas atitudes e também nos trajes e adereços.

Deve-se a Almada Negreiros, devido à sua análise da perspetiva do pavimento de ladrilhos dos painéis, a atual disposição retabular adquirida no Museu Nacional de Arte Antiga. Foram descobertos no final do século XIX e expostos neste museu pela primeira vez, já restaurados, em 1910. Almada inicia este interesse por volta dos anos 20 do século XX e volta para esta análise na década de 50, onde desenvolve um estudo em que toda esta obra atribuída a Nuno Gonçalves provinha de um único retábulo, formado por 15 painéis, que teria sido projetado para a Capela do Fundador do Mosteiro da Batalha. Deu algumas entrevistas e publicou uma série de hipóteses – desenhos, fotografias e fotomontagens – a ilustrar esta possibilidade. (Cadete, 2015).

encontra aqui os alicerces para a busca da proporção clássica. Descobre a relação de 9/10¹⁶ e o número de ouro para o entablamento do “Tesouro dos Atenenses de Delfos”¹⁷, algo que o acompanhou durante toda a sua vida e lhe possibilitou conciliar a escultura e a arquitetura.

A própria relação que tem nas tertúlias do Café de Pombo e La Granja el Henar é totalmente diferente. Apesar da bela recepção feita por Ramón na sua tertúlia, é em La Granja el Henar que encontra uma forma de satisfazer os seus sonhos de escultor devido ao contacto com vários arquitetos da época: Luis Lacasa (1899-1966), Fernando García Mercadal (1896-1985), Luis Gutiérrez Soto (1900-1977), José Luís Durán de Cottes, José María Rivas Eulate (1896-1972), Eduardo Lozano Lardet (1897-1968) e Manuel Sánchez Arcas (1897-1970). Entre os arquitetos futuristas fundadores contamos com algumas colaborações com Almada, como Rafael Bergamín (1891-1970) e Luís Blanco Soler (1894-1988) que o incumbiram da decoração mural para uma residência de estudantes da Fundación Del Amo na cidade universitária (1929); Lardet com os painéis decorativos para o Teatro Muñoz Seca na Plaza del Carmen e o plano geral decorativo do Cinema de San Carlos na Calle de Atocha (1929) e Soto encarrega-o dos painéis decorativos para o Cinema Barceló (1930) (Iraizoz García, 2012: 55-58).

Contudo, como afirma Fernando Cabral Martins (2012), não nos podemos esquecer que a arte plástica predominante seria o desenho. De todas as artes que praticou ao longo da sua vida, três delas tiveram continuidade – o desenho, o teatro e o ensaio e/ou conferência poética.

Podemos dizer que o desenho seria a base da sua crítica, como afirma Eduardo Lourenço, “a frase-Almada é, ela própria, uma frase-desenho” (Lourenço *apud* Cabral Martins, 2012: 101), porque para ele era a maior arte e certeza de todas. Comenta ainda Fernando Cabral Martins que a partir de 2001, com um levantamento mais profundo, podemos ver uma frequente ligação entre a palavra-desenho como em “Frisos”, em conjuntos de poemas publicados em *Orpheu*, em textos vanguardistas e até mesmo nas peças de banda desenhada “Era uma vez...” ou “A Menina Serpente”. Outros exemplos dessa mesma relação são *Intervenção do Dia Claro* (1921):

¹⁶ A expressão relação 9/10 refere-se à relação espacial entre duas medidas: a nona e a décima parte de uma circunferência. Esta divisão da circunferência em x partes iguais, ilustrada através de arcos de circunferência, com régua não graduada e compasso, foi uma das pesquisas geométricas à qual se dedicou. (Freitas, 2016: 5)

¹⁷ O “Tesouro de Delfos” é um templo de pequenas dimensões, construído por volta do ano 525 a.C., pelos atenienses, que servia para guardar as ofertas dedicadas aos deuses. Neste tempo dórico estão presentes vários detalhes arquitetónicos – estilóbata, frontão, métopas, colunas com capitel dórico. (Ribeiro, J.R. & Wilson, A., 2000)

Nós não estamos algures. Nós estamos aqui dentro desta sala, onde eu estou a dizer a conferência – o chão, o tecto, e quatro paredes. Vocês e eu.

Para nos orientarmos melhor, aqui onde estou fica sendo o Norte, lá no fundo da sala o sul, Este ali [E] e Oeste daquele lado [D].” (Almada Negreiros *apud* Cabral Martins, 2012: 102)

É fácil visualizar uma imagem através das suas palavras. Até mesmo, já em Lisboa, com a publicação da revista *Sudoeste* (1935) se vê o auge desta junção de arte poética com a arte gráfica. Durante os artigos recorre muitas vezes a um diagrama para poder sintetizar o seu argumento, como por exemplo em “As 5 Unidades de Portugal”, “Portugal Oferece-nos o Aspecto de” e “Teoria dos Opostos” que mais adiante analisaremos. O objetivo deste artista seria demonstrar que toda a arte era uma forma de desenho.

Na conferência de *Desenhos Animados, Realidade Imaginada* (1938) o próprio afirma que o desenho seria a mãe de todas as artes. Ainda nas duas conferências *Modernismo* (Lisboa, 1926) e *O Desenho* (Madrid, 1927) puderam ser vistas provas destas afirmações acerca daquilo que tem sido comentado. Esta última conferência pode ser considerada como um “manifesto”, uma continuidade do Modernismo como uma evolução vanguardista em que “Duas épocas tem o desenho: a primeira, época da atenção respeitando o instinto, a outra, a da correcção do instinto procurando a harmonia” (Almada Negreiros *apud* Cabral Martins, 2012: 108).

Entre a arte teatral e a conferência poética não se pode apontar grandes diferenças.

Ainda entre 1927 e 1932 destaca-se o cinema nos periódicos madrilenos e, como não podia deixar de ser, também Almada teve o seu papel na área, assumindo a autoria do desenho dos títulos da página de cinema de domingo do jornal *El Sol* e ainda dos painéis da fachada e do interior do Cinema de San Carlos (1929). É nesse mesmo ano que juntamente com Salvador Bacarisse (1898-1963) – músico - e Manuel Abril (1884-1943) - participante da tertúlia do Café do Pombo - colabora para a realização do espetáculo musical *La Tragedia de Doña Ajada*, no Palácio da Música. O objetivo era introduzir uma obra musical de vanguarda, numa junção entre música, poesia e o cinema. Tratava-se de uma história burlesca, em que a partitura do músico tinha seis mandamentos correspondentes a seis imagens feitas por Almada, enquanto a música replicava o tom do poema de Manuel Abril. As figuras de Almada eram exageradamente caricatas e, no fim, mais assustadoras, pertencentes a um baile de bruxas. Recortou essas figuras em cartão negro contrastando com os desenhos em branco-azulado num fundo branco. A maioria das figuras não tinham articulações, exceto a figura de Doña Ajada. A imprensa falou destas projeções, mas

sobretudo do recurso da lanterna mágica, técnica bastante utilizada pelos artistas até 1920, mas caíra em desuso com o aparecimento do cinema. No entanto, os comentários acerca do espetáculo não corresponderam às expectativas dos artistas. Como depois refere na conferência *O Desenho*, Almada continuava a preferir esta técnica da lanterna mágica ao cinema, mostrando esta relação ambígua com a arte cinematográfica, uma espécie de amor-ódio face à incapacidade de libertação do imaginário do próprio espetador (Santos, 2012: 181-187).

Em Portugal com a publicação da revista *Contemporânea*, de José Pacheco, contribui-se bastante para a divulgação das ideias iberistas contando com vários escritores e artistas espanhóis como Corpus Braga (1887-1975), Rogelio Buendía, Ramón Gómez de la Serna, José Francés (1883-1964), Adriano del Valle, Daniel Vázquez Días ou Tomás Terán, já abordados. O caminho das vanguardas também já tinha dado os seus primeiros passos a partir das ideias futuristas pessoais e também de outros artistas como Sá Carneiro, Santa Rita Pintor e Amadeo de Souza Cardoso. E nesta junção da história dos dois países vizinhos vislumbramos relações de proximidade como os casos do amor profundo de Miguel de Unamuno a Portugal e a sua estreita relação com Teixeira de Pascoaes; a relação de Pessoa com Espanha (não tão afetuosa); a passagem de Amadeo de Souza Cardoso em Barcelona e Madrid em 1914, e, com maior destaque e já mencionadas, a conexão de Ramón Gómez de la Serna com Portugal, a estadia na sua casa no Estoril em 1923 e a de Almada em Madrid.

Após esta viagem artística de Almada, é nos textos publicados na revista *Sudoeste*, com o subtítulo de “Cadernos de Almada”, publicada em junho de 1935, que analisaremos a sua visão ibérica. Contamos com textos e ensaios sociopolíticos, separados por três números, com base na sua opinião pessoal e intelectual - a Vida como uma união entre todos os indivíduos (Unidade e Coletividade) e a valorização da criatividade, condenando qualquer elemento perturbador desse potencial. O terceiro número já varia um pouco e conta com importantes participações de colaboradores de *Orpheu* e *Presença*. É exatamente o ano em que Salazar impôs as restrições e regras aos intelectuais que impedissem os princípios do Estado Novo.

4.2. Visão de Portugal e Espanha

Creio não haver relação alguma entre artistas avançados portugueses e espanhóis. (...) A Arte em Espanha não é a mesma coisa do que se passa em Portugal. Se eu fosse espanhol encontraria em Espanha tudo em ordem para cumprir os meus deveres de Artista. O Sr. é que talvez o não saiba apreciar tão bem como nós. Em Portugal o caso é outro. Não há nada. É necessário inventar o próprio meio da Arte. (Almada Negreiros, *apud* Sáez Delgado, 2015: 54)

A grande preocupação do artista português sempre foi criar um meio sólido de arte e cultura no seu país e era necessário entender que a sua estadia em terras vizinhas foi fundamental para que isso acontecesse, para encontrar o seu estilo e o seu próprio interior. Mesmo antes de ir para Espanha, já na sua conferência *Modernismo* nos dá alguns alicerces da realidade artística espanhola e a possível colaboração entre artistas dos dois lados da fronteira. Quando estas palavras se tornam públicas em 1926 (Sáez Delgado, 2014: 54) percebemos que havia já um conhecimento sólido por parte de Almada face à cultura espanhola e aos seus representantes. Se, em 1922, com a revista *Contemporânea* lhe dão a oportunidade de ter contacto com obras de escritores espanhóis, temos de refletir que este sentimento aqui exposto relativamente às diferenças entre os meios culturais e artísticos de Portugal e Espanha não é de todo despropositado, é inclusive partilhado por outros artistas portugueses, com o caso do próprio Pessoa, já comentado nos excertos relativamente aos Homens de Génio, por exemplo. O propósito de Almada é criar “indivíduos sensíveis à arte e à cultura, enquanto criadores de civilização” (Sáez Delgado, 2014: 55), um Portugal de artistas e autores. Sente que a sua vizinha Espanha está mais avançada nesse aspeto, é isso que vai procurar e absorver quando se instala em Madrid e é exatamente essa sensibilidade que traz quando volta para o seu país.

4.2.1. Portugal no mapa da Europa

Relembra-nos Jerónimo Pizarro (2012) que a relação de Almada com o Estado Novo sempre foi controversa. O seu lema era o grito pela liberdade e pela individualidade e, conseqüentemente, levantava questões sobre a nacionalidade, a diversidade humana e a

individualidade em plenas ditaduras como as de Salazar, Mussolini ou Hitler, em que o objetivo era o isolamento das suas nações face às outras.

Na primeira publicação da revista somos brindados com a localização exata de Portugal na Europa (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 2) e depressa percebemos o propósito do nome “Sudoeste”, nada mais português do que isso mesmo. A partir daqui vemos desenvolvidas todas as suas teorias e entendemos, mais uma vez, a perfeita relação entre palavra-desenho, como se a palavra ilustrasse na precisão as suas palavras: “Portugal define-se perfeitamente no extremo sudoeste, ou seja, fazendo parte integrante do ocidente e do sul da Europa, exactamente SW” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3). Se Portugal se destaca nesse ponto do resto da Europa, também o faz nas suas fronteiras com Espanha, um aspeto importante para serem bem definidas as diferenças face às suas essências enquanto nações independentes:

A Espanha é como Portugal peninsular, ocidental e meridional a um tempo; a Península, o oeste e o sul são-lhes comuns, mas enquanto a costa portuguesa é exclusivamente atlântica, a espanhola é atlântica e mediterrânea. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3)

Adiante faz uma observação sobre a diferença das nações europeias e o lugar que elas ocupam no espaço europeu, sendo que é bastante maior de Norte a Sul do que Este a Oeste e com um motivo: “A causa será a de haver maior diferença de caracteres humanos de Norte a Sul do que Este a Oeste” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3). A Europa situa-se numa zona mais temperada, abrangendo uma maior extensão nos paralelos do que nos meridianos. As zonas mais quentes são menos sensíveis às diferenças latitudinais e longitudinais, tornando-as raramente habitáveis: “Por isto mesmo apenas a maiores distancias começam a divergir os caracteres humanos no sentido Este-Oeste do que no sentido Norte-Sul” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3).

É neste contexto que introduz os conceitos de “unidade política”, “coletividade europeia”, “nação” e “nacionalidade” e devemos ter em atenção esta diferenciação quanto à formação dos polos terrestres. Tudo se interliga com a formação das coletividades europeias que se desenvolveram e separaram nas suas respetivas nacionalidades, com base na diversidade porque:

(...) uma nacionalidade necessita de abranger no seu conjuncto unico, a maior diversidade de caracteres humanos, respectivamente ao seu caracter comum e deduzido de entre todos; e sem o que não será possível nenhuma espécie de unidade colectiva, nacional ou politica

que contenha em si mesma a propria essência da vitalidade e da perpetuidade. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3)

A questão não toca termos raciais como Hitler fez com a raça judaica, mas no que diz respeito à civilização. Nada pode ser totalmente exclusivo de uma só nação, apelidada de raça de sangue, essa que “não pode formar uma nacionalidade” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3) e que há muito deixara de ter o seu lugar e autonomia na Europa, como se torna exemplo a raça judaica. Contrariamente, o espaço europeu abraçava as chamadas raças de civilização, onde incluí Portugal como dependente “das civilizações ibérica, grego latina, ocidental-europeia, europeia e universal” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3).

4.2.2. As 5 Unidades de Portugal

Almada recorre à elaboração de um diagrama para sintetizar as que designa de “As 5 Unidades de Portugal” que seriam a “unidade individual portuguesa”; a “unidade colectiva portuguesa”; a “unidade peninsular ibérica”; a “unidade europeia” e a “unidade universal”, como veremos abaixo:

Primeira: a pessoa humana portuguesa.

Segunda: a colectividade portuguesa.

Terceira: a civilização peninsular portuguesa.

Quarta: a civilização europeia.

Quinta: a civilização universal. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 4)

É necessário analisar estas unidades exatamente pela ordem acima descrita e compreender que sem existir uma delas todas as outras também deixam de fazer sentido, ser individual é também ser universal e vice-versa, como se cada uma destas “fases” desencadeasse a outra seguinte ou ainda se amplificasse a um conceito cada vez maior.

Em “A pessoa humana portuguesa” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 4) reflete-se o porquê da existência do ser humano do mundo, o que há de mais profundo no “ser”, a parte mais humana e a consciência de qual é o nosso verdadeiro propósito. Efetivamente, é imprescindível a existência humana para que aconteçam todas as coisas no mundo. Ao nos inteirarmos destes conceitos como o “indivíduo” ou a “individualidade” concluimos que é essencial preservar e respeitar a própria humanidade:

O respeito devido a cada vida de per-si é um respeito tão exacto que se distingam as próprias entranhas da terra uma por uma.

O respeito por cada uma das pessoas humanas é a unica ligação que teremos no dialogo das gerações e no encontro da humanidade com a propria humanidade. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 4)

Se não nos entregarmos a nós próprios e atingirmos o propósito da nossa existência, tudo ficará “por começar”. Como tal, Portugal deve olhar para si mesmo, para aquilo que o define e o que o caracteriza para ser possível ser português e se diferenciar de todos os outros países europeus, como alerta em “A Colectividade Portuguesa” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 4): a Cruz de Cristo; a esfera armilar; a caravela; a roda de Santa Catarina; o pelicano, a Imaculada Conceição; a coroa real e o barrete frígio são os elementos pertencentes à História de Portugal, com as quinas como o símbolo oficial daquilo que é português. Para que Portugal seja Portugal, para o português ser português, é preciso olhar para a nossa história e para tudo aquilo que ela representou e representa nos dias de hoje. Para chegar à coletividade portuguesa é preciso saber-se ser português: “Toda e qualquer raridade da pessoa humana portuguesa ha-de caber inteira na colectividade portuguesa” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 4), isto é, tudo o que diga respeito à nação portuguesa é da responsabilidade do próprio português e o mesmo se sucede e aplica a todos os restantes países e respetivas coletividades. Para se ser coletivo não podemos deixar de saber ser individualmente para consolidar a nossa própria coletividade.

Quando escreve sobre o que deveria ser “A civilização peninsular ibérica” (Almada Negreiros, SW, nº1, 1935: 5), distingue aquilo que seria uma “civilização ibérica” de uma “união” entre os dois povos vizinhos: “Civilização ibérica, sim. Sempre. União ibérica, não. Nunca.” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 5). Segundo a sua teoria não precisamos de ser um só para conseguir formar uma civilização nossa, porque outrora já o conseguimos fazer no Tempo das Descobertas: “Ficaram eternos no mundo Portugal e Espanha. Pela primeira vez na Historia, dois povos independentes realizam uma mesma e unica civilização: Portugal e Espanha criaram a Civilização Ibérica” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 5). Esta dualidade é a chave para a criação de uma civilização própria e única, porque apesar de opostos e independentes um do outro tornam-se “iguais de um todo” (Almada Negreiros, nº1, 1935: 5). A cada um de nós, Portugal e Espanha, cabe cumprir duas missões: “o império colonial português e o império colonial espanhol, a América Latina, e o sangue português e espanhol espalhos pelo mundo inteiro” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 5), já realizada,

e a outra: “Criar a cultura do entendimento português e a do entendimento espanhol” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 5) e que muito se relaciona com a individualidade de cada um. Todos os portugueses devem ser ainda mais portugueses do que nunca, todos os espanhóis ainda mais espanhóis, aliás: “de todo e qualquer povo mais nacional hoje do que ontem, mais ele mesmo hoje do que nunca” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 5), logo sendo a própria Ibéria deveria ser ainda mais ibérica, para que se impusesse face a todas as outras civilizações europeias. Nunca nos esqueçamos que:

O primeiro gesto, o de reunir, aunar, tornar uno, todas as pessoas de um mesmo território é o processo da CIVILIZAÇÃO.

O segundo gesto, o de personalizar cada ser que pertence a uma civilização é o processo da CULTURA. (Almada Negreiros *apud* Cabral Martins, 2012: 105)

Segundo a anotação feita pelo próprio escritor: “A civilização europeia e a civilização universal” passam pela leitura do artigo “PROMETHEU” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 15), aquele que é o “Ensaio Espiritual da Europa”. Quem foi Prometheu? Um herói, de um poema (incompleto) de Goethe, apresentado como um humano que nas suas capacidades “meramente humanas” consegue roubar e desvendar os segredos dos deuses:

Eis-me aqui; formo os homens
à minha imagem
uma raça igual a mim,
para sofrer, chorar,
viver e sentir a alegria. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 15)

Com a transcrição destes versos conseguimos compreender que Prometheu seria aquilo que há de mais humano: “Com o modelo classico de Prometheu cada qual tomará para si a responsabilidade do seu proprio destino na Terra” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 16), como uma retrospectiva, um olhar para dentro, uma reflexão da sua essência e “O primeiro protagonista do humano” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 16).

A par disto comenta uma diferenciação espiritual em cada continente, tal qual as suas localizações geográficas e as suas políticas, o que torna único cada continente e cada país, de forma que se afirmem na sua essência relativamente aos demais. Segundo ele, contrariamente aos continentes do “Novo Mundo” – América e Austrália – os continentes do “Velho Mundo” – Asia, Africa e a Europa – têm a sua espiritualidade própria: “Na Ásia nasceu o religioso, na África o feitiço e na Europa o mytológico. E são estas as três fases do

nascimento do espírito: o selvagem, o divino e o humano; Africa, Asia e Europa” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 16). A mitologia seria então uma junção do mundo espiritual e o mundo humano, enquanto a religião seria a união entre o mundo espiritual com o divino. Em alguns escritores, ao longo dos séculos, esta conceção e definição não está propriamente esclarecida, pois os tempos não são os mesmos, há uma constante evolução no pensamento e da humanidade, como o próprio Almada exemplifica com Luís de Camões e a sua obra épica *Os Lusíadas*.

Esta civilização europeia, e, principalmente, os continentes do “Velho Mundo” têm o potencial para uma ascensão à civilização universal. Neste escrito ibérico era crucial atingir a universalidade, para que se afirmassem uns perante os outros e se tornassem mais fortes, onde estaria incluída a Europa e por sua vez Portugal e Espanha.

4.2.3. Teoria dos Opostos

Com o subtítulo de “Apontamentos para a «Direção Única»”, o autor defende que: “O ângulo *a* é o oposto do *b*. Ambos têm a mesma medida; são iguais e não se repetem; são iguais e opõem-se” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 10), porém o oposto implica que haja outro exatamente igual, porque se não forem iguais não se podem opor. Logo, “A oposição é o equilíbrio” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 10) e chegamos à fórmula mais utilizada por Almada neste seu conceito de unidade: “Igual + igual = unidade” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 10), ou seja, $1+1$ não é igual a dois, mas igual a 1: “ $1+1=1$ ” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 10).

A fórmula da unidade, que vem do unanismo, corrente francesa de Jules Romains (1885-1972), é algo bastante frequente na sua forma de fazer arte, aparece em *Histoire du Portugal par Coeur* (1922), nos textos *Pierrot e Arlequim* (1924), na peça *Portugal* (1924) e na sua conferência *Modernismo* (1926) (Laureano Costa, 2012: 29). Durante a sua estadia madrilena esta noção parece ter cada vez mais clareza, sendo esta conferência *Direção Única* (1932) o auge disso. Esta fórmula é o princípio da colaboração entre os indivíduos (mesmo que se opunham) e a crença de uma individualidade e de uma coletividade.

Mas como é que podemos interpretar estes trechos retirados das palavras do artista se sempre nos ensinaram que $1+1=2$? É preciso focarmo-nos naquilo que é concreto e esta teoria pode estar muito bem relacionada com a Ibéria.

Durante a análise dos textos anteriores concluímos que Almada não era a favor de uma união ibérica, mas de uma civilização única ibérica. É aqui que está tão presente a individualidade, porque a civilização ibérica não implicaria uma fusão dos dois, porque ambos os países devem e têm a necessidade de se afirmarem enquanto países individuais, com as suas próprias leis, o seu próprio governo, a sua própria localização, o seu próprio exército, os seus próprios indivíduos e por aí em diante. Dois países que partilham imensos momentos da história, são dois ângulos opostos na Península Ibérica e sendo opostos, tornam-se iguais e para serem iguais, têm de ser opostos. Esta duplicidade assente na oposição é a chave para o equilíbrio ibérico. Atentemos aos exemplos dados por Almada:

No mundo humano
O homem e a mulher
Homem + Mulher = Unidade
 $1+1=1$

No mundo social e político
O mundo social e político
O indivíduo e a colectividade
(representado o humano)
Indivíduo + colectividade = unidade
 $1+1=1$

No mundo da Arte
A arte e a natureza
a arte + a natureza = unidade
(representando o humano)
 $1+1=1$

No mundo do espírito
O humano e o divino
Humano + divino = unidade
 $1+1=1$ (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 10)

Onde é possível acrescentar:

No mundo ibérico
Portugal e Espanha
Portugal + Espanha = unidade
 $1+1=1$

E este resultado de “1” seria a unidade ibérica como sinónimo de civilização ibérica.

4.3. Arte e Política

Para Almada Negreiros, de acordo com a “Teoria dos Opostos”, a Arte e a Política podiam também trabalhar em conjunto e não serem rivais. Na sua essência derivam ambas da mesma palavra grega *Tekné*. Num contexto de Arte pode dizer-se que “quer dizer indistintamente Arte e Ciência” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 11), pois ambas funcionam em simultâneo, ligadas entre si, como forma de não separar o intelecto do sentimento humano, “a Arte é o instinto do conhecimento; Ciência é o conhecimento do instinto. Por isso mesmo a Arte precede constante a Ciência” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 11). Num contexto político, a palavra “política” deriva de uma palavra composta por *Tekné* + *Polis* (cidade), ou seja, “arte da cidade, quer dizer literalmente movimento ou criação do movimento da cidade” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 11) e ao contrário da Arte, a política procura preceder os acontecimentos e estabelecer-se sobre os resultados dos factos.

Há de facto no destino da humanidade uma política universal e unica. Tanto a arte como qualquer política não podem deixar de se integrar nesta unica política universal. Mas a historia ensina-nos que esta «política universal têm duas correntes fundamentaes e eternas: a politica pratica e idealista, a diplomatica e a ethica, a politica do Estado e da Humanidade. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 12)

Segundo as suas palavras, a Arte era o sinónimo de humano e a Política da parte social. O social preenche uma realidade e é necessário atualizar-se e evoluir, enquanto o humano é mais estático e duradouro. Na verdade, não se complementam, não têm disputas, não têm contrastes nem são idênticos, portanto não há qualquer razão para serem rivais: “Tampouco chega a haver nunca a oposição entre arte e politica, são apenas contrapartidas uma da outra, as duas correntes fundamentais e eternas da mesma politica universal” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 12). Durante vários períodos da história existem conflitos entre as duas correntes, como são o caso de Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha, “Em todo o caso o humano pode, abstraindo da realidade imediata, prescindir do social, enquanto o social, ao mesmo tempo que conquista o Poder pretende tambem conquistar a Arte e a Humanidade.” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 13) e como o próprio ditador italiano diz: “A arte, para nós, (...) é uma necessidade primordial e essencial da vida, a nossa propria humanidade” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 12). Porém, para se atingir a humanidade autêntica, é preciso ver que à Política lhe falta a humanidade, o saber ser uno e coletivo e é

preciso que se alie, colabore e una à Arte, para que não repitam erros e atrocidades semelhantes aos de vários períodos da história:

Que determinado territorio do Mundo esteja ansioso de formar a sua própria humanidade, parece legitimo, porem é legitimo tambem que nenhuma humanidade parcial possa ter outro modelo que a humanidade autentica, nem outra integração que esta propria. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 12)

Almada consegue sempre destacar o papel da Arte nos seus textos e ensaios, nem o próprio alguma vez se interessou muito pelos assuntos políticos durante a sua vida, porque não lhe ofereciam aquele “único campo de ação” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 4). Na Arte não importam os estatutos, porque “Se em Arte não somos todos iguais é contudo indispensável este trato de iguais para que se incube a criação” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 4). A Arte permite a criação e se não há igualdade, não pode haver criação.

4.4. Prometheu

Prometheu foi o herói fatal da mitologia grega, ultrapassou os limites existentes entre o humano e o celestial, porque desvendou os segredos dos deuses - a existência humana, separando-a do campo mitológico. Como símbolo da origem humana e, conseqüentemente, do berço europeu, representou também aquilo que se podia designar de “conhecimento humano”. O conhecimento humano é individual e é um trabalho que compete a cada um:

Os segredos dos deuses eram afinal coisas que pertencem ao Homem, coisas que o Homem pode executar por si. Os segredos dos deuses aguardavam apenas que o Homem viesse tomar conta deles para deles se servir na Terra. (Almada Negreiros, 1935: 17)

Almada caracteriza-o de “heroe e a victima do conhecimento” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 18) porque foi capaz de furtar os deuses, mas de nada lhe servia ser dono e senhor do conhecimento se os comuns mortais não o fossem também. O sonho do conhecimento não é só um sonho deste herói, é de todos os humanos e está no sangue europeu:

o Homem não é só Prometheu, é Prometheu e mais o resto dos mortaes, toda a humanidade com todos os seus humanos, os heroes e os não heroes, os privelegiados pela natureza e

aqueles a quem a natureza não preferiu, todos sem exceção. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 18)

Jesus Cristo acaba por ser uma figura importante que surge depois. De origem asiática (onde nascem todas as religiões), foi portador da expressão religiosa e apesar de estar mais próximo das suas origens, não foi aqui que encontra a sua forma de difundir a sua doutrina, mas sim na Europa: “Os europeus somos essencialmente gente de fé. Fé no humano, fé no divino, fé no conhecimento, fé na fé!” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 19). Com ele dá-se a junção da parte humana com a parte divina e ambas “não se aniquilam mutuamente; antes pelo contrario, cabem perfeitamente um no outro na personalidade humana” (Almada Negreiros, 1935: 16). Consegue ir um pouco mais além do herói grego, descobre a “individualidade da personalidade humana” (Almada Negreiros, 1935: 16) como faz a reconciliação entre o humano e o divino, inclusive quase extingue a existência de outros numerosos deuses e foca-se apenas num único Deus.

Eis a diferença entre Prometheu e Cristo:

Prometheu é o universal pelo conhecimento. Jesus Cristo é o universal pela fé. Jesus Cristo ganhou a Europa pela fé, mas a Europa também não renega Prometheu. A Europa não saberá jamais renegar-se a si-mesma, nem á fé. E’ este o drama intimo da Europa, o seu discreto enigma: o conhecimento e a fé. (Almada Negreiros, SW nº1: 19)

A Europa é facilmente representada, pela ótica de Almada, através de um sentido unanimista da vida, com uma crença na renovação espiritual e com uma diversidade de “raças de sangue” e de civilização inigualável, tornando-se no continente mais “rico” espiritualmente face a outros: “Esta característica unanimista da Europa é organica, faz parte integrante do proprio corpo europeu, é o seu sangue que corre em suas proprias veias e arterias” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 20).

Era isso que permitia a Europa, tal como Portugal e Espanha, passar pelas diversas fases do conhecimento individual e coletivo para atingir a tão desejada universalidade. O próprio artista faz enumeração a várias figuras importantes na história europeia para exemplificar o equilíbrio no nascimento de génios, para atingir a direção única até à universalidade europeia, como por exemplo Lutheró (1483-1546) e Ignacio de Loyola (1491-1556), no campo religioso, ou Ingres (1780-1867) e Delacroix (1798-1863), no campo artístico. O que Almada acreditava era que a Europa tinha a capacidade de alcançar a universalidade, pois já tinha nas suas mãos o conhecimento e a fé, Prometheu e Jesus Cristo. Sem um dos dois, a personalidade e essência europeia teria encontrado outros resultados. Ao

dar estes exemplos de grandes personalidades históricas, conseguimos vislumbrar os diferentes caminhos que percorreram durante toda a sua vida e é desses complexos e diferentes caracteres humanos que a Europa precisa para a sua exclusividade:

O Universo não é uma utopia, tudo na humanidade se congrega, se úna e caminha na Direcção Única. Toda a superfície da Terra é equidistante do seu centro esférico e animico; toda a superfície da Terra é equidistante da abóboda sideral. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 21)

No ramo da fé podemos perceber que pelo continente foram divergindo um pouco as suas interpretações, com o budismo, o judaísmo ou o islamismo, mas nem assim têm um comportamento desviante da universalidade, porque “a fé seja ela qual fôr, esse sentimento geral do humano, já é universal” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 22). O objetivo não era a religião cristã ser exclusiva da universalidade, mas sim o próprio ser humano enquanto ele mesmo e a sua fé. O mesmo se aplica ao ramo político:

Estes sucessivos nucleos colectivos, esta especie de mundos parciaes para identicos, e nos quaes se dividem o todo religioso e o todo politico, continuam com o mesmo objectivo único e fatal do seu respectivo todo, de fazer coincidir o universal com o individual, o universal da humanidade inteira com o individual de toda e qualquer pessoa humana, apenas atendendo de preferencia ás circunstancias do seu caso particular. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 22)

O que nós podemos entender por universalidade é mesmo a diversidade que existe no próprio indivíduo e na própria coletividade. Este caminho a ser percorrido acaba por ser um conceito um pouco abstrato, porque tem de haver uma sobreposição e uma consciencialização da individualidade e da coletividade dentro do próprio ser humano: “Quanto mais integrado estiver cada qual na sua propria personalidade humana, quanto mais dentro de si mesmo estiver cada um, mais exigente se lhe torna a sua colaboração pessoal com o universal” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 24).

Então e a nacionalidade e a família? Segundo o artista são encaixados em processos administrativos de coletividade, num são pessoas que numa coletividade vivem no mesmo território e no outro são pessoas que vivem debaixo do mesmo teto. A coletividade e a individualidade são duas coisas diferentes, em que a primeira tem uma espécie de dimensão máxima face à segunda. Porquê? “A colectividade é materialmente pura” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 25), porque tudo o que pertence ao espírito não é terreno palpável e material, “O espírito tem incomparavelmente mais necessidades e curiosidades do que o

corpo. O corpo é apenas a perfeita obediência ao espírito.” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 27), ou seja, a coletividade acaba por obedecer ao universal e individual. E os sentimentos? Os sentimentos já são obra que cada indivíduo, transcendem o material e são espirituais. Mas é preciso ver que ao humano ainda lhe falta bastante para alcançar a pureza dos sentimentos ou a pureza espiritual, tal como é preciso entender que há uma diferença entre essa pureza material – coletividade, o que é comum aos indivíduos e o que é puramente espiritual – individualidade e universalidade.

Porém, ainda é preciso distinguir o que faz parte da materialidade coletiva e da materialidade familiar, ao qual justifica que “Nós somos cada um de nós respectivamente o indivíduo da colectividade e o indivíduo da família” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 26), ou seja, somos individualmente duas coisas perante estas duas situações. É neste contexto que nos diz que possivelmente o conceito mais correto será o de “pessoal”, “que representa toda a integridade da personalidade de cada sêr humano sobreposto ao indivíduo” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 27).

Alerta que tem de haver a consciencialização da individualidade e da coletividade, porque não podem viver uma sem a outra, isso acabaria por causar um desequilíbrio. Como conseguiríamos governar o nosso país? Como conseguiríamos agir conjuntamente e individualmente? “Estes valores colectivos e individuais não podem deixar de se arrastar uns aos outros. São elementos de um mesmo e único material” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 27), funcionam em cadeia e dependem da existência mútua.

Porque é que a Europa se destaca de todos os outros continentes? Pelo seu espírito unânime “sob todos os seus aspectos” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 28) e equilibrado, por apoiar e estimular a presença de diversos caracteres humanos geniais nas mais diversificadas áreas e por estar mais próximo da concepção de coletividade e de individualidade, porque só assim ascenderá ao puramente material e ao puramente espiritual.

Toda a teoria de Almada é o seu sonho europeu, com uma civilização europeia que representa a Raça de Prometheu, não no sentido de apenas europeu, mas com a necessidade de conhecer e apreender a individualidade, o pessoal, o ser humano, a coletividade, porque todos funcionam em simultâneo.

4.5. Mística Colectiva

Segundo as palavras de Almada: “Mística colectiva. Foi êste o artigo do SW n.º1 que mais desorientou o leitor” (Almada Negreiros, SW n.º2, 1935: 6). Porquê? Neste artigo retrocede na História da Europa, no campo político, e faz uma passagem temporal desde o que foi o Império Romano até à formação das futuras nacionalidades: “Quando o império romano procura estender o seu domínio a todo o território da Europa estabelece-se de facto na Europa uma unidade política mas não precisamente a unidade política da Europa” (Almada Negreiros, SW n.º1, 1935: 30). Dentro do próprio império dá-se a formação de outros vértices políticos, como na Alemanha com Arminius (16 a.C. – 21 d.C.), em França com Vereigetrix (80 a.C. – 46 a.C.), em Portugal com Viriato (181 a.C. – 139 a.C.) e por aí em diante, é proclamada a independência desses povos e dá-se a formação das variadas pátrias: “Entregues os povos aos seus próprios governos, a unidade da Europa está na ligação de todos pela mesma fé geográfica e telurica” (Almada Negreiros, SW n.º1, 1935: 30). Formadas as nacionalidades, criam-se as civilizações próprias de cada território, ou seja, dentro da civilização europeia nascem as particularidades dessa civilização maior. Não há um chefe único europeu, mas sim diversos chefes de todas as nacionalidades europeias que têm a perceção da sua própria essência. O perigo ou inimigo já não é o “estrangeiro”, mas sim o que está dentro das próprias fronteiras:

E’ a própria força espiritual da Europa que entra na sua própria consciencia. E’ esta consciencia da unidade espiritual da Europa que faz exigir de cada nacionalidade o superlativo da sua evidencia telurica, que faz ir cada povo ás profundezas misticas do seu próprio barbarismo d’origem, como se o mais extranho poder e o mais sobrenatural intimasse cada nacionalidade a esclarecer toda a essência do seu próprio mistério, como se se tratasse de uma questão a praso, de vida ou de morte para cada nacionalidade. (Almada Negreiros, SW n.º1, 1935: 30)

Tudo está interligado nos textos da primeira edição de *Sudoeste*. O próprio explica na sua posterior publicação o seu propósito: um relato de todos os acontecimentos vividos ou uma espécie de captura fotográfica dos elementos-chave, ou seja, sendo “exclusivamente o fotógrafo e a máquina fotográfica” (Almada Negreiros, SW n.º2, 1935: 6). Não faz apenas o *click* fotográfico como aparecem em muitos jornais da época e até nos dias de hoje, mas faz o comentário, sem elogios ou queixas, não é esse o objetivo da publicação destas revistas: “SW tem sobretudo a consciência desta época em que vivemos hoje. (...) SW faz por

caminhar com dignidade a par dos que caminhem com dignidade” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 7). O resultado pretendido pelo artista é a consciencialização de conceitos, a dignidade e a verdade.

4.6. O Cinema e Teatro

Para Almada, o Cinema e o Teatro são coisas diferentes, a primeira podia ser considerada um “filho” da segunda, porém, com o seu aparecimento, passou a haver uma certa desvalorização do Teatro.

Na verdade, há que ter em conta que a Arte é dos campos que mais impõe evolução, mesmo com as suas bases nos antecedentes: “A Arte é de todas as manifestações dos povos a que exige maior coordenação dos precedentes. Os novos sentidos nascem já com a antigüidade dêstes precedentes” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 13). A Arte, por si só, deve ter controlo sobre si mesma e ser possuidora da maior inovação, imaginação individual e espontaneidade - o melhor da dignidade humana (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 15). Aquilo que o Cinema traz de novo ao espetador é uma falsa estimulação à imaginação, passa da imagem parada para a imagem em movimento, assemelhando-se à sua verdadeira representação. O mesmo caminho tomou o cinema sonoro, sensibilizando o espetador para a visão e a audição. Porém, é preciso ver que ainda era acentuado este distanciamento entre o espetador e a real imaginação:

(...) enquanto o cinema não atingir o seu verdadeiro programa inextinguível de ilusão, de conhecimentos, de fantasia, de veracidade e de realismo, enquanto a imaginação não estiver bem assente nos seus legítimos alicerces individuais, a Arte não poderá começar ainda a sua grande obra para todos. (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 16)

Distingue a “Arte para todos”, aquela que contém a imaginação, a essência pura e a personalidade de cada espetador, da “Arte para público”, que se foca nas massas em geral, sem qualquer singularidade.

Posto isto, Almada dá-nos o exemplo do Teatro como um bom opositor ao Cinema, “um conflito de outra ordem, onde já cabe a imaginação, isto é, a personalidade individual humana” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935:15), com dom próprio “além do geral atinge também o particular” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 16), como o melhor “representante

da Unidade de Arte” (Costa, 2012: 30), e projetor da dita fórmula da unidade (1+1=1) – tão bem representada nas suas obras de *El Uno*, com a 1ª parte *Deseja-se Mulher* (individualidade) e a 2ª parte com *S.O.S.* (coletividade).

Conseguimos perceber que o desespero do artista persiste no facto do ser humano estar condenado a perder as suas capacidades individuais, a sua essência e sua qualidade unânime. E se a Arte/o Teatro exige mais da individualidade humana, ao invés da Ciência/Cinema, se perdermos as nossas capacidades (como a imaginação), decaímos asfixiados no realismo que o Cinema nos oferece:

O Cinema divulga e a Arte revela. O Cinema é jornal, ciência e folhetim. O Teatro é Arte. E a arte é mais do que apenas o conhecimento da natureza, é também a imaginação humana, a imaginação de cada um dos humanos, os donos da Terra, como Prometheu, genial personagem do Teatro, a criação mais heroica e a mais heroica posição do humano neste mundo! (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 17)

Adiante faz uma pequena ponte com a sua primeira edição de *Sudoeste*, onde nos tivera introduzido as concepções sobre a “coletividade”, a “individualidade”, a “civilização” e a “cultura”, e é possível fazer algumas ligações com este tópico que temos vindo a desenvolver. Relembremos que a civilização pertencia à coletividade e a cultura à individualidade, então:

Cinema, linguagem colectiva, de Civilização: teatro, linguagem individual, de Cultura. Cinema, organização geral do público, das massas, da unidade colectiva; teatro, organização geral de cada individuo fazendo parte da unidade colectiva. (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 18)

Se, nesta segunda edição, o Teatro é o maior representante da Arte e se há o constante receio da perda desta capacidade da imaginação, podemos supor que existirá o mesmo medo na perda da individualidade humana e se não há essa parte mais íntima do ser humano, não existe uma individualidade ou coletividade numa nação ou civilização. Tudo se relaciona e cada um tem as suas respetivas funções perante os conceitos a que pertencem. “O cinema generaliza e qualifica para a formação dos conjuntos humanos, o teatro generaliza e qualifica para a formação da integridade de cada humano individualmente” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 18), então o papel do cinema tem que passar por ser “a divulgação dos conhecimentos gerais” (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 19), para que o Teatro possa preparar cada ser humano para a sua respetiva individualidade.

5. Uma aproximação comparada entre a visão da Ibéria em Fernando Pessoa e José de Almada Negreiros

Sabemos que o primeiro modernismo português frisou um período de crise de identidade que exigiu mudanças no mundo, na cultura europeia, na linguagem, na sensibilidade e na consciência estética. Fernando Pessoa e José de Almada Negreiros (além de Mário de Sá-Carneiro) foram as figuras mais conhecidas no contexto modernista português, renovaram o pensamento e discurso literário como também levantaram questões sobre a identidade, o sentido de pertença e uma perspectiva da concepção do ideal patriotista:

Na realidade social há só dois entes reais — o indivíduo, por que é deveras vivo, e a nação, porque é a única maneira como esses entes vivos, chamados indivíduos, se podem, agrupar socialmente de um modo estável e fecundo. A base mental do indivíduo, por isso mesmo que é indivíduo, é o egoísmo, e os indivíduos podem agrupar-se só em virtude de um egoísmo superior, ao mesmo tempo próprio e social. Esse egoísmo é o da pátria, em que nos reintegramos em nós através dos outros, fortes do que não somos. (Pessoa, 1979: 19)

Em Camões, principalmente nos *Lusíadas*, vejo o autor, o artista, o homem que não deixa em mãos de outros a linguagem própria á sua gente. Dir-se-ia que Camões teve o orgulho de pôr em competência, à sua maneira própria, o seu lusitanismo com outras opiniões da época. Mas se no seu século Camões não conseguiu ser o mentor da sua gente, depois da sua morte parece que não ficámos com melhor. Em todos os casos, como o Camões nacional perde-se de vista ao Camões gente, a Camões sêr humano, de carne e ôsso, como nós. (Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 10)

Fernando Pessoa era natural de Lisboa, mas passara a sua infância e adolescência em África do Sul. Almada Negreiros era natural do continente africano, mais precisamente de São Tomé e Príncipe, mas veio ainda em criança para a capital portuguesa. Pertenceram à tão polémica Geração de *Orpheu*, contudo não foram dois artistas muito próximos. Após a morte precoce de Pessoa em 1935, aos 47 anos, Almada chega a afirmar mais tarde no *Diário de Lisboa* que nunca tinham trocado correspondência (CM, 2013) e, um facto é que os primeiros comentários pessoanos acerca do nosso artista plural também não são assim tão positivos como expõe em “As caricaturas de Almada Negreiros”:

A sua arte é suavemente para o sorriso. Não tem nem ódios nem desprezos, pelo menos artisticamente; por isso a sua arte não nos deixa na alma rasto de revolta ou eco de gargalhada. Ele observa interessadamente, mas não traz, pelo menos por enquanto, sentimentos profundos para a sua observação. (...)

Isto porém, é uma classificação de espécie, não de valor. O que nos importa saber é o valor do artista dentro do género a que pertence.

Que Almada Negreiros não é um génio – manifesta-se em não se manifestar. Nada de dolorosamente consciente de quanto o fútil simboliza e resume das coisas da Vida. Um ou outro assunto é tratado mais a sério; mas nem esse sério leva em si pequena porção que seja de individualidade e especialidade, nem, mesmo, o sério é o doloroso. (Pessoa, 1980: 99)

Pessoa gostava de arte com escândalo, que representasse uma certa fúria artística, uma revolta, que se estilhasse e multiplicasse e provocasse algo diferente no leitor/observador, uma libertação:

Há as artes cujo fim é entreter, que são a dança, o canto e a arte de representar.

Há as artes cujo fim é agradar, que são a escultura, a pintura e a arquitectura.

Há as artes cujo fim é influenciar, que são a música, a literatura e a filosofia.

Há uma arte cujo fim é entreter, não podendo derivar a sua força, ou o seu valor, nem do tempo que entretém, porque esse tempo forçosamente tem de ser limitado, nem da qualidade de almas que entretém, porque entreter não inclui [?] um valor — só pode derivar a sua força do número de gente que consegue entreter (e, também) da intensidade com que entretém.

Uma arte cujo fim é agradar deriva já a sua força, ou o intenso do seu valor, não só do número de gente a quem agrada, mas deste número somado à intensidade do agrado que causa. Em vez de valer extensamente como as artes anteriores, vale intensamente.

Entreter não comporta intensidade, porque entreter está ligado a variar, variar a não-durar, e o que não dura nunca pode ser muito intenso.

As artes cujo fim é influenciar, para influenciarem quantitativamente e qualitativamente, têm que ter qualidades que façam com que se dirijam ao melhor público de um grande número de épocas. Para isso é preciso que tenham qualidades que se dirijam à média superior das almas de várias épocas, no que todas as épocas têm de fundamentalmente comum. O que é isso? As épocas superiores têm de comum, ou as épocas têm de comum nas suas pessoas superiores: 1º a análise psicológica, 2º a especulação metafísica, 3º a emoção abstracta. (1º literatura, 2º filosofia, 3º música). (Pessoa, 1966: 29)

Inclusive estava implícito na criação dos seus heterónimos e semi-heterónimo Bernardo Soares, ora vejamos:

A arte livra-nos ilusoriamente da sordidez de sermos. (...)

O amor, o sono, as drogas e intoxicantes, são formas elementares da arte, ou, antes, de produzir o mesmo efeito que ela. Mas amor, sono e drogas tem cada uma a sua desilusão. O amor farta ou desilude. Do sono desperta-se, e, quando se dormiu, não se viveu. As drogas pagam-se com a ruína de aquele mesmo físico que serviriam de estimular. Mas na arte não há desilusão porque a ilusão foi admitida desde o princípio. Da arte não há despertar, porque nela não dormimos, embora sonhássemos. Na arte não há tributo ou multa que paguemos por ter gozado dela. O prazer que ela nos oferece, como em certo modo não é nosso, não temos nós que pagá-lo ou que arrepender-nos dele. Por arte entende-se tudo o que nos delicia sem que seja nosso. (Pessoa, 2016: 235 - 236)

Almada estava no início da sua vida artística e ainda procurava o seu propósito e a sua âncora. Ainda não era uma arte que alimentasse outros artistas como Pessoa, mas sem lhe negar claramente o “brilhantismo e a inteligência, muito e muita” (Pessoa, 1980: 99) e o talento. Em resposta no catálogo do II Salão dos Humoristas Portugueses (a junho de 1913), com um retrato de Pessoa (O Senhor Fernando Pessoa, vulgo «o Pessoa»), o artista contesta:

A data mais memorável da minha individualidade será por certo a de 1993, quando universalmente se festejar o centenário do meu nascimento. Quanto ao meu indiscutível talento, preciso é dizer que o descobri no dia em que fiz ao meu barbeiro proibição de cortes à escovinha no meu cabelo. (Almada Negreiros, 1913: 14)

É neste registo que se estabelecem as relações de Almada Negreiros com Fernando Pessoa e outros protagonistas de *Orpheu*. A maior aproximação que existiu foi com Álvaro Campos, o heterónimo engenheiro, companheiro futurista e a quem lhe dedica “Cena do Ódio”, como referem Sara Afonso Ferreira e Luís Manuel Gaspar para o Arquivo *Modern!smo*, com as seguintes palavras: “A Álvaro de Campos a dedicação intensa de todos os meus avatares. Foi escrito durante os três dias e as três noites que durou a revolução de 14 de maio de 1915” e que pôs fim ao governo de Pimenta Castro.

O poema teria feito parte do terceiro número de *Orpheu*, nunca publicado, com um especial destaque devido ao entusiasmo de Sá-Carneiro e até do próprio Pessoa, que numa carta a Armando Cortês-Rodrigues - datada sem certezas entre 1915 ou 1916, conforme a opinião de alguns entendidos como M. Pereira da Silva (1999), Zenith (2007) ou Arnaldo Saraiva (2015) – elogia, refutando comentários seus anteriores: “(...) que está actualmente homem de génio em absoluto, uma das grandes sensibilidades da literatura moderna” (Pessoa, *apud* Amorim, 2015: 114). Podemos dizer que nunca teve realmente a atenção e análise devida, até mesmo na sua publicação para a *Contemporânea* com José Pacheco que mostra uma visão bastante desfigurada do poema e elimina cerca de 54,56% do seu conteúdo (Amorim, 2015: 114). Por volta de 1958 é que conseguimos ler a totalidade do poema, na primeira parte da terceira edição de *Líricas Portuguesas*, mas apenas com a indicação “In *Orpheu* 3 – 1915” e só após a morte do próprio Almada, em 1970, já nos anos 80, é que temos acesso à integridade textual do poema em *Obras Completas* pela INCM (Amorim, 2015: 117).

Álvaro de Campos escreve sobre a também possível aproximação ou semelhança sensacionista, quando nos esclarece algumas coisas sobre o movimento e os seus principais protagonistas: “Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro estão mais próximos dos

simbolistas. Álvaro de Campos e Almada Negreiros são mais afins da moderna maneira de sentir e de escrever. Os outros são intermédios” (Campos, 1966: 148). O sensacionismo pressupõe que a realidade da vida são as sensações, ou seja, “Sentir tudo de todas as maneiras / Viver tudo de todos os lados, / Ser a mesma coisa de todos os modos possíveis ao mesmo tempo,” (Campos, 2019: 141 – 13b). O sensacionismo foi reativo ao nacionalismo exagerado da Renascença Portuguesa e o último *-ismo* criado por Pessoa, acompanhado de Sá-Carneiro, tornando-se para ele a arte abrangedora de todas as outras, em que as suas próprias diferenças se harmonizavam e completavam, quase um híbrido.

De facto, não há melhores exemplos que Almada Negreiros e Álvaro de Campos como os poetas mais ligados às sensações. O primeiro é realmente “mais espontâneo e rápido, mas nem por isso deixa de ser um homem de génio” (Campos, 1966: 148) e sendo o mais novo da geração *Orpheu*, marca pela sua explosividade de ideias, possuidor de “uma personalidade muito distinta – para admirar é que a tivesse adquirido tão cedo” (Campos, 196: 148), como se se tratasse de um jovem demasiado avançado para a sua tenra idade e experiência de vida. O segundo já se difere um pouco do seu criador, mais intelectual e com melhor apuramento para “a análise intelectual do sentimento e da emoção” (Campos, 1966: 148), levando quase à perfeição. Álvaro de Campos compara-se a Walt Whitman, com a sua “pujança da sensação intelectual, emocional e física que caracteriza Whitman” (Campos, 1966: 148), porém com uma faculdade poética diferente, um “poder de construção e desenvolvimento ordenado de um poema que nenhum poeta depois de Milton jamais alcançou” (Campos, 1966: 148), como exemplifica com *Ode Marítima*.

Contudo, Almada vê-se sozinho e responsável pela continuidade de *Orpheu* após a morte de Fernando Pessoa. Depois de conseguir a sua estabilidade artística, psicológica e financeira, o seu caminho pelo mundo artístico continua e por volta de 1954 brinda os portugueses com um retrato de Pessoa para o Restaurante dos Irmãos Unidos e dez anos depois volta com uma fabulosa réplica do mesmo para a Fundação Calouste Gulbenkian.

Como tem sido perceptível ao longo deste estudo, no avançar dos diversos capítulos, podemos ver que o caminho artístico destes dois autores foi um pouco divergente, principalmente no que respeita às suas relações com a vizinha espanhola. Assistimos a uma intelectualidade brilhante de Pessoa, ligada a diversos assuntos, onde se inclui a Ibéria, mas na verdade nunca chegou a pisar as terras espanholas. Almada foi para além das palavras e dos textos, viajou, habitou e inspirou-se totalmente na cultura do país irmão, trazendo para a terra lusitana imensas ideias e inovações nos mais distintos campos artísticos. Porém, nesta análise textual elegida para esta dissertação foi necessário perceber que apesar destas duas

experiências díspares, contemplamos semelhanças nas visões sobre a Ibéria, o mundo e a união cultural que daqui poderia resultar.

5.1. Conceitos de Nação e Civilização Ibérica

Para Fernando Pessoa, portugueses e espanhóis estavam à parte dos demais países europeus, afastou-nos totalmente da designação de “latinos”, sem qualquer sentido, como específica: “Em primeiro lugar, cumpre advertir um leitor incauto que a expressão «raça latina» ou «países latinos» não tem sobra de base sociológica a que se apegue” (Pessoa, 1986: 79), para nos aplicar o termo “ibéricos”, portadores de uma soberania civilizacional perante os restantes. Seria bastante importante ter em mente e bem definidos estes conceitos aqui apresentados, como se um desencadeasse o outro, ou seja, consciencializarmo-nos e termos um forte sentido de nacionalidade para chegarmos a uma civilização. Atentemos à transcrição abaixo:

Separados, teremos, cada um de nós, um sentido nacional; não temos sentido civilizacional. Poderemos existir mais ou menos digna e decentemente, como qualquer Bélgica ou qualquer Suíça, mas isso não é existência digna de que a ela se aspire. Valeremos mais do que isso; temos o direito a fazer mais que existir. (Pessoa, 1986: 81)

A “nação” e a “nacionalidade” passariam por radicalizar as divergências e as fronteiras existentes entre os dois países constituintes, impedindo qualquer tentativa de absorção territorial ou linguística. A dado momento da sua escrita realça que a base para uma nação o ser efetivamente seria a língua, ou seja, para além das delimitações territoriais, não poderiam faltar também as linguísticas. Cada nação tem as suas próprias características, a sua história, as suas memórias e as suas tradições:

A base da pátria é o idioma, porque o idioma é o pensamento em acção, e o homem é um animal pensante, e a acção é a essência da vida. O idioma, por isso mesmo que é uma tradição verdadeiramente viva, a única verdadeiramente viva, concentra em si, indistintiva e naturalmente, um conjunto de tradições, de maneiras de ser e de pensar, uma história e uma lembrança, um passado morto que só nele pode reviver. Não somos irmãos, embora possamos ser amigos, dos que falam uma língua diferente, pois com isso mostram que têm uma alma diferente. Estamos, neste mundo, divididos por natureza em sociedades secretas diversas em que somos iniciados à nascença, e cada um tem, no idioma seu e no que está nele, o seu toque próprio, a sua própria palavra de passe.

A base da sociabilidade, e portanto da relação permanente entre os indivíduos, é a língua, e é a língua com tudo quanto traz em si e consigo que define e forma a Nação. (Pessoa, 1979: 19)

Quanto mais profundamente nacional fosse cada um, mais valioso se tornaria a produtividade e complexidade dessa civilização. Não lhe bastava aceitar elementos gerais de outras civilizações nem ser um mediador, o intuito, dentro da Ibéria, seria criar elementos civilizacionais como já outrora teria acontecido no Tempo das Descobertas.

Almada não diverge desta visão do seu companheiro de *Orpheu*. Não nos escreve propriamente sobre a Ibéria de uma forma tão clara. A Ibéria estaria na Europa e é a partir deste continente que defende a sua visão:

É o heroísmo de Prometheu em marcha, a levantar sucessiva e simultaneamente nas terras da Europa e do Mundo os infinitos genios da humanidade universal. É o proprio genio da Europa que aceita, exalta e ama não já apenas o humano, nem só ainda a personalidade humana, como tambem a genialidade de cada personalidade humana, o maximo de luz e de presença de cada caso pessoal. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 20)

Haveria sim uma soberania civilizacional europeia, como podemos analisar principalmente no texto que dedica a Prometheu, devido ao seu espírito unanime face a todas as coisas, à sua capacidade de abranger a diversidade humana nas mais diversificadas áreas, tanto na individualidade como na coletividade, e tudo isso promoveria a sua proximidade à universalidade. Então, “As 5 Unidades de Portugal” são definidas através da divisão da própria unidade como demonstra em a “unidade individual portuguesa”, a “unidade coletiva portuguesa”, a “unidade peninsular ibérica”, a “unidade europeia” e a “unidade universal”. Entre as demais, no centro, fala-nos desta unidade peninsular que adquire uma relevante posição nesta dualidade portuguesa e espanhola. No que toca aos países vizinhos também mostra ser necessário impor bem as fronteiras e os limites estabelecidos e olhar para si mesmas, para a sua individualidade e coletividade, pois cada um seria responsável por si mesmo e pela sua nação. Deste modo teriam o seu devido e possível reconhecimento perante a Europa, porque devia saber ser-se português ou espanhol para construir solidamente a civilização ibérica:

O desacordo entre a colectividade e os seus indivíduos, a persistir, devia forçosamente conduzir a personalizar independentemente um dos outros, em manifesto prejuízo do seu equilíbrio material. O divorcio da colectividade e o individuo é uma catástrofe igual à de desaparecer subitamente o solo debaixo dos nossos pés. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 27)

O conceito de “civilização” pessoana teria em conta um apelo à diversidade ibérica para construirmos uma confederação de espírito mais forte. Contudo, devia distinguir-se essa confederação espiritual de união integral. Seria sim uma “união”, mas uma “união” parcial com base na divergência para que juntos fossemos mais fortes. Não é por acaso que divide a civilização europeia em vários grupos conforme o desenvolvimento e a respetiva capacidade de produção ou não produção de elementos civilizacionais. Não é descabida a ideia da proclamação da diferenciação entre Portugal e Espanha e muito menos a sobreposição ibérica face a todas as outras, porque isso já vinha doutros tempos e dos nossos conhecimentos da história. Eram pertinentes algumas das mudanças em prol de uma futura e próspera civilização peninsular ibérica, mas para uma merecida e justa distinção internacional com a mais adequada atitude ibérica face à Europa e ao mundo:

Ora esta existência de divergências muito grandes, longe de ser cousa que prejudique a ideia implícita (para o estadista) na íntima unidade civilizacional ibérica, antes a reforça e a torna mais aceitável. Porque todo o organismo é superior na proporção em que a sua unidade essencial é interpretada e realizada por funções diferenciadas. (Pessoa, 1986: 96)

Em Almada, de modo a ter o seu devido potencial e reconhecimento no mundo, vimos que era preciso saber ser-se português ou espanhol para chegar à civilização ibérica. Nunca poderíamos pensar numa união integral dos territórios, porque o objetivo principal seria criar a cultura do conhecimento de cada país para existir de forma individual:

Aljubarrota mais Toro igual a zero.

Península ibérica igual a Espanha mais Portugal.

A Península ibérica já foi a cabeça do mundo com a forte Espanha e o heroico Portugal. A Península ibérica fez a America Latina. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 3)

Não era necessário formarmos uma civilização única, mas sim uma civilização nossa. Acreditava que os dois países teriam todo o poder suficiente para criar uma civilização própria peninsular e, tal como Pessoa, dá o exemplo dos Descobrimentos como forma de que já anteriormente teríamos sido capazes de o fazer. A chave da civilização ibérica estava neste dualismo e a forma mais simplificada de sintetizar as ideias do artista: “O que está fôra de duvida é que cada um deve ser como toda a gente, mas de maneira que a humanidade reconheça efectivamente o seu representante em cada um de nós.” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 18).

Não é possível numa pátria mal elucidada e delineada, tanto nacionalmente como territorialmente, construir uma base civilizacional única, concreta e fortificada. Para que seja possível é preciso que as unidades que a constituem se diferenciem, se harmonizem, e acima de tudo, se respeitem e apelem à diversidade humana. Se esses limites não estiverem instituídos dentro da unidade ibérica que é suposto existir, não há hipótese de ascensão de poder como tão bem nos explica Pessoa:

Quanto mais elevado é um organismo na escala dos seres vivos, mais diferenciados são os órgãos que o compõem, e maior a interdependência das suas funções. (...) por isso que, conseguida a unidade orgânica, a divergência grande das partes componentes tenderá a fazer essa unidade altamente produtora de civilização. (Pessoa, 1986: 96)

Na verdade, o autor que aqui acabamos de citar, vai decompondo os seus sonhos e as metas a serem conquistadas de forma muito concreta, objetiva e clara. Enquanto a defesa de Almada é muito mais subjetiva e sem nos falar da Ibéria propriamente dita, porque nos impõe conceções mais abstratas. Porém, nesta última doutrina artística podemos fazer algumas analogias face a um sonho ibérico, pois introduz-nos em alguns dos seus textos a “individualidade” e a “coletividade” que depressa conectamos com “nação” e “civilização” respetivamente. Chegar ao conceito de “civilização” é ser coletivo e “A coletividade é a maturidade pura” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 25). Durante anos este pensamento perseguiu-o no mundo artístico e, na verdade, é necessário saber ser uno para poder ser coletivo e vice-versa. A vida é colaboração, seja dentro do próprio indivíduo como fora dele, seja dentro da nação como externamente a ela e tudo aquilo que seja o contrário é destruição, isolamento e fraqueza.

É fulcral que tenhamos em conta que estas noções de “nação” e “civilização” não sejam levadas para um nível extremista como aconteceu noutros casos nossos conhecidos da história. Tanto Pessoa como Almada não queriam criar uma raça única e exterminarem todas as outras, queriam sim afirmar-se a si mesmos e à nossa Ibéria no contexto mundial.

5.2. Conceitos de União e Aliança Ibérica

A união defendida pelo autor de *Mensagem* passaria pela consciencialização da diversidade compreendida numa confederação de base liberal-conservadora, livre de

fronteiras e de sentido cosmopolita. Os elementos produzidos pelos povos peninsulares em questão convinhavam que fossem distintos para haver equilíbrio e uma melhor e maior concretização civilizacional, elevando o seu poder enquanto unidade ibérica e enquanto país europeu:

Estas palavras parecerão estranhas, mas são meditadas e cautas. As nossas descobertas são uma obra cujo espantoso sentido ainda não subiu à tona da intuição sociológica contemporânea, em parte porque a sociologia ainda não existe, em parte porque o que dela não existe e para aí está é feito pela parcialidade jesuítica de franceses, pela pesada falta de intuição histórica dos alemães, e pela insularidade ignorante dos ingleses. (...) Em qualquer tratado da história, o autor, ao tratar das descobertas, cita, sempre, dois nomes ou três, e à roda deles tece a sua pobre parte da coroa de glória dos descobridores. Esses três nomes são Colombo, Gama e Fernão de Magalhães. Ora, se há cousa nítida para o sociólogo, é que o nome supremo nas Descobertas é o Infante D. Henrique, uma das figuras supremas de criador de civilização que o mundo tem visto; de quem Colombo, Gama e Fernão de Magalhães são o braço e o gesto. (Pessoa, 1986: 86)

Portugal e Espanha deviam de ser separados em tudo aquilo que fosse nacional e unidos em tudo aquilo que fosse produção e problemas de cariz civilizacional, com o intuito de se defenderem mutuamente perante os inimigos, sem alfândegas e pactuarem numa aliança cultural e mental. No que diz respeito à cultura e unidade mental aconselhava a criação de uma filosofia e literatura ibérica, pois não havia melhor semelhança linguística que a nossa e termos a capacidade de criar algo que albergasse um pouco desses dois mundos seria bastante importante para um interesse comum e para a ascensão de poder. Assim não poderia falhar a divulgação de literatura portuguesa na vizinha Espanha, com um interesse subjacente da sua expansão literária primeiro, tal como acontecia com a literatura espanhola e respetivos autores espanhóis de renome em Portugal. Já a nível político estaríamos a envergar um bom caminho, faltando-nos apenas ter e assumir uma atitude mais ibérica.

Se a aliança fosse em colaboração com outros países com bastante influência na Europa - como o caso da Inglaterra - tanto melhor, pois possibilitaria a ascensão e a valorização intelectual ibérica e aumentaria a capacidade de criação civilizacional:

Como é negando que se afirma, e circunscrevendo que, se define, para que a orientação ibérica se defina e se veja, é preciso dizer-lhe o que é que ela deve combater, qual é o inimigo. Combatendo-o irá criando a sua orientação. (Pessoa, 1986: 89)

Alertava constantemente para os inimigos ibéricos, onde incluía a própria Espanha devido à sua componente civilizacional, um país antinatural e que contrariava a sua essência política nas suas subdivisões territoriais – Catalunha e a Galícia - algo bastante perturbador

para o desenvolvimento civilizacional ibérico. Castela, por sua vez, também não estaria apta para ser o centro peninsular, visto que violava a competência para um domínio e confederação ibérica. França e a sua forte influência na alma portuguesa, a sua fraqueza de espírito não era favorável para a Ibéria, porque sendo um “sugador” civilizacional, apropriando-se de elementos criados por outros, contaminaria a nossa essência, e a Alemanha, de espírito imperialista (de conquistas) que se apropriava de território alheio através das maiores atrocidades da história. Eis o objetivo: “O que supremamente convém é criar, desde já, a ibericidade. Fazer tender todas as energias das nossas almas para um fim, por detrás de todos os fins imediatos que tenham. Esse fim é a Ibéria, (...)” (Pessoa, 1986: 84).

Num tom semelhante ao utilizado pelo autor anterior, vemos que Almada também teria a mesma visão deste dualismo Portugal e Espanha, onde não fazia qualquer sentido uma união integral, mas sim parcial. Podemos perceber que as suas palavras não têm propriamente um seguimento político, mas um apelo à cooperação, tolerância e convivência entre as fronteiras para predominar a consideração pela singularidade entre portugueses e espanhóis. O crescimento de uma base civilizacional própria só nos daria mais influência e poder face aos restantes grupos civilizacionais e essa dualidade facilitaria a expansão do sangue ibérico: “A dualidade entre Portugal e Espanha é afinal o segredo da vitalidade da península ibérica e da sua civilização” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 5).

Mas porquê a dualidade e não a união territorial integral? Portugal e Espanha não poderiam realmente anexar-se? Tanto Fernando Pessoa como Almada Negreiros tinham a consciência e defendiam uma conectividade, uma aliança e uma cooperação com base nesta dualidade que temos vindo a analisar. Com efeito, já seriam dois países com a sua própria história, com uma identidade e essência bem definidas e que lhes custou a conquistar em diversos períodos da história. A finalidade, durante séculos, foi a construção de um território comum e único, que fosse superior aos outros, com uma ótima localização terrestre e marítima que traria benefícios estratégicos, políticos e económicos. Contudo, é preciso perceber que duas unidades já formadas, com limitações territoriais acordadas e que até então tanto tinham lutado pela independência, precisariam de existir enquanto individualidade – Portugal num lado e Espanha do outro – e porventura, se houvesse uma tentativa de assimilação seria catastrófico e provocaria bastante revolta nos demais. Como nos afirma inúmeras vezes o autor da *Intervenção do Dia Claro*:

Cada português terá que sêr mais português do que nunca em face do espanhol mais espanhol do que nunca e sobretudo, portugueses e espanhóis teremos que sêr mais portugueses e espanhóis do que nunca, em face do alemão mais alemão do que nunca, do inglês mais inglês do que nunca, do francês mais francês do que nunca, do italiano mais italiano do que nunca, do russo mais russo do que nunca (...) (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 5)

Se, como estes autores têm vindo a fundamentar ao longo dos seus textos, no período dos descobrimentos haviam conseguido existir separadamente e dados novos olhos ao mundo, poderiam repetir as mesmas proezas sem cair nos erros do passado? Claro que sim, adquirindo uma garra e uma atitude mais ibérica, sem implicar a inexistência de algum dos dois e com um entendimento individual para conseguirmos cooperar enquanto seres coletivos e ibéricos.

5.3. Conceitos de Oposição e Igualdade Ibérica

A maior oposição que devia de existir entre Portugal e Espanha é a existência individual. Esse seria sem margem de dúvida o ponto-chave destes textos, porque só com a dualidade poderia existir o equilíbrio mais cosmopolita e moderno português com o nacionalismo espanhol. A par desta essência própria teriam de ter as suas divergências na parte interna, com a consciência prévia do que era realmente nacional para depois conseguirem unir-se realmente e formarem a civilização ibérica:

A índole profundamente nacionalista da Espanha opõe-se ao feitio profundamente cosmopolita de Portugal. Parece haver aqui, já, um elemento que prejudicará toda a conjugação de esforços. Mas não é assim. O ideal pode ser comum, a orientação diversa. Convém, mesmo, que assim seja. Só a direcção geral civilizacional deve ser comum à Espanha e a Portugal. Mas estreita comunidade envolveria aquela aproximação que, como disse, é precisamente uma das cousas a evitar. (Pessoa, 1985: 89)

Pessoa ainda acrescenta que seria pertinente haver uma nacionalização por concordância de elementos internos – nacionais – e elementos externos – estrangeiros – fossem eles opostos ou concordantes. Para além desta nacionalização, apesar de ser a favor da criação e da cooperação literária e filosófica e mesmo com as semelhanças linguísticas, seria necessário vincar e separar bem os dois idiomas e respectivas ortografias em questão. Isso seria uma das coisas que melhor define a essência de uma nação. Sim, seria importante elaborar conteúdo ibérico, mas nunca deixar que um idioma deixasse de existir em função

do outro, no fundo desta alma ibérica, tem mesmo de haver um pré-separatismo nacional, como refere nas seguintes palavras: “Façamos sempre uma espécie de pré-separatismo ibérico. É óptimo que exista uma tão forte base nacional, para que resulte verdadeiramente heterogénea quando se tornar interdependente a união das nações ibéricas”. (Pessoa, 1986: 97).

De facto, a composição nacional espanhola colocava em perigo a paz ibérica, no sentido em que se existia este conflito interno entre o conceito nacional e, conseqüentemente, entre o conceito civilizacional, era muito complicado viver harmoniosamente esta heterogeneidade com a homogeneidade portuguesa. Eis as principais diferenças: Portugal como um país ainda colonial, de república implementada, anticatólico, com um sentido cosmopolita vigente e de base homogénea e Espanha já sem colónias, católica, imperialista, nacionalista e de base heterogénea.

Na versão de Almada entendemos que esta sua estadia por terras madrilenas influenciou bastante as suas ideias e isso é bastante visível nos seus textos dedicados ao tema. Não é por acaso que a capital espanhola se torna no seu refúgio e o verdadeiro berço das suas criações artísticas, pois sente nitidamente que a nação do lado o recebe de braços abertos, com um potencial artístico de oferta muito maior, mais desenvolvido e onde ele é capaz de criar e cumprir todos os seus deveres artísticos.

A defesa da “Teoria dos Opostos” abraça muito bem este tópico, acreditava que dois lados opostos teriam de ser iguais. Para haver uma oposição tem de haver dois vértices iguais e nessa igualdade assentaria o equilíbrio. Não poderia haver igualdade e/ou oposição em que esses dois lados fossem dissemelhantes: “Igual + Igual = Unidade”, certo? Esse equilíbrio tão procurado neste seu sonho ibérico resultaria na “unidade”, como nos explica com a seguinte frase: “Por aqui se vê que cada um é o resultado de toda a gente;” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 18). Esta seria também só mais uma razão para ser apologista da diferenciação nacional e à igualdade civilizacional, sabe ser-se uno para atingir a coletividade. Os dois polos da Península Ibérica são contrários, em tudo aquilo que seja nacional ou uno – de português para português e de espanhol para espanhol – e unificados originam este poder de igualdade civilizacional ou coletiva, só assim conseguiriam ganhar o devido respeito e a glória de outros tempos.

A própria partilha de vários momentos da história peninsular fez-nos entender que os seus participantes sempre foram contrários, com berços difíceis de definir e conquistar durante alguns séculos. No entanto, sempre houve vontade, tanto no passado como neste possível futuro, de unificação na tão desejada e apelada Ibéria. A maior oposição e igualdade

também recaí muito nestes tempos de passado e futuro, o alerta constante de não praticar novamente os equívocos passados de um império de conquistas, porém de culturas com o objetivo de chegar à posterioridade, à eternidade e à universalidade juntos. Estava no sangue ibérico a capacidade e a esperança de desbravar mais caminhos em direção ao desconhecido e dar novas glórias ao mundo. O que sempre nos faltou foi uma atitude mais ibérica para reforçar a nossa glória aos olhos do mundo.

5.4. Grandiosidade de Portugal

Por volta de 1934 foi publicado o livro *Portugal Vasto Império*, pela Imprensa Nacional, pela autoria de Augusto da Costa (1899-1954), jornalista e propagandista do Estado Novo e secretário de António Oliveira Salazar (1933). Esta publicação continha um inquérito feito em 1926 a algumas grandes personalidades ligadas direta ou indiretamente a assuntos políticos vigentes, entre os quais estaria Fernando Pessoa. Segundo o ponto de vista de Augusto da Costa, considerava Portugal como uma terceira potência mundial e isento das suas colónias seria muito mais pobre, perdendo o seu propósito importante no contexto europeu, mesmo que isso não fosse considerado pela opinião pública. Este autor defendia uma ideia de propaganda colonial, num sentido otimista e essencial para a identidade nacional, indo contra as opiniões de Oliveira Martins, Antero de Quental, Eça de Queirós (1845-1900) e Ramalho Ortigão (1836-1915) (Sousa, 2017: 104). Neste inquérito numa presumida defesa do “Império Colonial Português” estariam formuladas as seguintes perguntas:

I – Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?

II – Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?

III – Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concerto europeu?

IV – Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional? Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir? (Pessoa, 1979: 100)

Quase todos aqueles que responderam ao inquérito consideravam as colónias parte da nossa identidade. Fernando Pessoa, primeiro, estabelece uma reflexão acerca do termo “grande potência”: “uma nação que influi notavelmente na vida ou nos destinos da civilização” (Pessoa, 1979: 100) e decide distinguir três espécies de “grande potência”. No contexto português, uma “grande potência guerreira” seria “invisível” (Pessoa, 1979: 100), nunca tivéramos a devida aptidão, com o devido respeito, para uma forma guerreira. Assim justifica também para uma “grande potência económica” onde “se de potência guerreira não temos tradição senão por dizer corolária, de potência económica não temos tradição nenhuma, ou a temos negativa” (Pessoa, 1979: 100). Contudo, via Portugal protagonizar um papel de “grande potência cultural”, mesmo carenciados de tradição cultural propriamente dita, e de “grande potência construtiva” (Pessoa, 1979: 100) ou seja, um “Portugal Império” (Pessoa, 1979: 100), porque “Somos, por índole uma nação criadora e imperial” (Pessoa, 1979: 100) como demonstrámos desde as Descobertas. Portugal teria a capacidade e as “condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora” (Pessoa, 1979: 100), relativamente às próprias colónias não viu que fossem precisas, apenas “uma vantagem” (Pessoa, 1979: 100).

Não nos esqueçamos que o interesse pelo conteúdo místico influenciou bastante a visão dos textos pessoanos e o assunto ibérico não é exceção. De facto, vemos esta parte mais espiritual bastante relacionada com o conceito de nacionalidade portuguesa especificamente. As profecias de Bandarra, incitador e representante da nossa independência, visionavam um Quinto Império representado por Portugal e isso foi matéria à qual o nosso autor se dedicou durante muito tempo da sua vida, pois acreditava na grandiosidade portuguesa face a todos os restantes países do mundo. Durante a sua teoria ibérica propunha mudanças essenciais para o correto funcionamento do seu país e da aliança, mas Espanha era considerada como primeiro inimigo: “A primeira nação inimiga da Ibéria é a Espanha” (Pessoa, 1986: 82), sempre acompanhada de uma certa desconfiança, coisa que também já vimos que vinha doutros tempos. Espanha não tinha, a seu ver, um lado harmonizador e cosmopolita para poder alcançar e fazer parte integrante deste Quinto Império.

Acredita que Portugal perdera a sua grandeza e caíra no esquecimento após a morte do Rei D. Sebastião e esta sua fascinação pela figura real representava a esperança e o sonho de voltar a honrar a terra lusitana:

Como o último verdadeiro Rei de Portugal foi aquele D. Sebastião que caiu em Alcácer Quibir, e presumivelmente ali morreu, é no símbolo do regresso de El-Rei D. Sebastião que os portugueses da saudade imperial projectam a sua fé de que a família se não extinguisse. (Pessoa, 1979: 6)

A sua constante preocupação, e o que realmente queria, era centrar todas as suas crenças numa só época e numa só nação para que num só indivíduo reencarnassem todas as forças do rei para acabar os feitios inacabados devido à sua morte precoce. Durante o estudo também podemos analisar que a valorização deste sonho sebastianista patenteia uma carga simbólica forte no que diz respeito à imortalidade do espírito. D. Sebastião transcende ao mundo espiritual, como um herói, tornando-se no símbolo universal português. A capacidade de o homem sonhar, tentar alcançar e lutar pela sua glória faria com que a sua nação não caísse nas amarguras do esquecimento. O nascimento deste Quinto Império seria o resultado de um regresso espiritual de D. Sebastião, o auge da nossa universalidade que, segundo o seu debate ibérico, era crucial para a constituição civilizacional de uma nação. Vejamos:

3. (...)

Resta um fenómeno: o sebastianismo.

Esse é nacional – mais nacional é impossível exigir -, é popular, porque ninguém sabe como ele nasceu nem de quem. É misterioso, porque no mistério está envolto o desaparecimento de D. Sebastião.

4. O movimento saudosista e a sua base sebastianista. O saudosismo está criado a base intelectual e moral ao sebastianismo, puramente popular.

5. Como implantar o sebastianismo? Se ele tiver de se implantar aparecerá quem o pregue. Mas qual deve ser a acção dos intelectuais? Tripla: (1) atacar o catolicismo, mas atacá-lo sempre com a insinuação do elemento nacional, sempre lembrado, nos interstícios do ataque, a figura nacional de S. Sebastião; (2) criar a atmosfera moral necessária ao saudosismo, base do sebastianismo; (3) alargar a acção deste. (Pessoa, 1986: 112)

Já é do nosso conhecimento que este tema sebastianista acabou por desenvolver mais tarde o seu visionamento deste Quinto Império, impulsionado por sua vez pelo Padre António Vieira, apesar das suas crenças não serem a favor desta suposta potencialidade sebastianista, mas sim de D. João IV. Contudo, mesmo que houvesse mudanças nacionais importantes a fazer para a construção deste império, Pessoa acreditava que Portugal tinha todos os requisitos para ser o seu representante:

1 – Possuidor de uma soberania civilizacional face aos demais;

2 – Homogeneidade nacional (contrária a Espanha);

3 – Coordenado nas suas forças sociais e na sociabilização das forças individuais (do indivíduo perante o coletivo);

- 4 – Reunia o intelecto e o espírito, ou seja, a ciência e o oculto (matéria dos grandes interesses do autor);
- 5 – Localização e o tamanho ideal para os mais diversos fins;
- 6 – A capacidade de criação dos Homens de Génio – onde se inclui a ele próprio (com o seu estatuto de profeta como se auto intitula em *Mensagem*) e a Almada;
- 7 – Um país que alberga a diversidade humana;
- 8 – O país que menor ódio tem a outras raças (o existente terá sido face a algumas atrocidades e ameaças sofridas ao longo dos séculos), porque, realmente, somos dos países, nos dias que correm, que ainda dá visibilidade e apela à diversidade humana, a nível político, religioso e cultural.

Seria, sem margem de dúvida, essencial:

- 1 – A negação a um imperialismo de conquistas,
- 2 – Agir como um imperialismo cultural;
- 3 – Sermos uma síntese aperfeiçoada de todos os outros impérios anteriores;
- 4 – Uma remodelação religiosa, com uma fusão entre a religião propriamente dita e tudo aquilo por ela albergada e a espiritualidade, ao qual apelidava de “ligador de almas” (Pessoa, 1986: 151). A religião teria de ser ainda mais nacional e não cair na desnacionalização (como foi o caso da religião católica).

Porém, o sebastianismo e os seus crentes nunca foram realmente levados a sério pelos demais. Uma fé incompreendida, levada por uns como superstição ou devaneio imperialista e por outros desprezado. Mas Pessoa ainda contesta:

O que seja propriamente o sebastianismo – hoje mais vigorosamente do que nunca, na assombrosa sociedade secreta que o transmite, cada vez mais ocultamente de geração em geração, guardado religiosamente o segredo do seu alto sentido simbólico e português, que pouco tem que ver com o D. Sebastião que se diz ter morrido em África, e muito com o D. Sebastião que tem o número cabalístico da Pátria Portuguesa -, eis o que não é talvez mal cabido explicar qual a data marcada para o Grande Regresso, em que a Alma da Pátria se reanimará, se reconstituirá a íntima unidade da Ibéria, através de Portugal, se derrotará finalmente o catolicismo (outro dos elementos estrangeiros entre nós existentes e inimigo radical da Pátria) e se começará a realizar aquela antemanhã ao Quinto Império. (Pessoa, 1986: 133)

Até então sabemos ao longo do estudo que a visão de Almada é um pouco mais abstrata e generalizada, não nos aborda acerca de algo concretamente, mas de uma forma

muito mais abrangente. Almada não menciona o “sebastianismo” ou o “quinto império”, mas subentendidamente acreditava na potencialidade portuguesa e dedica-lhe um artigo na sua primeira edição de *Sudoeste* nomeado com “Portugal oferece-nos o aspecto de” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 6), que concisamente subdivide nas seguintes partes:

- 1) Uma nação formada.
 - 2) Um estado a formar-se.
 - 3) Uma sociedade inculta.
 - 4) Um povo novamente à procura da sua dinâmica própria.
- (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 6)

Portugal sempre fora portador de uma grande história e era até aos dias de então a nacionalidade mais antiga europeia, com fronteiras e limites fixos desde cedo, mesmo sofrendo sucessivos abalos. Como tal permanecia sempre bastante “resistente” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 6) ao manter uma civilização contida e invariável. Ainda era um estado que estaria no período de formação, mas caminhava para aquela que seria a mais verdadeira e genuína representação da coletividade, algo que na sua essência também competia aos políticos e governantes do Estado.

Porém, achava que a dita cultura portuguesa aparentava não ter chegado ao povo português, ou seja, não havia o “conjugação do conhecimento da cultura com o entendimento popular” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 6). Uma civilização não pode ter fé em cada indivíduo que a constitui se ele mesmo não tem consciência individual de si mesmo e do coletivo da sua nacionalidade e cada individualidade portuguesa deve estar e é responsável pelo seu (re)conhecimento, porque a fé não pode de todo substituir o conhecimento. Por outras palavras, Almada Negreiros explica na segunda edição da revista:

Tudo quanto é apenas colectivo é desordem.

A ordem vem da composição individual. Mas a composição individual para formar em si a ordem necessita de que esta também se projecte no colectivo.

(...)

O que é efectivamente permanente e quotidiano é a presença individual humana, o caso pessoal de cada um de nós. É esta a única base e único fim de toda a sociedade.

Por mais genialidade que se ponha no artifício colectivo, se êste não visa imediatamente a raridade de cada um dos seus indivíduos, isto é, se o todo colectivo não sabe contar com a maneira pela qual cada um o posso servir, em vez de uma estabilidade progressiva teremos uma estabilidade aguentada, em permanente eminência de se desunir e arruinar-se.

(Almada Negreiros, SW nº2, 1935: 7)

Inclusive, de forma a entendermos melhor as suas palavras, faz-nos um pequeno parenteses elucidando-nos que tudo aquilo que dizia respeito à coletividade seria ordem,

fortaleza e civilização (coisas pela qual Portugal já tinha conquistado ou ainda estava a tentar conquistar) e tudo aquilo que fosse de cariz individual faria parte o conhecimento e a cultura (exatamente o que nos faltava):

É sabido que toda a fé promete conhecimento, mas também se sabe que em Portugal urge a generalização do conhecimento para a colaboração coletiva. Conhecimento é uma coisa, generalização do conhecimento é outra, e urgência de generalização do conhecimento ainda outra. (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 7)

Todavia, nem todos os portugueses teriam a capacidade de exigir mais de si próprios, no que englobasse a educação, tanto a nível individual como no coletivo: “O primeiro movimento de qualquer de nós sobretudo ao iniciarmos a vida publica, é o de exigirmos da colectividade os seus deveres para connosco individualmente” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 8).

A coletividade presume que cada indivíduo ultrapasse o seu dever civil e fique apto para agir em conformidade com a **sua própria essência**¹⁸, ou seja, “(...) a colectividade serve desta maneira os seus indivíduos não suponho que estes esgotem todas as suas capacidades pessoais no lugar do serviço publico” (Almada Negreiros, SW nº1, 1935: 8). Seria uma fraqueza nacional e civilizacional se agíssemos apenas e só porque a sociedade assim o impõe e dita. A sociedade quer e desafia o indivíduo a ter novas perspectivas, iniciativas ou revelações **para a sua unidade**, e por sua vez, **para a sua universalidade**.

Então se Portugal é tudo aquilo que já foi dito e precisa de um maior e melhor entendimento popular conjugado com o conhecimento, é um povo que ainda busca o seu caminho. Em nenhum momento deste artigo, Almada nega a grandiosidade portuguesa, nem mesmo na sua falta de cultura, até como o próprio refere não é mais um artigo no meio de tantos outros para falarmos sobre o nível de analfabetismo em Portugal. A única coisa que provavelmente faltaria a esta nação seria não substituir o conhecimento pela fé que tanto nos caracteriza e talvez conseguisse chegar ao tão desejado e aperfeiçoado “Quinto Império” (de acordo com uma perspectiva pessoal).

¹⁸ O **bold** é nosso.

6. Conclusão

Neste capítulo é importante fazer algumas considerações finais e concluir o balanço crítico a propósito do desenvolvimento e do resultado desta investigação, procurando o seu contributo e alertar para algumas limitações que surgiram.

Na opinião do mestrando, a frequência na unidade curricular de Literaturas Ibéricas Comparadas foi essencial para a concretização desta dissertação, pois ofereceu aos seus alunos conhecimentos de como fortalecer e produzir uma revisão literária e ainda deu métodos e técnicas de investigação para ajudar a assimilar e a seleccionar a informação da revisão literária e da recolha de dados.

A nível pessoal, todas as tarefas aqui propostas e desenvolvidas abriram portas para novas capacidades de análise, crítica e de seleção de informação que poderão ser úteis em termos profissionais.

Fernando Pessoa escreve sobre a temática ibérica de uma forma um pouco mais clara que Almada. Sem nunca pisar o território espanhol e resumindo-se a contactos pouco duradouros com o outro lado da fronteira, existe um interesse e não há como negar o seu conhecimento face ao tema, contudo é preciso dizer que há algumas incoerências nos seus manuscritos, mesmo com uma base teórica válida.

Um exemplo é o facto de comentar que uma das primeiras coisas a ser feita para nascer a civilização ibérica é a eliminação da monarquia espanhola e mais adiante referir que é melhor mantermos as divergências nacionais, ou seja, uma monarquia espanhola e uma república portuguesa. Realmente o que era benéfico? Se virmos a questão de forma literal, enfatiza esta diversidade inúmeras vezes nos seus textos. Mas será isso mesmo?

Outra questão que ainda pode ser levantada é: Como pode haver uma unidade ibérica se Espanha é considerada como primeiro ou talvez o principal inimigo? Devido à sua política interna e à possibilidade de existência de separatismos nacionais não pode ser compatível com a uniformidade portuguesa. Sem esquecer que noutros tempos, o passado imperialista espanhol afetou e deixou traumas e desconfianças no povo português. Efetivamente, dá uma resposta coerente à questão, daí acentuar inúmeras vezes que na Ibéria só funcionaria um imperialismo cultural, sem absorções e sem invalidações nacionais.

Mas se não pode haver uma anulação nacional, porque é que haveria de existir uma soberania portuguesa face à espanhola? Só Portugal teria realmente os requisitos para ascender a um Quinto Império? Se é suposto manter uma divergência entre os povos

constituintes da Ibéria, apelando a uma união meramente cultural e espiritual, não deveria ser suposto haver uma soberania de um estado face ao outro. Há uma divergência nacional que deve ser mantida e isso não seria algo a favor da ascensão de poder do próprio Quinto Império? Isso seria o equilíbrio perfeito.

José de Almada Negreiros, carenciado de alento artístico no seu próprio país, viu em Espanha a sua âncora. A sua ligação com o meio cultural espanhol vai muito além do que é literário, possibilitando-o ascender e construir a sua personalidade artística multifacetada.

Nos seus textos confrontamo-nos perante conceções um pouco mais subjetivas, só dedica pequenos excertos no primeiro número da sua revista *Sudoeste à Ibéria*, o que tornou a análise um pouco mais complicada, na sua conexão e ligação com algumas terminologias indicadas e no impedimento de algumas repetições.

Na sua revista dá-nos logo o parecer de ter uma fronteira bem delineada com a vizinha Espanha, realçando o papel e lugar estratégico que Portugal ocupa no continente europeu. É a partir daqui que assenta o seu ponto de vista ibérico, um contexto mais amplo, sem se restringir apenas a Portugal e Espanha. A sua opinião que se interliga com o pensamento moderno, o facto do indivíduo e a coletividade terem um papel predominante e fazerem parte de um todo, facilitou um pouco a contextualização nas terminologias ibéricas indicadas. É fulcral sermos unos, termos consciência de nós próprios e da nossa identidade nacional para saber sermos coletivos, proclamando uma amizade e um respeito mútuo entre estados. A sua visão realça o papel da nação portuguesa num contexto ibérico e europeu, mas com algumas irregularidades que deveriam ser modificadas. A “Teoria dos Opostos” poderia ser a visão de um mediador de equilíbrio possível de existir entre Portugal e Espanha, porque na nossa península seriam as duas faces opostas (das fronteiras e das nacionalidades), mas iguais, do mesmo ângulo (orientação perante a Europa).

Estas presentes hipóteses ibéricas faziam sentido dentro do contexto ibérico cultural e não seriam demasiado utópicas. Se todos entendêssemos a base das teorias ibéricas, colocássemos os estereótipos e as velhas hispanofobias de parte e tirássemos benefício de todas as ações promotoras à ibericidade, decorrentes nos dias de hoje, só ganharíamos enquanto seres individuais – portugueses e espanhóis – e seres coletivos – ibéricos. Ao mantermos a identidade nacional e numa relação de amizade e respeito mútuo, a nossa península só ganharia nos mais diversificados campos: económico, político, cultural, histórico, literário, social e científico.

Como Sérgio Campos Matos (2007) nos relembra, após a incorporação tanto de Portugal como Espanha na Comunidade Europeia (1986), o marco iberista tem vindo a tomar

novos significados, distanciando-se das questões políticas do século XIX. A forma como os portugueses veem os vizinhos espanhóis tem-se alterado e há mais meios de comunicação social alusivos ao mercado ibérico e as relações peninsulares, em diversos âmbitos, têm-se intensificado. Porém, alguns índices revelam que ainda existem algumas tensões entre os dois países difíceis de desaparecer. Os receios de perda de identidade nacional acentuaram-se, o que pode suscitar algumas revoltas nacionalistas. É importante saber distinguir um iberismo político, que pode atuar de diversas formas, de um iberismo cultural, que tenciona desenvolver as relações entre os países constituintes para uma maior integração, aproximação e convergência entre os dois estados. Contudo, não é algo que seja totalmente suficiente para evitar a intrusão de preconceitos ideológicos.

Espera-se que esta pesquisa ibérica incentive o desenvolvimento de outras investigações e que realce a importância desta área de estudos. Na realização de trabalhos futuros seria interessante aprofundar a meta ambicionada pelos dois autores ao longo da escrita ibérica: a universalidade, definindo os conceitos, os requisitos para que se concretizasse e também as suas possíveis carências.

Bibliografia

Bibliografia ativa

- Almada Negreiros, J. de. (1935). *Sudoeste* (Nº 1, 2, 3). Lisboa: Edições SW. [On-line] <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Sudoeste/Sudoeste.htm>.
- Pessoa, F. (1979). *Sobre Portugal, Introdução ao Problema Nacional*, recolha de textos M. I. Rocheta & M. P. Mourão e Introd. e Org. por J. Serrão). Lisboa: Ática.
- Pessoa, F. (2014). *Mensagem e Outros Poemas sobre Portugal*, eds. F. Cabral Martins & R. Zennith. Porto: Assírio & Alvim.
- Pizarro, J. & Pérez López, P.J. (Coord.) (2012). *Ibéria. Introdução a um Imperialismo Futuro*. Lisboa: Ática.
- Quadros, A. (1986). *Obra em Prosa de Fernando Pessoa. Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins: Publicações Europa-América, LDA.

Bibliografia passiva

- CM Jornal. (2013). O homem que desejou a morte de Dantas. [On-line] <https://www.cmjornal.pt/domingo/detalhe/o-homem-que-desejou-a-morte-do-dantas>. [consultado em 14 de abril de 2023].
- Andrés Ruíz, E. (2012). Almada em Madrid: de Trapecio en Trapecio. In A. Sáez Delgado e F. Soares (Coord.), *Almada Negreiros en Madrid*, pp. 9-16. Madrid: Ediciones UMA.
- Afonso Ferreira, S. (2012). Almada e Ramón Gómez de la Serna, em Lisboa e em Madrid. In A. Sáez Delgado & F. Soares (Coord.), *Almada Negreiros en Madrid*, pp. 37-48. Madrid: Ediciones UMA.
- Almada Negreiros, J. de. (1913). *Catálogo do II Salão dos Humoristas Portugueses*. Lisboa: Tipografia do Comércio.
- Almada Negreiros, J. de. (1982) *Obras Completas, Ensaios*. (Volume V) Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Almada Negreiros, J. de. (2006). *Manifestos e Conferências*. (ed. F. Cabral Martins, L.M. Gaspar, M. Santos & Ferreira). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Almada Negreiros, J. de (2017). *Uma maneira de ser moderno*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian.[On-line]
https://issuu.com/sistemasolar/docs/almada_negreiros_uma_maneira_de_ser
[consultado em 19 de outubro de 2022].
- Amorim, O. (2015). A Partitura de *Orpheu*: O lugar de «A Cena do Ódio», de Almada Negreiros. *Revista Desassossego*, 4(4), 111-124.
[On-line] <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/107546> [consultado em 22 de abril de 2022].
- Barbosa, M. (1998). A noção de ser no mundo em Heidegger e sua aplicação na psicopatologia. *Psicologia ciência e Profissão*, 18(3), 2-13. [On-line]
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/8GyPD5kC6VwFqSYYrD4PBNt/?format=pdf&lang=pt> [consultado em 20 de outubro de 2022].
- Baudelaire, C. (2016). *A Invenção da Modernidade*, trad. Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água.
- Cabral Martins, F. (2012). Notas sobre Almada e o desenho. In A. Sáez Delgado & F. Soares (Coord.), *Almada en Madrid*, pp. 101-110. Madrid: Ediciones UMA.
- Cadete, M. (2015). Os painéis segundo Almada Negreiros. *Expresso*. [On-line]
<https://expresso.pt/cultura/2015-09-26-Os-paineis-segundo-Almada-Negreiros>
[consultado em 10 de junho de 2023].
- Crespo, Á. (1985). El iberismo de Fernando Pessoa. *El País*. [On-line]
http://elpais.com/diario/1985/07/06/opinion/489448808_850215.html [consultado em 25 de agosto de 2022].
- Costa, P. (1990). *As Dimensões Artísticas e Literárias do Projecto Sensacionista* [Dissertação de Mestrado, FCSH da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. [On-line] <http://hdl.handle.net/10362/129285> [consultado em 25 de novembro de 2022].
- Costa, S. & Freitas, P. (2016). A matemática na obra de Almada Negreiros. *Educação e Matemática, Revista da Associação de Professores de Matemática*. Nº13 (2-8). [On-line] [N.º 138 \(2016\) | Educação e Matemática \(apm.pt\)](#) [consultado em 13 de agosto de 2023].
- Ferreira, A. (1994). *Painéis das Gares Marítimas de Lisboa: Análise e Receção da Modernidade em Almada Negreiros*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

- França, J. (1983). *Amadeo de Souza-Cardoso, O Português à Força & Almada Negreiros, O Português sem mestre*. Lisboa: Livraria Bertrand, SARL.
- Gonçalves, R. (2005). *Almada Negreiros: O menino de olhos de gigante*. Lisboa: Editorial Caminho - Paço de Arcos: Edimpresa.
- Gusmão, A. (1985). Do meu convívio com Almada. In *Compilação das comunicações apresentadas no Colóquio sobre Almada Negreiros*, pp. 41-55. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Iraizoz Garcia, A. (2012). Madrid y la tercera dimensión en la obra de Almada Negreiros. In A. Sáez Delgado & F. Soares (Coord.), *Almada Negreiros en Madrid*, pp. 49-71. Madrid: Ediciones UMA.
- Laureano Costa, S. (2012). A última grande ideia de Arlequim. In A. Sáez Delgado & F. Soares, *Almada Negreiros en Madrid*, 25-35. Madrid: Ediciones UMA.
- Ledieu, D. (2012). Novais-Teixeira, el Cicerone de Almada Negreiros en Madrid. In A. Sáez Delgado & F. Soares, *Almada Negreiros en Madrid*, p. 133-152. Madrid: Ediciones UMA.
- Matos, S. (2017). *Iberismos. Nação e Transnação, Portugal e Espanha C.1807-C.1931*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mochila, Miguel. (2020). *Modernidade Difusa a Recepção Hispânica de Eugénio de Castro* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. <https://doi.org/10.24902/uevora.29>.
- Pais, A. (1996). *Para Compreender Fernando Pessoa*. Porto: Areal Editores.
- Pessoa, F. (1966). *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind & J. do Prado Coelho. Lisboa: Ática. [On-line] <http://arquivopessoa.net/textos/2821> [consultado em 25 de abril de 2023].
- Pessoa, F. (1966). *Páginas de Estética e de Teoria Literárias*. (Textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind & J. do Prado Coelho) Lisboa: Ática. [On-line] <http://arquivopessoa.net/textos/4015> [consultado em 12 de setembro de 2023].
- Pessoa, F. (1979). *Da República (1910-1935)*, recolha de textos M. I. Rocheta & M. P. Mourão e Introd. e Org. por J. Serrão. Lisboa: Ática.
- Pessoa, F. (1980). *Textos de Crítica e de Intervenção*. Lisboa: Ática. [On-line] <http://arquivopessoa.net/textos/3115> [consultado em 18 de abril de 2023].
- Pessoa, F. (1946). *Poemas de Alberto Caeiro*, nota explicativa e notas de J. G. Simões & L. de Montalvor. Lisboa: Ática. [On-line] <http://arquivopessoa.net/textos/1126> [consultado em 10 de setembro de 2023].
- Pessoa, F. (2014). *Livro do Desassossego*, ed. R. Zenith. Porto: Assírio & Alvim.

- Pessoa, F. (2019). *Obra Completa de Álvaro de Campos*, ed. de J. P. & A. Cardiello. Lisboa: Tinta da China.
- Pérez Isasi, S. (2014). Literaturas nacionais, literaturas supranacionais: el lugar de los Estudios Ibéricos. *Interlitteraria*, 19(1), 22-32. Repositório da Universidade de Lisboa. [On-line]
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34976/1/Literaturas_nacionais_literaturas_supra.pdf [consultado em 9 de novembro de 2022].
- Pérez Isasi, S. (2014). Relaciones Culturales Ibéricas. Presentación. *Anuario de Literatura Comparada*, 4, pp. 19-24. [On-line]
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34974/1/Relaciones_culturales_ibericas_Present.pdf [consultado em 5 de novembro de 2022].
- Pérez Isasi, S. (2020). ¿Hacia unos Estudios Ibericos 2.0? Críticas, Debates y caminos abiertos. *Theory Now: Journal of literature, critique and thought*, 3(2), 146-167. [On-line] <https://revistaseug.ugr.es/index.php/TNJ/article/view/15542> [consultado em 25 de novembro de 2022].
- Pérez López, P. J. (2013). Otras presencias españolas. *Pessoal Plural, Revista de Estudos Pessoaanos*, 4, 215-227. [On-line]
https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/27865/3/PP4_artigo10.pdf [consultado em 3 de setembro de 2022].
- Pérez López, P. J. (2014). Ibéria y Brasil en Fernando Pessoa. *Guavira Letras: Revista Eletrónico do Programa de Pós-Graduação em Letras*, 19, 192-206. [On-line]
https://www.academia.edu/12601374/Iberia_y_Brasil_en_Fernando_Pessoa . [consultado em 30 de agosto de 2022].
- Pinto dos Santos, M. (2012). Lantera Mágica em Madrid. In A. Sáez Delgado & F. Soares, *Almada Negreiros en Madrid*, pp. 179-192. Madrid: Ediciones UMA.
- Pizarro, J. (2012). Sudoeste e Iberia; Arte y Política. In A. Sáez Delgado & F. Soares, *Almada Negreiros en Madrid*, pp.153-163. Madrid: Ediciones UMA.
- Pizarro, J. (2014). Pessoa ibérico e futuro. *Fernando Pessoa em Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. [On-line]
https://www.academia.edu/41577907/Pessoa_ib%C3%A9rico_e_futuro [consultado em 15 de setembro de 2022].
- Quadros, A. (1987). *Obra em Prosa de Fernando Pessoa. Textos de Intervenção Social e Cultural. A ficção dos heterónimos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, LDA.

- Quental, A de. (1887). *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. Porto: Typographia comercial. [On-line] <https://archive.org/details/conferenciasdem00quengooog/mode/2up> [consultado em 1 de novembro de 2022].
- Ribeiro, J.R. & Wilson A. Tesouro dos atenienses em Delfos. *Portal Graecia Antiqua, São Carlos*. [On-line] <https://greciantiga.org/img.asp?num=0398> [consultado a 20 de agosto de 2023].
- Rina Simón, C. (2020). Iberian Studies: la fertilidad de un campo de estudio y sus aportaciones a los debates identitarios peninsulares. *Rassegna iberística*. 43(114), 449-454. [On-line] <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7693803>. [consultado em 22 de novembro de 2022].
- Sáez Delgado, A. (2002). *Adriano del Valle y Fernando Pessoa [Apuntes de una amistad]*. Llibros del Peixe. [On-line] https://www.academia.edu/4561427/Adriano_del_Valle_y_Fernando_Pessoa_apuntes_de_una_amistad [consultado em 17 de setembro de 2022].
- Sáez Delgado, A. (2007). La edad de oro, la época de plata y el esplendor del bronce. El continuum de la modernidad y la vanguardia. In RELIPES, *Relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha desde o início do século XIX até à actualidade*, pp. 125-169. Salamanca: UBI/Celya. [On-line] https://www.academia.edu/4935294/La_edad_de_oro_la_época_de_plata_y_el_esplendor_del_bronce_1901-1935_-_Relaciones_literarias_Espa%3%B1a-Portugal [consultado em 10 de setembro de 2022].
- Sáez Delgado, A. (2008). *Espíritos contemporâneos. Relaciones literárias luso-españolas entre el modernismo y la vanguardia*. Sevilha: Renacimiento.
- Sáez Delgado, A. & Gaspar, L. M. (eds.). (2010). *Suroeste. Relaciones literarias y artísticas entre Portugal y España (1890-1936)*. (2 vols.). Badajoz, SECC: Ministerio de Cultura / MEIAC / Assírio&Alvim.
- Sáez Delgado, A. (2012). Almada Negreiros en la prensa madrileña. In A. Sáez Delgado & F. Soares, *Almada Negreiros en Madrid*, pp. 165-177. Madrid: Ediciones UMA.
- Sáez Delgado, A. (2014). Fernando Pessoa em Espanha – uma visão panorâmica. In *Fernando Pessoa em Espanha*, pp.13-24. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. [On-line] <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11341/1/Fernando%20Perssoa%20e>

[m%20Espanha%20-%20Uma%20vis%C3%A3o%20panor%C3%A2mica.pdf](#)

[consultado em 15 de setembro de 2022].

Sáez Delgado, Antonio. (2015). A Recepção de Almada Negreiros em Espanha. *Revista de História de Arte*, 2, 52-61. [On-line]

https://issuu.com/ihafcshunl/docs/rhaw_1parte_1-250 [consultado em 15 de setembro de 2022]

Sáez Delgado, A. & Pérez Isasi, S. (2018). *De espaldas abiertas: Relaciones Literarias y culturales ibéricas (1870-1930)*. Albolote (Granada): Editorial Comares, S.L. [On-line]

<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/42498/1/De%20espaldas%20abertas%20-%20MANUSCRITO%20COMPLETO%2030.08.pdf> [consultado em 20 de setembro de 2022].

Sáez Delgado, A. (2019). El ultraísmo y el primer modernismo portugués. In *El ultraísmo español y la vanguardia internacional*, pp. 401-427. [On-line]

https://www.academia.edu/43393644/El_ultraismo_y_el_primer_modernismo_portugues [consultado em 18 de setembro de 2022].

Sáez Delgado, A. (2019). Portugal y España: el siglo Pessoa. *Pessoa Plural*. 6, 91-114. [On-line]

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/26156/1/Portugal%20y%20Espan%c%83a-%20el%20siglo%20Pessoa.pdf> [consultado em 25 de setembro de 2022].

Saramago, J. de. (2015). Cena do Ódio (Pub.). *Jornal Tornado Online*. [On-line]

<https://www.jornaltornado.pt/a-cena-do-odio/>. [consultado em 20 de abril de 2023].

Schwarz, D. (1997). *Reconfiguring Modernism: Explorations in the relationship between modern art and modern literature*. New York: St. Martin Press.

Silva, C. (1994). *Almada Negreiros: A busca de uma poética de ingenuidade*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Silva, C. (2012). A publicação da obra literária de José de Almada Negreiros – algumas anotações. *Navegações*, 5(2), 186-193. [On-line]

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/12798/8550> [consultado em 19 de outubro de 2022].

Silva, Celina. Notas-Relâmpago acerca da Obra Literária de José de Almada Negreiros no Centenário de Orpheu. *Pequena angular; Almada em Relance*, 8(2), 142-154.

[On-line] <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/83129/2/110381.pdf>. [consultado em 19 de outubro de 2022].

- Silvestre, O. (2008). Modernismo. In F. C. Martins, *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português: “Modernismo”*, pp. 472-476. Lisboa: Caminho.
- Iraizoz Garcia, A. (2012). Madrid y la tercera dimensión en la obra de Almada Negreiros. In Á. Sáez Delgado & F. Soares, *Almada en Madrid*, pp. 49-71. Madrid: Ediciones UMA.
- Sousa, V de. (2017). *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. [On-line]
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38461/1/V%c3%ador%20Manuel%20Fernandes%20Oliveira%20de%20Sousa.pdf>. [consultado em 19 de julho de 2023].
- Uribe, J. e Sepúlveda, P. (2012). Sebastianismo e Quinto Império: o nacionalismo pessoano à luz de um novo corpus. *Pessoa Plural*, 140-162. [On-line] https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/27533/3/PP1_artigo4.pdf. [consultado em 10 de setembro de 2022].
- Zennith, R. (2022). *Uma Bibliografia: Pessoa*. (Trad. de Salvato Teles de Menezes e Vasco Teles de Menezes). Lisboa: Quetzal Editores.